

Paulo Vitor Ferreira da Silva

**TRAJETÓRIA E PRÁTICA SOCIAL DE UMA TEORIA: O
ANARQUISMO NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais pela Universidade
Federal de Santa Catarina.
Prof^ª. Orientadora: Dr^a. Elizabeth
Farias da Silva

Florianópolis
2014

Paulo Vitor Ferreira da Silva

TRAJETÓRIA E PRÁTICA SOCIAL DE UMA TEORIA: O ANARQUISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, fevereiro de 2014.

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Dr.
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof^a, Dr^a, Elizabeth Farias da Silva
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr., Mamadú Candjaló
Universidade Estadual de Maringá

M^a Maristela Fatima Fabro
Universidade Federal de Santa Catarina

À Gilda Ferreira da Silva.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família pela compreensão e paciência que teve ao longo da graduação, tendo incentivado minha escolha desde o primeiro momento. Especialmente minha mãe, Gilda. Agradeço a minha orientadora, Elizabeth, pela confiança e apoio que tornou possível a realização deste trabalho. Também meus amigos e minhas amigas, sempre presentes.

RESUMO

A partir deste trabalho, pretende-se realizar uma investigação acerca da ideologia política anarquista, levando em consideração um ponto de partida específico: o contato do autor com a prática cotidiana ou sociabilidade de determinados grupos contemporâneos, assim como sua proposição política. Dessa forma, cotejando sua prática social, teoria e trajetória, assim como a contribuição de dois autores e uma autora – Mikhail Bakunin, Emma Goldman e Errico Malatesta identificados – como clássicos, pretende-se apresentar um conjunto sólido de pressupostos teóricos e práticos que auxiliem na compreensão do anarquismo, seus fenômenos e experiências. Assim contribuir para o alargamento da possibilidade de estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Anarquismo. Prática social, teoria e trajetória. Bakunin. Malatesta. Goldman.

ABSTRACT

With the present work, we intent to perform an investigation concerning the anarchist political ideology, starting off a specific point: the author's contact with some contemporary groups experiences, sociability and political proposition. Thereby, relating and analyzing anarchist social practice, theory and trajectory, but also the work of anarchists like Mikhail Bakunin, Emma Goldman and Errico Malatesta, we hope to elaborate a solid base of practical and theoretical elements inherit anarchism, which can be helpful to understand its contemporary experiences and phenomenons. And providing an expansion of its studies possibilities.

Keywords: Anarchism. Social practice, theory and trajectory. Bakunin. Malatesta. Goldman.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAT - Asociación Continental Americana de Trabajadores
AFL-CIO - American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations
ADS - Aliança da Democracia Socialista
AGP - Ação Global dos Povos
AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores
ALC - Asociación Libertaria de Cuba
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
AKP - Partido Anarco-Comunista de Língua Alemã
APPO - Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca
AUG - Anarchist Urban Guerrilha
BM - Banco Mundial
BLU - União Libertária Búlgara
CAB - Coordenação Anarquista Brasileira
CARA - Comisión Continental de Relaciones Anarquistas
CENU - Consell de L'Escola Nova Unificada
CGA - Coordination des Groupes Anarchistes
CGT - Confédération Du Travail
CHK - The Scream of the People
CIPO-RFM - Consejo Indígena Popular de Oaxaca – Ricardo Flores Magón
CIRA - Centre International de Recherches sur l'Anarchisme
CLU - Central Labor Union
CNA - Cruz Negra Anarquista
CNT - Confederación Nacional Del Trabajo
COM - Casa Del Obrero Mundial
EAAF - East Asian Anarchist Federation
FA - Federação Anarquista
FAI - Federación Anarquista Ibérica
FAJ - Federação Anarquista Japonesa
FAKB - Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária
FAL - Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo
FAM - Federação Anarquista Mexicana
FARP - Federação Anarquista da Região Portuguesa
FARJ - Federação Anarquista do Rio de Janeiro
FAU - Federação Anarquista Uruguiaia
FAU - Federação Anarquista Gaúcha

FIJL - Federación Ibérica da Juventude Libertaria
FGAC - Grupos Anarquistas de Cuba
FMI - Fundo Monetário Internacional
FORA - Federación Obrera Regional
FRE - Federación Regional Española
FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique
FTRE - Federación de Trabajadores de La Región Española
FRROU - Federación de los Trabajadores de Uruguay
GCOM - Gran Círculo de Obreros México
I-AFd - Federação Anarquista Alemã
IAS - Institute of Anarchist Studies
IC - Incendiaries of Conscience
IFA - Internacional de Federações Anarquistas
IWA - Industrial Workers of Africa
IWA-AIT - Internacional Sindicalista
IWPA - International Working People's Association
IWW - Industrial Workers of the World
JS - Workers Liberation Group
KACF - Federação Anarquista Comunista Coreana
KAF-M - Federação Anarquista Coreana da Manchúria
LAN - Local Anarchist Network
MLN - Movimento de Libertação Nacional
MLNA - Mouvenment Libertaire Nord-African
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
NAFTA - North American Free Trade Agreement
NATAB - Condeferação Alarme de Organizações Anarquistas
NAS - National Labour Secretariat
NEFAC - North-Eastern Federation of Anarcho-Communists
OANS - Grupo de Anarco-Comunistas de Nea Smyrni
OMC - Organização Mundial do Comércio
ORA - Organization of Revolutionary Anarchists
PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné
RIAU - Exército Insurreccional Revolucionário da Ucrânia
RW - Revolutionary War
ULA - Unión Libertaria Autogestionada

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	17
2.	ANARQUISMO: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA, TEÓRICA E TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ANARQUISMO.....	29
3.	O QUE DIZEM OS CLÁSSICOS? MIKHAIL BAKUNIN, EMMA GOLDMAN E ERRICO MALATESTA.....	51
4.	SURGIMENTO HISTÓRICO: UMA BREVE PERSPECTIVA.....	85
4.1.	A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (AIT) E A ALIANÇA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA (ADS).....	87
4.2.	O ANARQUISMO E SUAS CINCO ONDAS.....	90
4.3.	A PRIMEIRA ONDA (1868-1894).....	90
4.4.	A SEGUNDA ONDA (1895-1923).....	94
4.5.	A TERCEIRA ONDA (1924-1949).....	98
4.6.	A QUARTA ONDA (1950-1989).....	101
4.7.	A QUINTA ONDA DO ANARQUISMO (1990 AO PRESENTE).....	104
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
	REFERÊNCIAS.....	121

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A descrição do contato com o pensamento anarquista e suas práticas é fundamental para auxiliar o leitor ou a leitora a compreender o interesse na realização desta pesquisa e sua relevância para o pesquisador. Tal contextualização, mais do que introduzir ao leitor ou a leitora aos fenômenos que convergiriam para que o interesse nesta pesquisa fosse despertado, revela sobre as particularidades e posicionamento político do autor. Este trabalho, além de ter como objetivo explorar a trajetória do anarquismo, seus termos práticos e teóricos, objetiva cotejar tal trajetória com a contribuição de três clássicos desta corrente política. Também chama atenção para a maneira que o contato com a prática cotidiana ou sociabilidade de determinados grupos contemporâneos, assim como sua proposição política, nesse caso identificados como anarquistas ou de práticas anarquistas, tornou necessário uma investigação mais profunda sobre o tema. Dessa forma, podendo melhor compreender tais práticas e proposições, assim como aprofundar o estudo deste tema de interesse.

A década de 1990 é marcada em grande parte pelo estouro de manifestações e mobilizações de cunho anticapitalista ao redor do mundo ocidental. Na Europa e na região do Atlântico Norte, mais especificamente, manifestações são convocadas em oposição às reuniões de organizações como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), o G8 ou o G20. Nesse contexto, é notória a presença dos *black blocs*¹, grupos estratégicos de mobilização em manifestações que, dentre outras premissas, acreditam que a vertente liberal do capitalismo é a principal responsável pela crescente desigualdade e injustiça social, assim como a “destruição do planeta” (DUPUIS-DÉRI, 2013). Uma de suas principais características dos *black blocs* é a superação das formas tradicionais de manifestação política. Regularmente, contando com a participação de indivíduos de esquerda e/ou anarquistas, suas táticas rejeitam o que identificam como *lobby* e reformismo nas manifestações políticas ditas tradicionais. O *black bloc* defende uma prática de desobediência civil² ativa e o exercício da *ação direta*, sua proposta envolve um enfrentamento direto

¹ “Bloco negro” em tradução livre.

² Conceito popularizado dentro da literatura anarquista pela obra *A desobediência civil*, de Henry D. Thoreau (1997). Neste texto, Thoreau, defende a ideia de que o melhor governo é aquele que não governa absolutamente nada e que necessário rejeitar a sujeição à qualquer forma de governo.

contra os signos do sistema que rejeitam, assim como “[...] uma ação ofensiva contra as estruturas de poder”, em alguns casos, através do conflito violento. Outra característica marcante dos *black blocs* é o vestuário completamente preto (LUDD, 2002). Para Francis Dupuis-Déri³ (2013), a escolha desta cor estaria tanto relacionada à preservação ou tentativa de preservação do anonimato quanto a uma referência ao anarquismo e sua tradicional bandeira vermelha e preta.

Ainda segundo Dupuis-Déri (2013), a origem dos *black blocs* remete à situação política da Alemanha Ocidental da década de 1980. *Black bloc*, enquanto tática, surgiu dentro do movimento *Autonomen*. Movimento responsável pela organização de ocupações políticas e atuação em diversas frentes, como por exemplo: a luta contra a expansão da utilização de energia nuclear, a guerra e grupos neonazistas. Estes primeiros *black blocs* defendiam as ocupações de prédios contra a ação violenta da polícia e entravam em conflito com os neonazistas na rua. Sua expansão no Ocidente teria ocorrido através da música anarcopunk e os grupos antiracismo. No entanto, os *black blocs* só receberiam uma maior cobertura midiática e atenção internacional a partir do movimento antiglobalização de *Seattle*, em 1999. Tais manifestações, como descritas no livro *Urgência das Ruas* (LUDD, 2002), além de seu caráter primário; a ocupação do espaço da rua, contaram com uma série de textos convocatórios, artigos, manifestos e outras formas de divulgação vinculadas à internet. Os movimentos de contestação que tomaram conta das ruas da Europa e da América do Norte durante esse período vislumbravam um processo de “deslegitimação da vertente neoliberal do capitalismo” (LUDD, 2002, p.10). Processo que deveria ser realizado através de práticas de *ação direta* e autogestão – entendidas como antagônicas ao modo de vida na sociedade capitalista e essenciais para a consolidação desses atos de resistência política.

No entanto, o *black bloc* não pode ser considerado uma tática exclusivamente anarquista. Outros grupos como autonomistas e comunistas já fizeram uso da mesma tática de protesto (LUDD, 2002). Porém, a relação entre o anarquismo e a tática *black bloc* parece ganhar evidência na medida em que os momentos em que esse tipo de tática ganhou mais destaque, anarquistas estavam presentes de forma contundente e em grande número. Como no caso das manifestações antiglobalização e anticapitalistas da virada da década de 1990 para

³ Autor do livro *Who's Afraid of the Black Blocs? Anarchy in Action Around the World* (2013).

2000 em grandes cidades dentro do eixo Europa e Atlântico Norte (LUDD, 2002).

Curiosamente, esse tipo de tática reaparece no contexto brasileiro, mesmo na história recente. Com o estouro das chamadas jornadas de Junho, em 2013. Manifestações convocadas em resposta aos crescentes aumentos da tarifa de ônibus em São Paulo – mais tarde incorporando outras demandas e cidades pelo Brasil – e a problemática da mobilidade urbana. Além de integrar um histórico de protestos envolvendo diversas frentes de luta e movimentos sociais, ainda que de forma inconsistente, desde 2003, em Salvador (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013), conseguiu mobilizar um número assustador de atores políticos nos grandes centros. Cerca de um milhão de pessoas tomaram as ruas brasileiras (ROLNIK, 2013), e com esse enorme contingente, apareceram os *black blocs*.

Desde o princípio das manifestações de rua no dia 6 de junho de 2013 em São Paulo contra o aumento nas passagens de ônibus, muito ficou por ser entendido. Seria a carestia a motivação dos protestos que cruzaram a barreira de 1 milhão de pessoas em todo o Brasil ou o esgotamento do sistema político? E os manifestantes, eram jovens anarquistas sem partido ou seriam necessários novos conceitos para dar conta de tantas vozes? De todas as perguntas, a que mais intrigou o País segue sem resposta clara: em meio ao mar de cabeças e punhos em riste, quem eram e o que queriam aqueles jovens de preto dispostos a destruir bancos e lojas e enfrentar a polícia com as próprias mãos? [...] “O Black Bloc no Brasil veio para ficar”, afirma Pablo Ortellado, professor da USP. O pesquisador participou de protestos antiglobalização no começo dos anos 2000, quando o termo apareceu pela primeira vez no País. Hoje estuda a emergência de tais grupos. Para entendê-los, diz, é preciso voltar no tempo (LOCATELLI; VIEIRA, 2013).

No entanto, ainda dentro do contexto brasileiro, é importante ressaltar que o anarquismo não aparece com os *black blocs*. Esta vertente política está presente em movimentos sociais desde o final do século XIX. Sendo o seu auge a presença nas greves gerais que acontecem entre 1917 e 1919. O surgimento da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1908, incluindo federações operárias locais de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre, além de uma greve geral

em 1917 e de uma insurreição em 1918, “marcaram a hegemonia anarquista nesta onda do movimento operário” (CORRÊA, 2013). O ideário e as táticas anarquistas e anarco-sindicalistas são amplamente utilizadas pela classe operária durante esse período.

Estas “manifestações de ação direta”, como o boicote, ataque aos instrumentos de produção, o roubo, a recusa a dar o rendimento exigido pelos patrões através do freio à produção permitiram associar o conjunto dos trabalhadores, uni-los na transformação de sua condição social, sem ter de passar pela mediação de um organismo burocrático constituído por um reduzido número de pessoas (RAGO, 1985, p.28).

Na mobilização através da *ação direta*, assim como no caso dos *black blocs*, os interessados – neste caso, o operariado – no processo de mudança radical da sociedade são convocados a agir diretamente contra as estruturas de poder e contra os exploradores da classe trabalhadora. Ao contrário da ação indireta, onde o trabalhador é “levado a entregar nas mãos de felizardos políticos, ditos proletários, todos os seus interesses” (A PLEBE, 1920 *apud* RAGO, 1985, p.28).

Outro episódio emblemático da história recente que chama atenção pela participação anarquista e nos convida a se debruçar sobre sua trajetória é o Maio de 68, na França. As mobilizações nas universidades francesas em 68 aconteciam paralelamente a um contexto maior de lutas e eventos históricos em todo globo. Nos EUA e no resto da Europa, oposição à guerra americana no Vietnã; na América Latina e na África, a luta armada se intensificava; na China, a revolução cultural de 1966-1969, etc. É dentro deste contexto, o crescente número de mobilizações ao redor do mundo, que acaba surgindo o cenário perfeito para o clima de revolta, crença numa subversão radical do mundo e questionamento da lógica capitalista que tomou conta dos franceses de 68. Segundo Thiollent (1998), as idéias anarquistas como a incompatibilidade do socialismo com o Estado e o papel fundamental da autogestão como parte da organização social, ganhariam um novo fôlego quando adotadas pela luta estudantil e dos trabalhadores franceses, trazendo novamente a importância desse pensamento à tona.

Por fim, o recente episódio envolvendo a norte americana Leah Lynn-Plante chama atenção para outro tipo de destaque que o anarquismo ou anarquistas tem recebido. No dia 25 de julho de 2012, Leah, mulher, 24 anos, residente da cidade de Portland, no estado de Oregon, tem sua casa invadida por agentes do FBI integrantes de força

tarifa de combate ao “terrorismo”. Mesma força tarefa responsável por uma série de mandatos de busca na região de Portland e Seattle (Washington). O mandato de busca envolveu a averiguação da existência e recolhimento de material de cunho anarquista e de propaganda anti-governo, seja literatura ou mesmo vestuário. Além do mandato de busca e apreensão de material, Leah também seria convocada a se apresentar em um *grand jury*⁴ para testemunhar, uma vez que também era considerada suspeita de participar de atividades de “vandalismo” envolvendo os protestos no *May First*⁵. Esse caso torna-se emblemático, aparentemente, por viabilizar um tipo de estratégia contra ideológica por parte do Estado norte americano – Estado, no sentido Weberiano, enquanto aparato político administrativo responsável pelo monopólio legítimo da coerção física⁶ – em relação a sua política interna e as práticas políticas de seus cidadãos. E em segundo lugar, pela rapidez com que foi divulgado através da internet – mesmo sem aparentemente alcançar a grande mídia – e ganhou notoriedade dentro de um circuito, um conjunto, um espaço/tempo de indivíduos – da qual Leah faz parte – que compartilham das mesmas práticas ou/e são simpáticos às causas e à postura política adotada por Leah. Especula-se entre os participantes desses circuitos que essas ações do FBI se tratam de uma tentativa de desarticular um grande contingente de pessoas envolvidas com o anarquismo e uma série de atividades políticas. Por exemplo, grupos de educação popular, encontro para debater *veganismo*

⁴ Grand Jury é uma modalidade de audiência ou júri convocada em caráter especial para decidir se uma pessoa deve ser indiciada crime ou não por um crime que é suspeita de ter cometido. É chamado dessa forma porque tem a participação de um número maior de júris do que um julgamento normal.

⁵ O May Day é uma modalidade de protesto que faz parte do calendário de movimentos como *Occupy*. Acontece anualmente no dia 1º de Maio e tem como objetivo chamar atenção para a falência do sistema capitalista e maneira como o sistema financeiro privilegia os chamados 1% em detrimento das desigualdades impostas para os outros 99%.

⁶ A função do Estado varia de acordo com o contexto histórico. Essa função não é invariável. Quando falamos no monopólio do uso legítimo da violência física, estamos falando sobre os meios que o Estado moderno se utiliza para cumprir sua função. Trata-se da dominação do humano sobre o humano através do uso legítimo da violência.

– isto é, a crítica ao consumo produtos de origem animal –, grupos de discussão feministas e etc⁷.

Esta hipótese é bastante importante, uma vez que, em alguma medida pode significar um indicador a respeito de como uma série de práticas conceituadas neste trabalho como práticas semelhantes às *estratégias de ação* anarquistas. Sendo esta uma das categorias fundamentais do pensamento anarquista, na qual quando os indivíduos tomam para si a responsabilidade de suas próprias vidas, hipoteticamente, ameaçam a legitimidade de uma estrutura de poder consolidada e fundamentada na primazia do individualismo e no monopólio da coerção física. A recusa – e as possíveis formas de fazê-la – de instituições, autoridade ou quaisquer forma de poder estabelecido e institucionalizado que produzam essa lógica está no cerne da questão a ser problematizada na pesquisa.

Outro indicador que este último exemplo nos oferece é o indício de como o anarquismo também se articula como outras frentes, demandas e lutas sociais. Alcança a rede, outros movimentos sociais, promove diálogos. Por exemplo, no caso do veganismo, a título de curiosidade, uma prática social que vem ganhando destaque e que conta com adesão do autor. Esta articulação aparece através de uma reflexão proposta por Dominick (1997), em *Animal Liberation and Social Revolution: a vegan perspective on anarchism or an anarchist perspective on veganism*, onde aproxima pontos específicos dentro do anarquismo e do movimento de libertação animal com intuito de demonstrar como estas lutas se combinam e convergem. Neste trecho, faz um paralelo entre as lutas e identifica alguns pontos de convergência.

Radicals do not limit their goals to reforms. It is not their business to make concessions with victimizers to bring about an alleviation of oppression's resulting misery. Those are tasks usually left to liberals and progressives. While acknowledging that there are often gains to be found in reforms, for the radical, nothing short of victory is a satisfying end — an end defined as a revolutionary change in the roots of oppression. [...] This is only one of many connections between

⁷ Não é nossa intenção caracterizar tais atividades de formação política como essencialmente anarquistas, mas que indivíduos que se reconhecem como anarquistas também se identificam com tais práticas e as incorporam a sua militância.

animal and human exploitation but it illustrates well the need for total revolution. A revolution in the relationship between humans and animals is narrowly focused and is, in fact, preempted by the very nature of modern society. One reason animals are exploited in the first place is because their abuse is profitable. Vegetarians tend to understand this much. But the meat industry (including dairy, vivisection, etc) is not an isolated entity. The meat industry will not be destroyed until market capitalism is destroyed⁸ (DOMINICK, 1997, p.8-9).

Dentre outras similaridades, o autor busca pontos de convergência entre o que identifica como a luta pela libertação humana, representada pelo anarquismo, e a luta pela libertação animal, representada pelo veganismo.

Besides our far-reaching vision, anarchists and animal liberationists share strategic methodology. Without pretending to be able to speak for all, I will say that those I consider true anarchists and animal liberationists seek to realize our visions via any means effective. We understand, contrary to mainstream perceptions of us, that wanton destruction and violence will not bring about the end we desire. But unlike liberals and progressives, whose objectives are limited to reforms, we are willing to admit that real change will only be brought about if we add destructive

⁸ Radicais [nesse ponto, se refere aos anarquistas] não limitem seus objetivos a reformas. Estabelecer concessões com os opressores como forma de aliviar a miséria que resulta da opressão não é sua meta. Essa tarefa normalmente é deixada para os liberais e progressistas. Mesmo sabendo que em alguns casos de fato existem ganhos que podem ser alcançados através de reformas, para os radicais, esse tipo de conquista não representa uma vitória satisfatória ao ponto de redefinir as raízes da opressão. [...] Esta é somente uma das muitas conexões entre a luta contra exploração animal e a exploração humana, mas ilustra bem a necessidade de uma revolução completa. A revolução na relação entre humanos e animais está focada em e, de fato, deve preceder a própria natureza da sociedade moderna. Uma das razões pela qual animais são explorados é porque essa exploração gera lucro. Vegetarianos tendem a entender isso. No entanto a indústria da carne (incluindo a dos derivados, a vivissecação, etc) não é uma entidade isolada. A indústria da carne não será destruída até que o capitalismo de mercado seja destruído.

force to our creative transformation of oppressive society. We can build all we want, and we should be pro-active where possible. But we also understand that we can make room for free creation only by obliterating that which exists to prevent our liberation⁹ (DOMINICK, 1997, p.8-9).

Nestes três exemplos podemos observar um ponto de convergência entre os diferentes fenômenos. Seja entre duas práticas sociais aparentemente diferentes, mas que se articulam e dialogam entre si; sejam na adoção de táticas de manifestação e questionamento das estruturas de poder; seja na proposição da construção de novas formas de organização social, nos três exemplos foi possível observar como *estratégias de ação* anarquistas perpassam esses fenômenos e interessam os seus interlocutores de alguma forma. Em alguns casos representando um papel central, em outros, mais secundário. É a partir dessa problematização que se constrói a proposta e o objetivo desta pesquisa. Se o anarquismo, aparentemente tão marginal e periférico dentro do espectro político, se manifesta e perpassa as mais diversas experiências de ação política, nos diferentes continentes e com os mais diversos contornos, parece-nos necessário pesquisar nas raízes de sua trajetória histórica e pensamento um conjunto de pressupostos que facilite a interpretação desses fenômenos.

Sendo nosso objetivo apresentar breve síntese da trajetória e prática, assim como estabelecer um conjunto de pressupostos teóricos

⁹ “Além de visionários, anarquistas e ativistas da liberação animal compartilham a mesma estratégia metodológica. Sem a pretensão de falar em nome de ambos, direi que estes que considero verdadeiramente anarquistas e ativistas da liberação animal procura realizar seus objetivos através de quaisquer meios efetivos. Nós entendemos, ao contrário da percepção *mainstream* sobre nós, apenas destruição e violência não nos proporcionará o fim que desejamos. No entanto, ao contrário de liberais e progressistas, aqueles que tem como seus objetivos o reformismo, nós estamos dispostos a admitir que a verdadeira mudança só será possível se adicionarmos força destrutiva à nossa transformação criativa desta sociedade opressora. Nós podemos construir o que bem desejarmos, e devemos ser pró-ativos sempre que possível. Mas também entendemos que podemos abrir espaço para criação espontânea somente através da destruição do que já existe e impede esta criação” (DOMINICK, 1997, p.8-9, tradução minha).

referentes à doutrina político-ideológica anarquista¹⁰, de modo que esta síntese seja útil para elucidar o lugar de onde partimos quando apresentamos tal proposta de pesquisa. Pretendemos estabelecer um diálogo entre as ideias dos dois autores e uma autora que nos parecem centrais – Mikhail Bakunin, Emma Goldman e Errico Malatesta – dentro desta tradição de pensamento. Assim como alguns de seus comentadores e estudiosos contemporâneos igualmente interessados em estudar o anarquismo, de modo a tornar possível a construção de um corpo teórico de base para o trabalho, além de identificar onde convergem e onde divergem estes autores. O anarquista russo, além de vasta contribuição teórica, é importante pelo envolvimento em episódios centrais da história do anarquismo. Sua presença foi essencial tanto nos embates com Marx na Primeira Internacional (WOODCOCK, 1975), culminando no surgimento do anarquismo enquanto um movimento organizado, assim como na expulsão da Internacional dos Trabalhadores, quanto na participação e análise que realizou da chamada “Comuna de Paris”. Apesar de parte dos anarquistas rejeitarem uma leitura do anarquismo voltada para a história dos grandes nomes e grandes figuras do anarquismo, como poderemos ver com Corrêa (2012) e Corrêa e Silva (2013), alguns ainda consideram Bakunin como um dos principais clássicos do anarquismo e também em parte, responsável pela sua “fundação”. A escolha de Emma Goldman, por um lado, também parte de sua análise de episódio importante da história que teve participação anarquista, a Revolução Russa. No entanto, esta escolha deve-se também a grande contribuição da autora para a causa da emancipação da mulher. Sendo responsável pela inclusão de outras demandas dentro do próprio anarquismo.

At the same time, anarchist and syndicalist women like Choi Seon-Myoung, Luisa Capetillo, Voltairine de Cleyre, Elizabeth Gurley Flynn, **Emma Goldman**, He Zhen, Petronila Infantes, Lucy Parsons, and Ito Noe should not be reduced to gender activists. They played a wide range of roles in the movement, as writers, unionists, strike leaders, community organisers, and militia members, and saw themselves as part of a larger movement of the popular classes that crossed gender boundaries. Like their male counterparts,

¹⁰ Ao falar de doutrina político-ideológica, queremos dizer que envolve uma teoria, prática e história, pensamento e ação em três esferas: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica (CORRÊA; SILVA, 2013, p.24).

they argued that the class system and other forms of oppression were integrally linked, and that only a universal and unifying popular movement against all domination and exploitation could create a new social order¹¹ (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.24).

Já a escolha de Errico Malatesta é justificada pela importância que o italiano deu as *estratégias de ação* anarquistas em seus textos. Para Malatesta, o ideal emancipatório da classe trabalhadora não deveria ser limitado à conversação em “patrimônio teórico” de uma minoria ilustrada. A vitória da proposta libertária só seria possível caso seus princípios básicos se convertessem em categorias do senso comum da classe trabalhadora. Não se tratava de blindar ideologicamente a população – o que seria a demonstração de um estranho autoritarismo – mas, através da propaganda e da ação, conquistá-la para os princípios libertários (TRAGTENBERG, 1983). Assim como Bakunin e Goldman, Malatesta foi um intelectual bastante presente nas lutas populares, “[...] participara da insurreição de Bolonha de 1874, do levante camponês de 1877 em Benevento, posteriormente emigrando para Londres, onde durante quarenta anos sedia sua ação político-militante” (TRAGTENBERG, 1983).

Por fim, assim como entendemos ser necessário e justificável observar em certas práticas políticas e de sociabilidade contemporâneas uma justificativa e motivação para estudar o anarquismo. Parece-nos igualmente importante levar em consideração também a contribuição de comentaristas e estudiosos contemporâneos a respeito deste pensamento. Estes, em um primeiro momento, serão mobilizados com o objetivo de elaborar um conjunto de pressupostos teóricos do pensamento anarquista, partindo da produção contemporânea, sendo

¹¹ “Ao mesmo tempo, anarquistas e sindicalistas como Choi Seon-Myoung, Luisa Capetillo, Voltairine de Cleyre, Elizabeth Gurley Flynn, Emma Goldman, He Zhen, Petronila Infantes, Lucy Parsons e Ito Noe não deveriam ser vistas apenas como ativistas da questão de gênero. Sua importância para o movimento foi abrangente, foram escritoras estiveram à frente em greves, organizaram comunidades e a militância, eram encaradas como parte de um movimento das classes populares que foi além da questão de gênero. Argumentaram que o sistema de classes e outras formas de opressão estavam diretamente relacionadas e somente um movimento popular e global poderia fazer oposição à toda forma de dominação e exploração, a fim de criar novas formas de organização social” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.24, tradução minha).

compreendida, mais tarde, à luz da comparação e análise em relação aos clássicos e trajetória histórica.

Nesse sentido, partindo da contribuição dos seguintes comentadores e estudiosos contemporâneos, principalmente Corrêa (2012, 2013), Corrêa e Silva (2013) e Schmidt e Van der Walt (2009), esperamos no primeiro capítulo apresentar uma breve síntese teórica do pensamento anarquista hoje, de modo que dialogue com a história e práticas do anarquismo. A relevância destes autores justifica-se devido à maneira como realizam uma leitura histórica e teórica do que convém chamar de anarquismo, o lugar onde posicionam o anarquismo no espectro político, algumas questões metodológicas que parecem fundamentais para esse exercício de reflexão e também a desmistificações de algumas idéias que giram em torno do tema. Além de serem responsáveis pelos trabalhos mais completos que encontramos até o momento. Portanto, optamos pelo caminho inverso do que normalmente é realizado, pretendemos entender a situação dos estudos anarquistas contemporâneos e seus pontos mais frágeis, para desta contribuição elaborar uma síntese que posteriormente, dialogue e avance junto aos três clássicos.

2. ANARQUISMO: BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA, TEÓRICA E TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ANARQUISMO

Para Woodcock (1977), a raiz da palavra anarquia é grega. Resultado da composição de duas outras palavras; *anarchon*, que significa governante, e o prefixo *an*, que indica uma negação. Dessa forma, da união dessas duas palavras, nasce uma terceira; anarquia. Palavra que significaria viver ou estar sem governo. Essa explicação etimológica é uma explicação que vem sendo usada com frequência para entender o anarquismo e seus sentidos. No entanto, limitar o conceito de anarquismo a essa interpretação etimológica pode ser uma escolha delicada, uma vez que no campo do senso comum a palavra parece constantemente relacionada às ideias de desordem, caos e desorganização. Resultando que estas noções mesmo que distintas, podem gerar alguma confusão.

Dizer que o anarquismo é somente a crítica da dominação e da autoridade não seria suficiente. Afinal, se por um lado determinadas ideias sobre a crítica da dominação e da autoridade parecem oferecer uma base conceitual satisfatória para o anarquismo, fechar-se para essa limitação pode ocasionar alguma ambiguidade. Tendo em vista que no decorrer da história, algumas ideias que carregavam alguma semelhança estiveram expressas nos escritos de indivíduos que também se propuseram a pensar uma filosofia política contra a dominação do Estado e da ideia de autoridade compulsória, sem que necessariamente houvesse identificação com o anarquismo ou fossem reconhecidos por parte dos anarquistas como seus representantes teóricos. A título de curiosidade, Nietzsche, em 1870, já pensava de forma crítica a aproximação entre o Estado e a educação; e assim uma crítica da dominação. Mesmo assim;

Nietzsche fez duras críticas ao movimento anarquista, segundo ele defensor do mesmo “espírito gregário” presente no cristianismo e no socialismo, bem como em todos os projetos associacionistas. Porém, na defesa de uma afirmação de si e da liberdade de cada indivíduo ele se aproximou muito de Stirner; mais que isso, encontramos nesses dois alemães aquilo que anima qualquer projeto anarquista: a defesa intransigente da liberdade e a não aceitação da ingerência do Estado (GALLO, 2012, p.174).

Isso nos remete a dificuldade de conceituação do anarquismo. Por exemplo, Corrêa e Silva nos alertam que até mesmo em alguns dicionários da língua portuguesa e/ou dicionários de línguas em geral a associação com ideias de desordem e desorganização está presente, ocasionalmente, reforçando tais ideias no senso comum e no imaginário social. A conceituação de “anarquia” no Dicionário Online de Português, por exemplo, aparece da seguinte maneira; “desordem, confusão: uma instituição onde reina a anarquia; a anarquia dos espíritos”. O Dicionário Informal coloca como sinônimos de “anarquia”: “bagunça, confusão, desordem, fuzarca, presepada, atrapalhação, babel, balbúrdia, caos, desarranjo, desorganização” e como antônimos “autoridade, ordem, organizado” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.6).

Esses “pontos de vista” têm sido reforçados das mais variadas maneiras, colaborando para a propagação de uma imagem caricatural do anarquismo no imaginário social e o desconhecimento sobre o que substancialmente as ideias anarquistas tratam. Esse paralelo restrito e superficial entre a ideia da ausência de um governo estabelecido ou a vida sem um governo e as ideias que permeiam o senso comum de significados negativos ao movimento, pode encontrar respaldo numa possível explicação onde o Estado ou as formas de governo estabelecidas são entendidas como sinônimo de sociedade. Concepção hegemônica durante um período significativo da história. Dessa forma, segundo Corrêa e Silva, quando o anarquismo convencionalmente entra no imaginário social “apenas” como representante de uma crítica da dominação e da autoridade, rivalizando com a concepção hegemônica, é passível de ser interpretado superficialmente como a defesa de um princípio de destruição da sociedade.

Consta que em poucos momentos antes da cisão da Primeira Internacional, em 1872, e da fundação da Internacional anti-autoritária, uma associação popular e operária que reunia a maior parte dos anarquistas europeus, o termo “anarquia” e os seus derivados foram utilizados de forma contundente pelos próprios anarquistas (CORRÊA; SILVA, 2013). Um desses casos a parte, é o episódio em que Pierre-Joseph Proudhon, em 1840, afirmou ser anarquista, tratando-se de uma declaração aberta contra o governo dos homens¹² pelos homens e a “ausência de senhor, de soberano”, ficando conhecido como a primeira pessoa a se declarar abertamente anarquista na história¹³.

¹² Pessoas.

¹³ A título de curiosidade: no Brasil, ainda antes de 1890, em uma das matérias publicadas em *Província de São Paulo*, Euclides da Cunha, à época simpático a

No entanto, em um primeiro momento, o sentimento era de cautela. Alguns anarquistas como o italiano Errico Malatesta demonstraram grande preocupação com essa terminologia. Em sua obra *Anarquia*, Malatesta reflete sobre a questão da interpretação equivocada do termo e vê tal questão sobre outra perspectiva;

Antes que tal organização começasse a ser cogitada e desejada por toda uma classe de pensadores, ou se tornasse a meta de um movimento, que hoje é um dos fatores mais importantes do atual conflito social, a palavra “anarquia” foi usada universalmente para designar desordem e confusão. Ainda hoje, é adotada nesse sentido pelos ignorantes e pelos adversários interessados em distorcer a verdade.

Não vamos entrar em discussões filológicas, porque a questão é histórica e não filológica. A interpretação usual da palavra não exprime o verdadeiro significado etimológico, mas deriva dele. Tal interpretação se deve ao preconceito de que o governo é uma necessidade na organização da vida social (MALATESTA, 1907).

Assim como outros de seus contemporâneos ou pensadores convencionalmente relacionados ao corpo teórico da tradição anarquista¹⁴.

Ainda assim, o sentido comum atribuído aos termos “anarquia” e seus derivados continuou a existir e grandes anarquistas da primeira onda, como foram os casos de Mikhail Bakunin e James Guillaume, conforme apontam Marianne Enckel (1991, p.199) e René Berthier (2010, p. 127), tiveram reticências em relação à utilização dos termos, justamente por razão do senso comum que existia em torno deles (CORRÊA; SILVA, 2013, p.8).

Paralelamente, outro tipo de engano recorrente identificado por esses autores com que trabalhamos é resultado de abordagens que classificam como “completamente ideológicas, em geral relacionadas

Proudhon, escreve: “Nós (os republicanos), podíamos perfeitamente levantar esta palavra (a anarquia), que se nos atira como um armamento inquebrável; podíamos revestir-nos do título de anarquistas” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.8).

¹⁴ A questão da tradição anarquista e uma possível definição sobre a mesma será trabalhada no decorrer desse capítulo. Assim como quais teóricos e expoentes desse pensamento optamos por recuperar e estabelecer um diálogo.

aos adversários políticos do anarquismo”. Onde especialmente o marxismo tem contribuído tanto em termos político-ideológicos, quanto dentro das universidades, para que “o anarquismo seja considerado uma doutrina pequeno burguesa, liberal, idealista, individualista, espontaneísta, contrária à organização e ligada essencialmente aos camponeses e artesãos do “mundo atrasado em declínio” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.8). Ainda segundo esses dois autores, já na obra de Marx e Engels é possível encontrar concepções problemáticas de anarquismo, sendo que o segundo teria afirmado que o individualismo é base da concepção de mundo do anarquismo, caracterizando-se por um “individualismo burguês invertido”. Assim como Lênin teria dito que o anarquismo não produziu nenhuma doutrina, ensinamento revolucionário ou teoria. Ideias que esperamos provar equivocadas ao longo desse capítulo.

A relação entre o anarquismo, o idealismo e o individualismo já se encontra nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Marx (1976, p. 23) critica os proudhonianos franceses da Primeira Internacional, falando no “individualismo antiautoritário desses senhores”, que defenderiam a economia burguesa vulgar, “à maneira do idealismo proudhoniano”. Engels (1976, p. 162) afirma ser Max Stirner “[...] o profeta do anarquismo moderno” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.9)

Em suma, através dessa breve exposição sobre algumas abordagens relacionadas ao senso comum ou mesmo aos seus adversários ideológicos, seguindo a indicação de Corrêa e Silva, percebemos que há certa confusão para determinar sobre o que se trata o anarquismo que vai além do próprio pensamento anarquista. No entanto, no que diz respeito aos estudos sobre o anarquismo em si, chamam atenção para o primeiro estudo acadêmico sobre o tema realizado por Paul Eltzbacher em 1900. Motivado pela vontade de compreender cientificamente seu objeto de pesquisa e partindo da constatação da ausência da “completa falta de ideias claras sobre o anarquismo”, não somente entre as massas, mas entre acadêmicos e representantes do Estado, Eltzbacher realizou um levantamento bibliográfico do material disponível em sua época procurando identificar as definições vigentes naquele contexto (CORRÊA; SILVA, 2013).

[...] ora a lei suprema do anarquismo é descrita como uma lei histórica da evolução, ora é a felicidade do indivíduo, ora é a justiça. Ora dizem

que o anarquismo culmina na negação de todo programa, que ele possui somente um objetivo negativo; ora, por outro lado, que seu aspecto negativo e destruidor é equilibrado por um aspecto afirmativo e criativo; ora, em conclusão, que o que é original no anarquismo relaciona-se exclusivamente às suas afirmações sobre a sociedade ideal, que sua essência verdadeira e real está em seus esforços positivos. Ora se diz que o anarquismo rejeita o direito, ora que ele rejeita a sociedade, ora que ele rejeita somente o Estado. Ora se declara que, na sociedade futura do anarquismo, não há vínculos contratuais ligando as pessoas; ora, por outro lado, que o anarquismo busca ter todas as questões públicas solucionadas por contratos entre comunas e sociedades federativamente constituídas. Ora se diz que, em geral, o anarquismo rejeita a propriedade, ou pelo menos a propriedade privada; ora se realiza uma distinção entre o anarquismo comunista e individualista, ou mesmo entre o anarquismo comunista, coletivista e individualista. Ora se declara que o anarquismo concebe a sua realização por meio do crime, especialmente por meio de uma revolução violenta e com o auxílio da propaganda pelo fato; ora, por outro lado, que o anarquismo rejeita as táticas violentas e a propaganda pelo fato, ou que esses não são, necessariamente, elementos constitutivos do anarquismo (ELTZBACHER *apud* CORRÊA; SILVA, 2013, p.1).

De acordo com Corrêa e Silva, mesmo após mais de cem anos desde a realização do estudo de Eltzbacher e

os inúmeros esforços levados a cabo desde sua publicação para solucionar o problema por ele colocado, pode-se dizer que continuam havendo, ainda hoje, debates e discordâncias nas soluções e respostas dadas a esse problema fundamental (CORRÊA; SILVA, 2013, p.2).

Além disso, entendem que a produção acadêmica existente, ainda que normalmente esteja direcionada para esses temas específicos problematizados por Eltzbacher, ainda é bastante escassa. Por um lado, essa escassez é atribuída a uma

correlação de forças desfavorável entre o *status-quo* e as idéias contestadoras em geral. Pode-se dizer que, pelo fato de a produção de conhecimento – e, por isso, a educação e, particularmente, a universidade – constitui um dos pilares dos sistemas de dominação, é natural que investigações que, de certa maneira, coloquem em xeque pressupostos básicos destes sistemas, apresentem ou fortaleçam alternativas a ele, tendam a ser desfavorecidas (CORRÊA; SILVA, 2013, p.2).

Por outro, há também uma correlação de forças no que chamam de “campo contestador”. Nesse caso, tratando-se da própria esquerda e o socialismo. Isto é, além das posições contrárias adotadas por figuras referência no pensamento de esquerda, como demonstramos anteriormente, também é necessário levar em consideração que

em termos históricos – principalmente após a ascensão do marxismo-leninismo, o estabelecimento da URSS e a bipolarização do mundo –, o fato de o anarquismo ter constituído uma corrente minoritária fez com que, com frequência, se identificasse completamente esquerda e socialismo com o marxismo, num processo em que as experiências soviética, chinesa e cubana contribuíram significativamente. Em diversos países, os comunistas ocuparam muitos espaços militantes dos quais os anarquistas outrora se nutriam; as disputas de memória, nesse sentido, minimizavam ou negavam o tronco socialista do anarquismo (CORRÊA; SILVA, 2013, p.2).

Mais um problema identificado por Corrêa e Silva em *Anarquismo: teoria e história* é o acesso às fontes. Constatção corroborada no decorrer da minha própria pesquisa, uma vez que há muito material não traduzido para o português e o material disponível em outros idiomas, não é tão simples de encontrar. Apenas mais uma dificuldade para ser somada as diversas outras existem e que colaboram para uma inconstante compreensão do anarquismo.

Esse panorama explica, em grande medida, o motivo de o anarquismo ser pouco estudado – e, portanto, pouco compreendido – nas universidades. Conforme afirma Lucien van der Walt (s/d, p. 6), “mais do que qualquer outra ideologia moderna, o anarquismo tem sido mal-

compreendido, inclusive pelos acadêmicos”. Segundo sustenta, “o anarquismo ‘não tem sido bem tratado na academia’; marginalizado no currículo universitário, suas visões continuam a não ser ‘completamente respeitáveis, em termos acadêmicos’”. Constatamos, sem dificuldades, que essas constatações do autor são verídicas (CORRÊA; SILVA, 2013, p.3).

Nesse sentido, apesar dessas dificuldades apresentadas, Corrêa e Silva (2013) reconhecem que deve existir e de fato existe um esforço para que essa situação seja modificada. Principalmente no que diz respeito à interpretação que os próprios estudiosos do anarquismo e seus comentadores têm elaborado sobre o movimento. Falaremos mais sobre isso a seguir. No momento, é importante ressaltar o livro *Black flame: the revolutionary class politics of anarquism and sindicalism*¹⁵ (2009), dos sul africanos Michael Schmidt e Lucien Van der Walt, obra fundamental para o estudo do anarquismo hoje e que segundo nosso entendimento, também serve como base para as contribuições de Corrêa e Silva no material que tivemos contato. Neste livro, Schmidt e Van der Walt apresentam um admirável glossário de base teórica sobre o anarquismo. Dessa forma, quando selecionamos a contribuição desses dois autores brasileiros para falar sobre a teoria e a história do anarquismo a partir das discussões que eles levantam, também estamos dialogando diretamente com os autores sul-africanos. Esperamos poder elaborar esse diálogo com mais propriedade no decorrer desse capítulo.

No diz que respeito aos fatores positivos que colaboram para a consolidação dos estudos anarquistas, Corrêa e Silva também chamam atenção tanto para certa retomada de interesse no assunto durante os anos 1960 e 1980, em parte por causa da chamada Nova Esquerda, em parte pela potencialização provocada pelo Maio de 1968 e pelo fim das ditaduras civis-militares em diversos países. Assim como o intenso processo de globalização desencadeado no fim dos anos 1990 com o desenvolvimento e popularização da internet, responsável pela “reorganização e o aumento da visibilidade dos anarquistas no último período vêm contribuindo com uma mudança de contexto que oferece possibilidades imensas para as investigações em geral, e do anarquismo em particular” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.5). O que em alguma medida, contribuiu para o aumento de publicações e traduções de textos,

¹⁵ “Chama Negra: a política de classe revolucionária do anarquismo e sindicalismo” em tradução livre.

assim como a qualidade dos estudos. No entanto, parecendo não ser o suficiente para consolidar o anarquismo como um campo de estudos acadêmicos ainda. Afirmam que a crítica tem não como objetivo desmerecer os estudos já realizados ou desconsiderar sua importância, mas identificar os problemas precedentes de modo que seja possível avançar ainda mais nesse campo de pesquisa e consolidar o anarquismo como um campo de estudo amplamente discutido. Dessa forma, identificam pelo menos sete problemas com os estudos contemporâneos sobre o anarquismo, sendo estes;

- 1.) Conjunto restrito de autores e episódios tomados em conta nas investigações, assim como generalizações a partir de uma restrita base de dados.
- 2.) Foco quase exclusivo na Europa Ocidental / eixo do Atlântico Norte.
- 3.) Foco nos grandes homens, com a utilização da história vista de cima.
- 4.) Abordagens ahistóricas, que vinculam o anarquismo à utilização terminológica e/ou à autoidentificação dos anarquistas.
- 5.) Abordagens teóricas sem base histórica e vice-versa.
- 6.) Desconsideração dos vetores sociais do anarquismo, em especial o sindicalismo de intenção revolucionária.
- 7.) Definições inadequadas de anarquismo que não permitem compreendê-lo adequadamente e nem diferenciá-lo de outras ideologias (CORRÊA; SILVA, 2013, p.11).

Nosso objetivo aqui não é detalhar cada um desses problemas e promover uma intensa discussão em cima de cada um deles. E sim apresentar de que maneira este conjunto de preocupações expressas por esses dois autores parece ser essencial para utilização da abordagem que optamos por utilizar. Tanto é importante chamar atenção para essas preocupações que até durante minha incursão em pesquisa, foi possível perceber o caráter eurocêntrico de algumas dessas leituras que compartilhei com os autores citados. Problemática constatada especialmente durante as leituras dos trabalhos de Woodcock (1975, 1977). Trabalhos em que certamente contribuíram para realização desta pesquisa, especificamente com suas traduções e publicações de textos originais dos chamados clássicos anarquistas, mas que estão limitados a um diálogo muito restrito com o eixo Europa / Atlântico Norte. Tanto no que diz respeito à parte teórica quanto a análises de experiências anarquistas mais práticas.

Consideramos imprescindível para as investigações contemporâneas do anarquismo tomar em conta não somente suas manifestações nos países da Europa ocidental e da América do Norte, mas também nos países do Leste Europeu, em especial na Rússia, na Ucrânia e na Bulgária; da América Latina, em especial em Cuba, no México, na Argentina, no Uruguai, no Brasil e no Chile; da Ásia, em especial na China, no Japão e na Coreia; da África, em especial na África do Sul, no Egito e na Argélia; da Oceania, em especial na Austrália e na Nova Zelândia. [...] esse constitui um dos principais motivos de consideramos insuficientes as conclusões precipitadas levadas a cabo pelos estudos referenciais, visto que conceituam o anarquismo a partir de uma base restrita de autores e episódios, generalizando sobre um número muito restrito de autores e ignorando grande parte, senão a maior, das manifestações históricas do anarquismo (CORRÊA; SILVA, 2013, p.18-19).

Numa tentativa de contornar esse problema, optamos pela construção da narrativa sobre a trajetória do anarquismo e seu corpo teórico através de um diálogo com dois autores brasileiros, exaustivamente citados nesse capítulo. Assim como o importante livro de Schmidt e Van der Walt (2009) e alguns nomes que entendemos fazer parte de uma ampla tradição anarquista¹⁶, sendo estes Bakunin (2006, 1873, 1953), Proudhon (1840), Emma Goldman (1910, 1924) e Malatesta (1907, 1891).

Corrêa e Silva (2013) consideram que grande parte desses estudos peca ao não situar o anarquismo historicamente. Dando margens para muitas interpretações equivocadas e consequentemente não dando a devida atenção para algumas experiências anarquistas de extrema relevância que ficaram de fora desses estudos justamente pela ausência desse recorte histórico.

¹⁶ É preciso dizer que alguns nomes fundamentais da chamada tradição anarquista – como Kropotkin – não estarão presente nesta tentativa de síntese e diálogo. Infelizmente não foi possível incorporar sua contribuição por questões de organização e disponibilidade de tempo para finalização da pesquisa. Sendo impraticável, momentaneamente, ir tão fundo quanto gostaríamos na teoria anarquista.

Outro problema desses estudos – em especial os de Marshall, Nettlau e Woodcock – é que o anarquismo não é situado historicamente; para esses autores, o anarquismo sempre teria existido e constituiria, assim, um fenômeno ahistórico, sem relação com o contexto. Marshall (2010, pp. 3-4) considera que o “primeiro anarquista foi a primeira pessoa que sentiu a opressão de outra e rebelou-se contra ela” e que o anarquismo é uma “tendência reconhecível na história humana”, cuja origem deve ser buscada “milhares de anos atrás” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.12).

E chama atenção como esse tipo de interpretação que reconhece no anarquismo uma “tendência humana”, insistindo em uma perigosa concepção de “natureza humana” de onde emanaria a fonte das ideais defendidas pelos anarquistas, aparece com bastante frequência. Trata-se, mais uma vez, do perigo de não situar as ideias historicamente. Dessa forma, concordo quando fazem a crítica sobre os estudos que insistem nessas ideias e reconhecem tais interpretações como um obstáculo para uma melhor compreensão do pensamento anarquista. Portanto, retornando a Woodcock (2002), reforçam:

[...] além disso, ele afirma que o anarquismo sempre teve uma “visão naturalista da sociedade”, venerando “tudo que fosse natural, espontâneo e individual”, o que permite, conforme colocado por Joll (1970, p. 32-33) e Horowitz (1982, p. 16), relacioná-lo às idéias de Rousseau e sua concepção de natureza humana (CORRÊA; SILVA, 2013, p.17).

Dessa forma, assim como para Schmidt e Van der Walt (2009), esses estudos também correm o risco de dificultar o exercício de elaboração de um conjunto preciso de pressupostos da pressupostos político-ideológicos anarquistas, acidentalmente incorporando outras vertentes e personagens que não necessariamente fazem parte do anarquismo enquanto movimento ou se identificaram como tal.

Using a narrower definition, we believe we have been able to bring the broad anarchist tradition along with its ideas and history into sharper focus, and thus are able to present a fairly thorough and systematic examination of anarchist and syndicalist ideas, debates, and developments. In our analysis, anarchism is presented as a definite and clear set of positions. In examining the history

of the broad anarchist tradition, we likewise sacrifice apparent breadth for real depth. Many accounts spend a great deal of time discussing figures like Stirner, Tolstoy, and the Anabaptists. We regard these people as extraneous and largely irrelevant to an account of the broad anarchist tradition.

Nor do we use terms like "philosophical anarchism" (often used in reference to Godwin), "individualist anarchism" (often used in reference to Stirner, but sometimes also for Proudhon and Tucker), "Christian anarchism" (for Tolstoy), or "lifestyle anarchism" (sometimes used to refer to contemporary forms of individualism), as we do not regard these currents as part of the broad anarchist tradition. The point is not to dismiss other libertarian ideas and the wide range of antiauthoritarian ideas that have developed in many cultures but to suggest that we need to differentiate anarchism and syndicalism from other currents, including libertarian ones, the better to understand both anarchism and these other tendencies. "Class struggle" anarchism, sometimes called revolutionary or communist anarchism, is not a type of anarchism; in our view, it is the *only* anarchism. We are aware that our approach contradicts some long-standing definitions, but we maintain that the meaning of anarchism is neither arbitrary nor just a matter of opinion—the historical record demonstrates that there is a core set of beliefs¹⁷ (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.19).

¹⁷ “Usando uma definição mais restrita, nós acreditamos que fomos capazes de mobilizar a tradição anarquista juntamente com as suas ideias e história de uma maneira mais focada, e assim poderemos apresentar claramente um exame direto e sistemático das ideias anarquistas e sindicalistas, debates e desenvolvimento. Em nossa análise, anarquismo é apresentado como um conjunto claro e definido de posições. Ao examinar a história da tradição anarquista, nós privilegiamos um abordagem mais profunda à uma abordagem aparentemente mais extensa. Muitos destinaram uma grande quantidade de tempo discutindo figuras como Stiner, Tolstoi e os anabatistas. Nós consideramos essas pessoas estranhas e consideravelmente irrelevantes para a tradição anarquista.

Assim como quando insistem nas narrativas sobre as grandes figuras da história do anarquismo e/ou militantes e organizações que se reconhecem como especificamente anarquistas;

de lado as lutas sociais com as quais os anarquistas estiveram envolvidos e foram, muitas vezes, a força hegemônica, como no caso do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo. Dos estudos referenciais que abordam as lutas sociais, podemos dizer que a maioria deles prioriza os personagens de destaque em relação aos processos de mobilização e os movimentos populares neles envolvidos” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.13).

O que também não significa que esses autores estejam partindo do princípio que há um núcleo restrito de características do anarquismo. O que pretendem demonstrar, no entanto, é que mesmo as diferenças existentes estão mais relacionadas a um conjunto de diferenças estratégias internas, mas que partem de princípios mais ou menos semelhantes. As diferenças entre o sindicalismo revolucionário, o anarco-sindicalismo e o anarquismo insurrecional devem ser exploradas mais adiante no trabalho.

Finalmente começaremos a discutir as concepções teóricas do anarquismo. Para fazê-lo, lembramos mais uma vez que Corrêa e Silva (2013) trabalham numa perspectiva que vê criticamente as abordagens “que se apoiam na “história vista de cima”; muito mais do que uma

Também não usamos termos como “anarquismo filosófico” (normalmente utilizado para se referir a Godwin), “anarquismo individualista” (para Stiner, mas algumas vezes também para Proudhon e Tucker), “anarquismo cristão” (para Tolstói) ou “estilo de vida anarquista” (utilizado para se referir a formas contemporâneas de anarquismo), assim como não consideramos essas correntes como parte da tradição anarquista. O objetivo não é rejeitar outras concepções libertárias e seu amplo alcance das ideias anti-autoritárias que tem sido desenvolvidas em muitas culturas, mas sugerir que nós precisamos diferenciar o anarquismo e o sindicalismo de outras correntes, incluindo as correntes libertárias, para um melhor entendimento tanto do anarquismo como dessas outras tendências. Anarquismo da luta de classes, algumas vezes chamado de revolucionário ou anarquismo comunista, não é um tipo de anarquismo; em nossa opinião, é o único anarquismo. Nós temos consciência que a nossa abordagem contradiz algumas definições de longa data, mas mantemos que o significado do anarquismo não é arbitrário ou uma questão de opinião – o registro histórico demonstra que existe um núcleo específico de ideias anarquistas” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.19, tradução minha).

história de vida de alguns grandes homens, o anarquismo constituiu uma vasta experiência histórica, que envolveu milhões de pessoas”. Nesse sentido, entendem que não é possível considerar sujeitos como Bakunin e Kropotkin, “gênios que estiveram isolados” e se tornaram responsáveis pela elaboração de teorias deslocadas da realidade, posteriormente informadas à classe trabalhadora. É preciso considerar o movimento dialético que perpassa o surgimento da teoria. Como esses “grandes nomes” tanto influenciaram movimentos populares de seu tempo quanto foram produto desses mesmos movimentos.

Por isso, consideramos que esse modelo de história – que teve seus limites demonstrados por diversos historiadores, com destaque para a influência de E. P. Thompson e, de modo mais ampliado, da História Social do Trabalho – não pode continuar subsidiando as investigações sobre o anarquismo. Como o estudo de qualquer categoria política (tal como o anarquismo) remete necessariamente ao ambiente em que ela opera, é necessário superar a “história do pensamento político abstrato desenvolvido sem relação com o contexto” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.19).

Voltando a questão da etimologia da palavra, reforçam que “um fenômeno histórico não pode ser reduzido ao termo utilizado para referir-se a ele” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.20). Reduzir o anarquismo enquanto fenômeno histórico a somente uma de suas características – a negação do Estado e da autoridade –, isto é, uma forma de negação, pode acabar limitando o anarquismo a essa concepção “destrutiva” da sociedade e perdendo de vista os seus aspectos propositivos, objetivos e estratégias para alcançá-los.

Compreendemos, também, que o anarquismo envolve um conjunto de críticas e proposições, aspectos negativos (destrutivos) e positivos (construtivos), que também não podem ser dissociados. As noções de totalidade e interdependência subsidiam também a abordagem das críticas anarquistas e de suas proposições. Ao mesmo tempo em que os anarquistas realizam uma crítica do sistema de dominação, eles também elaboram a defesa de um sistema de autogestão e das estratégias capazes de promover a transformação social de um sistema para outro. As noções em questão subsidiam a exposição daquilo que os anarquistas pretendem destruir,

daquilo que pretendem construir e como deverão realizar isso (CORRÊA; SILVA, 2013, p.24).

A oposição à dominação de um Estado não pode sustentar sozinha uma posição anarquista. Caso contrário, todo o marxismo clássico deveria ser considerado anarquismo? Segundo Corrêa e Silva, Marx (1850) acreditava em um conceito de comunismo que, ao fim da contradição entre as classes, existiria sem o Estado. O que torna necessária uma caracterização mais específica do anarquismo. É preciso entender em que ponto as proposições anarquistas se diferenciaram do restante do espectro da esquerda. Se o fim, aparentemente, parece bastante semelhante. Suas estratégias para alcançá-lo, os meios necessários, por sua vez, parecem se diferenciar bastante. Essa superação parece-nos essencial. Inclusive, para que o próprio anarquismo seja tratado com mais seriedade tanto na esfera acadêmica quanto no senso comum.

Dessa forma, se em um primeiro momento Corrêa (2013) procura em mais de 50 autores, nos cinco continentes e de 1868 até o presente uma definição mais precisa sobre o anarquismo e que contorne o máximo possível os problemas identificados nos estudos acima citados, em Corrêa e Silva (2013) elabora sete teses¹⁸ sobre o anarquismo. No entanto, nessa exposição trabalharei somente com duas dessas teses por entender que em um plano mais geral e introdutório, estas dão conta de explicar a noção de anarquismo com a qual gostaríamos de trabalhar. Sendo a primeira; *o anarquismo não é sinônimo de individualismo, anti-estadismo ou antítese do marxismo. Constitui um tipo de socialismo caracterizado por um conjunto preciso de princípios político-ideológicos, incluindo a oposição ao Estado, mas não se a limita a ela.* Sendo assim

o anarquismo se trata de uma ideologia socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma *crítica da dominação* e de uma *defesa da autogestão*; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão (CORRÊA, 2013, p.13).

E desta primeira tese, são elaborados um conjunto de dez princípios que seriam fundamentais para pensar o anarquismo, sendo estes: **1.** A defesa de uma concepção de *ética* pautada nos valores de

¹⁸ As demais teses podem ser conferidas em Corrêa e Silva (2013).

liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e *apoio mútuo*; estímulo permanente à motivação e a vontade. **2.** A *crítica da dominação* significa a crítica das *dominações de classe*, resultado de exploração, coação física e *dominações político-burocráticas e cultural-ideológicas*; assim como a dominação baseada em *gênero, raça e território*. **3.** Transformação do modelo de poder vigente, de um poder dominador, em um *poder autogestionado*¹⁹. Isso implica em uma oposição contundente ao *capitalismo*, ao *Estado* e as demais instituições criadas e mantidas com o fim da *manutenção da dominação*. As estruturas sistêmicas de dominação estariam fundamentas em *distintas formas de dominação* e essa estrutura de poder necessita de uma crítica que reconheça a amplitude dessas estruturas. **4.** O entendimento de que no atual sistema de dominação a sociedade se encontra dividida em duas grandes categorias compostas por classes com *interesses inconciliáveis*; as classes dominantes e as dominadas. Resultado na *luta de classes*. No entanto, os demais tipos de dominação devem ser combatidos juntamente com a dominação de classe, sendo que o fim das últimas não significa, necessariamente, o fim das primeiras. **5.** A compreensão de que a *transformação social* necessita de uma transformação na *prática política* que ocorre na base das classes dominadas. Dessa forma, as pessoas integrantes das classes dominadas devem estar capazes de se

¹⁹ É importante ressaltar que o anarquismo não significa uma negação da política ou do poder. Apenas trabalha como uma noção de poder diferente da vigente. Para Corrêa (2012, p.80), o poder deve ser considerado como uma “relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, na qual há preponderância de uma(s) força(s) em relação às outra(s)”. O poder, nessa perspectiva, “encontra-se em todos os níveis e todas as esferas da sociedade e fornece as bases para o estabelecimento de regulamentações, controles, conteúdos, normas, sistemas, que possuem relação direta com as tomadas de decisão”. Então se o anarquismo emerge de uma relação entre determinas práticas das classes oprimidas e formulações teóricas com o objetivo de transformar a capacidade de realização das classes dominadas em força social; é através da luta de classe que o poder dominador poderá ser transformado em poder autogestionado. Ainda segundo Corrêa (2012, p.98), a distinção entre essas duas formas de poder está na fundamentação e seu conjunto de elementos: no poder autogestionado, há “autogestão, participação ampla nas decisões, agentes não alienados, relações não hierárquicas, sem relações de dominação, sem estrutura de classe e exploração”; o poder dominador, “dominação, hierarquia, alienação, monopólio das decisões por uma minoria, estrutura de classes e exploração”.

transformarem em força social; responsável pela luta de classes e sua permanência. **6.** Complementarmente, a luta de classes deve extrapolar as fronteiras nacionais inaugurando um *internacionalismo* que deve ser resultado na rejeição do nacionalismo por parte das classes dominadas e mobilização política para além das fronteiras nacionais. **7.** Ainda que anarquistas defendam estratégias distintas e em última instância, as diferentes “vertentes” estejam relacionadas aos tipos de estratégias adotadas, alguns elementos estratégicos básicos parecem ser fundamentais: *transformação da consciência de classe* e *estímulo à vontade de transformação*; utilização de *meios autogestionados de luta* que não impliquem em relações de dominação e/ou hierárquicas, seja entre os próprios anarquistas ou em relação a outros agentes sociais; *defesa da autonomia* de classe, princípio que implica a recusa às relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, o Estado e outras instituições formais que coíbam o protagonismo das classes populares em geral. Esse objetivo deve ser alcançado através de uma construção da luta pela base popular, de baixo para cima, envolvendo a ação direta dos indivíduos. **8.** A violência como parte integrante do processo de revolução social em seu nível mais acirrado de confronto, na maioria dos casos, é aceita pelos anarquistas. Enquanto defensores de uma transformação social profunda; entendem que o conflito violento, em algum momento, é inevitável. A diferença normalmente está na estratégia de utilização dessa violência para abolir o Estado, o capitalismo e as demais instituições dominadoras. **9.** A defesa da autogestão, principal fundamento das práticas políticas e estratégias anarquistas, constituiria a base da sociedade que está por vir. Essa por sua vez seria formada por três pilares: a socialização da propriedade em termos econômicos, o autogoverno democrático em termos políticos e uma cultura autogestionada.

A segunda tese escolhida e que resume as demais de maneira satisfatória; é a de que *os debates fundamentais do anarquismo se dão em torno dos seguintes temas: organização, lutas de curto prazo e violência. Anarquistas não negam completamente a organização e as lutas de curto prazo, que são defendidas na maioria dos casos. A primeira tese exposta e seus princípios dão conta de abordar de maneira razoável dois dos três eixos que permitem conceituar e discutir o anarquismo; a crítica da dominação e a defesa da autogestão. No entanto, o terceiro eixo, normalmente responsável pelas maiores divergências entre anarquistas; diz respeito às estratégias fundamentais – de organização, luta a curto prazo e violência –, necessitando de uma tese em particular, mesmo estando relacionada com as demais teses;*

“Sustentamos que os debates mais relevantes relacionam-se à estratégia fundamental do anarquismo e são, principalmente, três: defesa da organização X contra a organização, defesa das reformas X contra as reformas, violência decorrente X violência gatilho” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.30).

O primeiro debate; sobre a forma de organização dos grupos anarquistas é responsável por criar algumas subdivisões que diferem no que diz respeito à estratégia de organização escolhida. Na primeira estaria o *anarco-sindicalismo*; que acredita no potencial do sindicalismo no processo de revolução. Porém, um sindicalismo que tenha um programa exclusivamente anarquista²⁰ Já o *sindicalismo de intenção revolucionária*; forma de organização que não conta com um programa

²⁰ “Para nós, o que distingue essas duas estratégias é o fato de o segundo possuir u vínculo programático explícito com o anarquismo, ou seja, uma ideologia oficial, com ocorreu com a Federación Obrera Regional Argentina (FORA), a partir de 1905 e com Confederación Nacional del Trabajo (CNT) espanhola, a partir de 1919, ambas as quais são, a nosso ver, anarco-sindicalistas” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.31). Most anarcho-syndicalists explicitly defined their goal as an anarchist and communist society, raising further questions about the usefulness of the distinction. The Russian anarcho-syndicalists declared their aim "the full realisation of the Anarchist-Communist ideal" of distribution according to needs. The Mexican CGT adopted the goal of anarchist communism. The syndicalist Argentine Regional Workers Federation (FORA), formed in 1901 and captured by anarchists in 1904, declared that it advocated the "economic and philosophical principles of anarchist-communism." FORA played a central role in the formation in 1929 of the American Continental Workingmens Association (ACAT) within the IWA, which declared, "It recommends communism." The IWA also advocated a "free communist future." (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.128). A maior parte dos anarco-sindicalistas defendeu explicitamente seu objetivo como uma sociedade anarquista e comunista, intensificando posteriormente as questões sobre a utilidade da distinção. Os anarco-sindicalistas Russos declararam o seu alvo era a “completa realização do ideal anarco-comunista” da distribuição de acordo com as necessidades. A mexicana CGT também adotou o anarco-comunismo como objetivo. A sindicalista Federação Operária Regional Argentina (FORA), formada em 1901 e anarquista somente a partir de 1904 declarou que defendia os “princípios econômicos e filosóficos do anarco-comunismo”. A FORA teve um papel fundamental na formação da American Continental Workingmens Association (ACAT) dentro da IWA, que declarou “Recomenda-se comunismo”. A IWA também defendia um futuro comunismo livre. Tradução livre.

exclusivamente anarquista, mas é que é visto com grande importância por alguns anarquistas uma vez que possibilitaria a maior adesão popular e um movimento popular com todas as condições necessárias para desencadear um processo revolucionário. As organizações *dualistas* funcionam sob o princípio da necessidade de organização em dois níveis; social, através dos sindicatos, anarquistas se organizariam como trabalhadores. Político-ideológica, composta por organizações especificamente anarquistas. Por fim, anarquistas que acreditam que organizações políticas formais, mesmo os sindicatos que atuam sob um programa anarquista, são “[...] uma superposição gradual de corpos por meio dos quais uma hierarquia real e verdadeira se impõe entre os vários níveis desses grupos”. Isto é, “a disciplina, as violações, as contradições que são tratadas com punições correspondentes, que podem ser tanto a censura quanto a expulsão” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.31).

O segundo debate gira em torno do quão criticamente as reformas são aceitas pelos anarquistas. A oposição nesse caso está entre as posições designadas como *possibilista* e *impossibilista*. No primeiro caso, a ideia de que a sociedade ideal não será construída de uma hora para outra é tomada para levar em conta as preocupações da classe trabalhadora; como por exemplo, redução das jornadas de trabalho e melhores salários, sem que sejam vistas como anti-revolucionárias ou uma forma de concessão ao Estado.

Dentre os possibilistas encontra-se Ba Jin (2008), que sustenta que “a sociedade ideal” não surgirá de uma hora para outra, “como um milagre: isso será feito gradualmente”; ele enfatiza: “devemos caminhar para nosso ideal passo a passo”. Isso implica, para ele, que anarquistas, como trabalhadores, se unam ao movimento sindical para “pensar nas preocupações de nossos companheiros e levantar novas bandeiras, como a redução nas horas de trabalho, proteções para a vida dos trabalhadores e educação”. Essas reformas, se conquistadas por meio da luta de classes articuladas por trabalhadores organizados, poderiam contribuir com a aproximação de um processo revolucionário (CORRÊA; SILVA, 2013, p.32).

Já na perspectiva *impossibilista*, as reformas mais ajudam o sistema capitalista na manutenção da exploração e do *status quo* do que a classe trabalhadora. Através das reformas os princípios básicos do sistema capitalista seriam mantidos e a transformação social violenta e

revolucionária seria atrasada. Para anarquistas como Alessandro Cerchiai (*apud* CORRÊA; SILVA, 2013), as reformas simplesmente ajustariam o sistema capitalista e não colocariam em xeque seus principais fundamentos. Malatesta (1907) analisa criticamente a estratégia de greve geral e chega à conclusão de que apesar de ser um instrumento de mobilização importante, em última instância, não ameaça verdadeiramente as classes dominantes. Argumenta que alguns anarquistas acreditariam que depois de certo período de greve geral, a burguesia ficaria sem seus bens de consumo e teria que ceder às reivindicações da classe trabalhadora. No entanto, para o italiano;

A greve geral, tal como é descrita, não passa de pura utopia. Ou o operário, morrendo de fome depois de três dias de greve, voltará ao trabalho de cabeça baixa e nós podemos marcar mais uma derrota para o nosso lado; ou tentará apossar-se dos meios de produção utilizando a força. E quem estará a sua espera para impedir que isso aconteça? Soldados, policiais, além dos próprios burgueses. Tornar-se-á impossível evitar que a questão seja resolvida com tiros e bombas, transformando-se numa insurreição onde a vitória caberá ao mais forte (WOODCOCK, 1977, p.203).

O foco da questão para esse autor está na inevitabilidade da luta armada. Cedo ou tarde, a insurreição será necessária. Essa crítica a greve geral nos remete ao terceiro debate referente aos métodos de ação e estratégia anarquistas. Em geral, a maior parte dos anarquistas entende que a violência será inerente ao processo revolucionário. A distinção está na maneira como ela vai ser empregada. Para Ravachol (1981), um anarquista francês do século XIX, a revolução precisa de um gatilho para ser desencadeada e esse gatilho são as ações violentas. Nesse caso, “a violência funciona como uma ferramenta para criar movimentos revolucionários, um gatilho, uma forma de propaganda que, por meio da vingança, inspira membros das classes dominadas a ingressarem em um processo mais radicalizado de luta” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.32). Já para a corrente “rival” na disputa pelo debate sobre as formas de uso da violência; o sucesso da insurreição depende de um apoio irrestrito das massas. Nesse caso, o trabalho de massa e conscientização das classes dominadas deve preceder a ação violenta. O uso da violência deixa de ser um a pólvora que provocará o estouro da revolução e passa a ser entendido como um meio de luta. A violência deve partir de um corpo revolucionário social já mobilizado; e não o contrário.

A Federación Anarquista Uruguaya (FAU) (2009b, p. 46; 56) sustenta, distintamente, que “é impossível conceber uma insurreição sem participação das massas”, as quais devem se envolver nesse processo essencialmente violento por “uma série de ações de massas de distintos níveis” [...] Assim, a violência deve ser utilizada a partir de movimentos populares previamente estabelecidos, de maneira a aumentar sua força no processo de luta de classes; a violência é, nesse caso, uma ferramenta para favorecer lutas de massas já existentes e não um gatilho para criá-las ou a melhor maneira de realizar propaganda para atrair pessoas para a luta (CORRÊA; SILVA, 2013, p.33).

Destes três debates estratégicos emerge mais uma distinção. Podendo considerar que esta procura definir o anarquismo entre dois “tipos” principais. Podemos observá-la primeiro em Schmidt e Van der Walt (2009), depois em Corrêa e Silva (2013). O primeiro tipo seria o *anarquismo das massas*, corrente que compreende tanto a estratégia de organização anarco-sindicalista quanto à sindicalista de intenção revolucionária e a dualista. Admite as reformas como parte do processo de revolução social e um dos meios de fomento das classes trabalhadoras. Dentro do seu espectro político, a violência surge como uma ferramenta de ação necessária as massas quando estas já se encontram engajadas no processo revolucionário, conscientes de sua condição e motivadas pela revolução. Anarquistas das massas enfatizam a importância da luta diária, mesmo que os objetivos sejam limitados, mas como uma maneira de fortalecer os movimentos populares, sua consciência de classe e condições de vida. No entanto, é crucial que essas reformas sejam feitas de baixo para cima. Assim como a maioria dos anarquistas das massas acreditam que através do sindicalismo e a luta dos trabalhadores unidos pode desempenhar um papel central na destruição do capitalismo, da propriedade privada e do Estado (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.124).

O segundo tipo seria o anarquismo *insurrecional*, corrente que argumenta que as reformas são apenas ilusórias uma vez que não ferem o núcleo do capitalismo e que as organizações formais são incompatíveis com o anarquismo. Outra crítica recorrente dos anarquistas insurrecionais direcionada para as organizações formais, é que elas preservam as estruturas de poder hierárquicas presentes no Estado e sua lógica da dominação. Novamente Malatesta (1907), quando

analisa o sindicalismo criticamente, teme que esse tipo de organização, em última instância, só acabe produzindo novos dirigentes que ocuparam posições privilegiadas em relação ao restante dos trabalhadores das classes dominadas e dessa maneira, o ciclo vicioso de dominação será preservado. Essa questão será exposta mais detalhadamente na próxima sessão, destinada à contribuição dos clássicos.

Outra marcada é a utilização da violência como propaganda de ação. Como dito anteriormente, segundo essa estratégia, a revolução social será desencadeada através da ação violenta contra a classe dominante. Esse tipo de propaganda teria ficado muito marcado no imaginário social devido a uma grande onda de assassinatos realizados por anarquistas insurrecionários no final do século XIX e começo do século XX (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.123).

3. O QUE DIZEM OS CLÁSSICOS? MIKHAIL BAKUNIN, EMMA GOLDMAN E ERICO MALATESTA

Realizada esta breve tentativa de organizar um conjunto de pressupostos teórico e práticos da doutrina político-ideológica anarquista a partir da contribuição de quatro autores não pertencentes ao tradicional eixo Europa / Atlântico Norte, agora partiremos para a segunda parte deste capítulo. O objetivo desta é apresentar três nomes considerados clássicos dentro da tradição de pensamento anarquista um conjunto igualmente conciso de pressupostos teóricos sobre as principais categorias dessa doutrina. Lembremos que o critério de escolha desses autores envolve a importância que parecem ter e a frequência com que são citados como figuras notórias do pensamento anarquista (CORRÊA; SILVA, 2013); a quebra da hegemonia masculina, no caso de Goldman, por se tratar de uma mulher que aparece como uma das representantes da causa da emancipação da mulher dentro do anarquismo, mas que também têm grande contribuição teórica para suas ideias centrais; e por último, a capacidade de gerar questionamentos e instigar uma leitura interessante. Malatesta nos pareceu surpreendente e a sua inclusão acontece objetivamente pelo o que poderíamos chamar de um fator “afinidade”.

Apoiados em dois eventos históricos específicos, procuramos uma visão crítica sobre os fatos ocorridos e a maneira como a teoria anarquista é mobilizada nessas análises. Para fazê-lo, recorreremos ao texto *A Comuna de Paris e a noção de Estado* (2006), onde Bakunin²¹

²¹ Mikhail Alexandrovich Bakunin (1814-1876) – Anarquista russo que pertenceu a uma rica família de proprietários de terra na Rússia. Alguns membros da família de sua mãe haviam participado do levante decembrista de 1825, mas é através de Hegel e Fichte que passa a ser interessado pelo caráter filosófico da revolução. Em 1843, enquanto completava seus estudos na Europa, entra em contato com Wilhelm e Proudhon, o que só faz seu interesse no processo revolucionário aumentar. Durante os anos de 1848-1849, toma parte nas rebeliões que ocorreram em Paris, Praga e Dresden; sendo capturado após a derrota em Dresden e enviado para as prisões da Saxônia e da Áustria. Depois de um longo período preso, é enviado para a Sibéria; de onde consegue escapar e fugir para o Japão e de lá, para os Estados Unidos e de volta para a Europa. Nesse período participa de uma revolta na Polônia que termina em fracasso e, dessa forma, abandona de vez suas convicções pan-eslavicas, desenvolvendo uma série de teorias anarquistas e fundando uma organização política secreta, a

defende a tese de que a comuna foi uma experiência modelo para o anarquismo a partir da distinção que traça entre o chamado socialismo libertário (anarquismo) e o comunismo autoritário de Marx (comunismo/marxismo). É evidente que esse título de comunista autoritário nunca foi aceito por Marx ou pelos comunistas. No entanto, até mesmo quando percebemos essa insistente atribuição; “autoritário”, podemos observar um reflexo do pensamento de Bakunin no que diz respeito a sua noção de Estado e suas divergências com o processo revolucionário pela via comunista. A existência e/ou instrumentalização do Estado, por si só, é uma via autoritária.

O segundo evento é explorado pela anarquista Emma Goldman²² no texto *O fracasso da Revolução Russa* (1924) onde através de análise dos pontos que identifica como problemáticos durante processo revolucionário russo, estabelece que os métodos da revolução e os métodos do Estado são irreconciliáveis. Dessa forma, tenta demonstrar que a existência de um Estado socialista, em todas as suas manifestações possíveis – econômicas, políticas, sociais e educacionais – é uma impossibilidade. A revolução e o Estado são descritas como tendências opostas e em constante disputa. Duas tendências opostas que lutavam pela supremacia: o Estado Bolchevique contra a Revolução. As duas tendências, contraditórias tanto nos seus objetivos quanto nos métodos que utilizavam, não conseguiam agir em consonância: o triunfo do Estado significa a derrota da Revolução (GOLDMAN, 1924). Em ambos os casos podemos observar que na opinião desses autores o

Aliança da Social Democracia. Em 1868 junta-se à Internacional, onde é pivô chave de uma disputa ideológica contra Marx; até ser expulso da organização em 1872. Na década de 1870 ainda participaria de alguns levantes em Lyon e Bolonha. No entanto, acaba morrendo em Berna. Talvez sua maior contribuição, mais do que os diversos artigos que escreveu sobre o anarquismo, tenha ficado marcada na história como sendo a fundação do próprio movimento histórico anarquista; juntamente com Proudhon (WOODCOCK, 1977).

²² Emma Goldman (1869-1940) – Aos 17 anos deixa a Rússia rumo aos Estados Unidos, onde acaba se casando muito cedo e tornando-se profundamente infeliz. Assim como muitos imigrantes judeus da época, passa a trabalhar nas oficinas de costura das confecções de Nova York. Entra em contato com o anarquismo através de Johann Most; tornando-se uma importante figura no anarquismo, defensora da emancipação da mulher e grande oradora. Deportada em 1919, de volta à Rússia, decepçiona-se profundamente com o regime bolchevique. Deixa o país em 1921 e começa a viajar o mundo chegando a estar na Espanha durante sua Guerra Civil.

Estado e o processo revolucionário são categorias antagônicas e esse posicionamento está relacionado à ideia da *crítica da dominação* e da autoridade. Sendo a dominação, manifesta na figura do Estado – ou mesmo de um Partido – e em um contexto que se pressupõe revolucionário, o ponto central dessas análises.

Em 1871, após o governo francês perde a Guerra Franco-Prussiana e assina um tratado de paz com o chanceler prussiano, desagradando profundamente a população francesa; Paris é tomada de assalto por sua população e um “governo” popular é instaurado. Com o apoio da Guarda Nacional, essa experiência autogestionária de organização conhecida como “Comuna de Paris” sobreviveu por dois meses e promoveu algumas mudanças significativas; a separação entre o Estado e a Igreja, o fim do trabalho noturno nas padarias e a reabertura das fábricas sob o comando da classe trabalhadora, sendo estes só alguns exemplos. Bakunin, apesar de reconhecer que a Comuna em sua maioria não era constituída por anarquistas, acreditava estar organizada sob pressupostos semelhantes às convicções anarquistas e por esse motivo deveria ser objeto de aprendizagem.

Quando Bakunin pega a experiência da Comuna para fazer uma comparação entre a concepção de Estado dentro do pensamento daqueles que identifica como socialistas libertários (anarquistas) e os chamados comunistas autoritários (comunistas); aponta a *crítica da dominação* e da autoridade como um dos pressupostos de organização observáveis na Comuna. Como se a oposição ao Estado e a autoridade durante essa experiência fosse resultado da ação espontânea das massas oprimidas.

São estes dois métodos diferentes. Os comunistas acreditam dever organizar as forças operárias para se apossar da potência política dos Estados; os socialistas revolucionários se organizam levando em consideração a destruição, ou, se o que se quer é uma expressão mais cortês, levando em consideração a liquidação dos Estados. Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade; os socialistas revolucionários só confiam na liberdade. Partidários uns e outros da ciência que deve matar a fé, os primeiros gostariam de impô-la; os outros se esforçarão por propagá-la, a fim de que os grupos humanos, convencidos, se organizem e se federem espontaneamente, livremente, de baixo para cima: por seu movimento próprio e segundo

seus interesses reais, mas nunca segundo um plano traçado de antemão e imposto às *massas ignorantes* por algumas inteligências superiores. (BAKUNIN, 2006, p.5).

Dessa forma, um modelo de organização libertário e igualitário só seria possível com a ausência de um governo autoritário e uma análise crítica da sociedade e do contexto atual dependeria de uma análise dos modelos de organização social. A história deveria ser lida através dos modelos de organização social de cada época. E foi precisamente esse caráter libertário que Bakunin enxergou na Comuna.

Entretanto, em uma situação como aquela, onde um modelo de organização diferente passava a tomar forma, a herança política daquele contexto não poderia ser ignorada. Como já foi dito, mesmo que tanto os anarquistas eram minoria quanto os anseios da população revoltosa estavam se consolidando através de uma forma de organização independente do surgimento de um Estado; no diz respeito à superação de uma tradição política onde a ideia de autoridade ainda era muito presente, havia um problema bem grande para ser resolvido.

É possível compreendê-los melhor na medida em que o mesmo povo de Paris, sob a influência do qual pensaram e atuaram, era muito mais socialista por instinto do que por ideia ou convicção reflexiva. Todas suas aspirações são no mais alto grau e exclusivamente socialistas; mas suas idéias, ou melhor, suas representações tradicionais estão ainda bastante longe de ter chegado a essa altura (BAKUNIN, 2006, p.19).

Apesar da espontaneidade aparecer na fala de Bakunin como combustível da revolução social, a herança jacobina ainda era muito presente. Para Bakunin, aquele cenário estava caracterizado pela presença de “muitas imaginações ditatoriais e governamentais no proletariado das grandes cidades da França e inclusive no de Paris”; havia um culto à autoridade, “[...] tão certo que até os filhos mais inteligentes do povo, os socialistas mais convictos, ainda não chegaram a se libertar de maneira completa dela” (BAKUNIN, 2006, p.19). Dessa forma, no seu entendimento, o que os indivíduos comprometidos com a revolução devem fazer e aprender de experiências como a da Comuna é; numa situação onde a revolução social deve ser entendida como oposta à revolução política – política no sentido de político institucional –, é necessário “elaborar, esclarecer e propagar as ideias que correspondem ao “instinto” popular e também contribuir com seus esforços incessantes à organização revolucionária da potência natural das massas, mas nada

além” (BAKUNIN, 2006, p.19). Caso contrário, se passam a entender que estão em posição de fazer pelo povo mais do que o próprio povo, assumindo uma posição de privilégio e autoridade em relação aos demais e desenhando os contornos que a vida em sociedade deve tomar; “chegar-se-ia à ditadura política, isto é, à reconstituição do Estado, os privilégios, das desigualdades de todas as opressões do Estado, e chegar-se-ia, por um caminho desviado, mas lógico, ao restabelecimento da escravidão política, social e econômica das massas populares” (BAKUNIN, 2006, p.19).

Contrariamente a esse pensamento dos comunistas autoritários, que considero completamente errôneo, sobre uma revolução social ser decretada e organizada seja por uma ditadura, seja por uma assembleia constituinte saída de uma revolução política, nossos amigos, os socialistas de Paris, pensaram que não podia ser feita e levada a seu pleno desenvolvimento a não ser pela ação espontânea e contínua das massas, dos grupos e das associações populares.

Nossos amigos de Paris tiveram mil vezes razão. Porque, de fato, por genial que seja, qual é a cabeça, ou se o que se quer é falar de uma ditadura coletiva, ainda que formada por várias centenas de indivíduos dotados de faculdades superiores, quais são os cérebros, por potentes que sejam, bastante amplos como para contemplar a infinita multiplicidade e diversidade dos interesses reais, das aspirações, das vontades, das necessidades cuja soma constitui a vontade coletiva de um povo, e para inventar uma organização social capaz de satisfazer a todos? (BAKUNIN, 2006, p.12).

A centralidade da ação política é retirada da figura dos grandes planejadores e administradores, capazes de uma leitura precisa da vida em sociedade e responsáveis pelas posições de privilégio nas organizações políticas institucionais, e passa para as mãos do que Bakunin entende como a ação política espontânea das massas. Essa afirmação pode parecer contraditória caso o leitor esteja atento a primeira parte desse capítulo. No entanto, quando Corrêa e Silva (2013) colocam que deve existir um esforço de formação política das massas; consequentemente, resultado de uma “*transformação da consciência de classe e estímulo à vontade de transformação*”; utilização de meios *autogestionados de luta* que não impliquem em relações de dominação

e/ou hierárquicas, seja entre os próprios anarquistas ou em relação a outros agentes sociais; *defesa da autonomia* de classe, princípio que implica a recusa às relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, o Estado e outras instituições formais que coíbam o protagonismo das classes populares em geral”. Entendemos que essa colocação não está distante da preocupação de Bakunin com o protagonismo das classes dominadas no processo de revolução e detrimento da emergência de novas classes dirigentes surgidas das classes dominadas.

Portanto, entendemos que Bakunin recorre ao exemplo da Comuna da Paris como maneira de seguir em frente com o debate sobre o papel do Estado nas sociedades modernas. A experiência de organização autogestionada instaurada mesmo que brevemente pelos insurgentes da Comuna parece abrir para Bakunin uma via de discussão a respeito das formas de organização que tem entre os seus fundamentos a negação do Estado ou de um governo compulsório. Tanto que durante as últimas páginas de seu texto aqui analisado, começa a discutir as possibilidades de uma organização social que tenha por bases pressupostos anarquistas e as suas possíveis fragilidades.

A futura organização social deve ser feita somente de baixo para cima, pela livre associação e federação dos trabalhadores, primeiro nas associações, depois nas comunas, nas regiões, nas nações, e finalmente numa grande federação internacional e universal. Apenas então haverá de se realizar a ordem verdadeira e vivificadora da liberdade e da felicidade geral, essa ordem que, longe de renegar, afirma, ao contrário, e põe de acordo os interesses dos indivíduos e os da sociedade (BAKUNIN, 2006, p.14).

Sobre a acusação de que a solidariedade entre os interesses dos indivíduos e da sociedade nunca poderia ser realizada realmente, porque tais interesses, sendo contraditórios, não estão em condições de se contrabalancear. Responde que se o acordo mútuo entre as partes nunca foi expresso em forma alguma de organização social até o presente momento, esse problema persiste devido à existência do Estado. Responsável pelo sacrifício dos interesses da maioria em detrimento dos interesses de uma minoria dirigente. Segundo Bakunin, essa suposta incompatibilidade entre os interesses pessoais e os interesses da sociedade seria uma mentira orquestrada politicamente, fruto da mentira teológica que imaginou a doutrina do pecado original para destruir no ser humano a consciência do seu próprio valor (BAKUNIN, 2006).

Como, então, imaginar, depois disso, que as pessoas que transformaram a política em um ofício e conhecem seu objeto — isto é, a injustiça, a violência, a mentira, a traição e o assassinato em massa e isolado —, possam acreditar sinceramente na arte política e na sabedoria do Estado gerador da felicidade social? Não podem ter chegado a esse grau de estupidez, apesar de toda sua crueldade. A Igreja e o Estado têm sido em todos os tempos grandes escolas de vícios. A História está aí para testemunhar seus crimes; em toda parte e sempre, o sacerdote e o estadista foram os inimigos e os verdugos conscientes, sistemáticos, implacáveis e sanguinários dos povos (BAKUNIN, 2006, p.21).

No entanto, o que Bakunin pretende não é a defesa da ideia de que não deve haver contradição e conflito nessa organização social futura. Pelo contrário, a existência da contradição e do conflito é diferente da existência da perpetuação da dominação. O que parece sugerir é que a dominação coíbe qualquer conflito de ideias em nome de uma suposta harmonia plenamente realizada. Para essa suposta ordem, resta apenas entender mais uma vez que está fundamentada nos privilégios de uma minoria em detrimento do controle e repressão de uma maioria;

na própria natureza, essa maravilhosa correlação e filiação dos fenômenos, não foi alcançada, certamente, sem luta. Ao contrário, a harmonia das forças da natureza aparece como resultado verdadeiro dessa luta constante que é a própria condição da vida e do movimento. Na natureza e na sociedade, a ordem sem luta é a morte (BAKUNIN, 2006, p.17).

A inevitabilidade da ação seria responsável pela inauguração dessa nova ordem social mais igualitária e livre. Afirmção que nos remete a maneira como o conceito de espontaneidade é sempre recorrente na obra de Bakunin. Segundo nossa leitura, nessa passagem, o que chama de inevitabilidade da ação nada mais é do que a *defesa da autogestão* dos indivíduos.

Já no caso de Goldman (1924), quando se propõe a analisar os fatores que entende como responsáveis pelo fracasso da Revolução Russa, episódio onde o partido bolchevique, liderado por Lênin, em meio a Primeira Guerra Mundial, organizou a revolução para tomar o poder na Rússia do Czar no ano de 1917. Parece seguir um caminho

parecido com o de Bakunin e estabelece uma relação direta entre o fracasso na revolução e a condição de permanência do Estado. Tendo a revolução fracassado, porque em última instância, o Estado foi mantido. A responsabilidade por este fracasso não seria inteiramente bolchevique. Segundo a autora, o princípio de organização bolchevique era antes de tudo marxista, portanto, tratando-se de um “governismo fanático”. No entanto, cabe questionar; o que exatamente caracterizaria esse fracasso partindo do pressuposto que se tratava de um “governismo fanático”? Quais foram as particularidades desse processo revolucionário, mesmo que ineficaz?

A Revolução Russa teria sido

um reflexo, em pequena escala, da luta de séculos entre o princípio do livre arbítrio e o autoritarismo. Pois o que é o progresso senão uma aceitação mais ampla do princípio da liberdade contra aquele da coação? A Revolução Russa foi um passo em direção à liberdade²³, frustrado pelo Partido Bolchevique, pela vitória temporária de reacionários conceitos governistas (GOLDMAN, 1924, p.141).

A particularidade da análise feita por Goldman, assim como em Bakunin – Goldman sobre a Revolução Russa e Bakunin sobre a Comuna de Paris –, está na escolha de um evento em particular e através de sua análise, a elaboração de uma contraposição entre os princípios da revolução social e de uma concepção de Estado. Concepção na qual seria impossível conciliar os interesses do povo com qualquer forma de governo. Para Goldman, o dilema torna-se o seguinte: feita a revolução, as grandes massas deveriam ser responsáveis pela escolha entre a formação de um Estado Industrial ou pela adoção do anarcosindicalismo. Caso a escolha recaísse sob a primeira opção, a nova organização social por vir estaria ameaçada pelo surgimento de uma nova estrutura semelhante ao “Estado Político” descrito por Goldman.

²³ Revisando a bibliografia de autores que integram a chamada tradição anarquista, podemos perceber que palavras como liberdade, progresso, livre arbítrio, etc aparecem constantemente. Ao contrário da literatura atual, onde o uso dessas palavras é mais escasso de chega a ser evitado. Em *Anarquismo: crítica e autocrítica* (2011), Bookchin analisa como essas palavras e a própria concepção de liberdade ganha um sentido diferente com a vertente neoliberal do capitalismo e essa mudança de sentido custou caro ao movimento anarquista.

O Estado Industrial acabaria pode ser transformar num peso morto, impedindo o aparecimento de outras formas de vida. Por esta mesma razão, o sindicalismo (ou industrialismo) por si só não é, como alegam seus representantes, suficiente. Apenas quando o espírito do livre arbítrio se integrar às organizações econômicas dos trabalhadores é que as ilimitadas energias criativas do povo conseguirão se manifestar e a revolução poderá ser salvaguardada e defendida. Só a livre iniciativa e a participação popular nos assuntos da revolução poderão evitar que se repitam os terríveis erros cometidos na Rússia (GOLDMAN, 1924, p.142).

Neste último trecho a “livre iniciativa” e a “participação” têm uma conotação específica; a de que as associações espontâneas integram parte fundamental da doutrina política anarquista como estratégia de organização social e oposição ao restabelecimento de uma autoridade estatal ou governamental. Mais especificamente, também como parte da estratégia de organização anarcosindicalista. E no que diz respeito à organização do trabalho, as associações libertárias das massas seriam a única forma possível de organizar com sucesso a vida econômica tornando possível conciliar os interesses das pessoas com um sistema de produção industrial. Já as cooperativas, operando em sintonia com as organizações indústrias, serviriam como “meio de distribuição e troca entre a cidade e o campo, que ao mesmo tempo, ligam por laços fraternais as massas industriais e agrícolas” (GOLDMAN, 1924, p.143). Assim a revolução poderia ser sustentada por um laço comum entre o serviço e o auxílio, um princípio de apoio mútuo; agindo como fermento, apressando o surgimento de novas formas sociais de organização e inspirando as massas para que busquem maiores realizações (GOLDMAN, 1924).

Quanto ao surgimento dessas novas formas de organização, Goldman também chama atenção para o engano que seria acreditar que a classe operária poderia ocupar-se da criação de indústrias autogestionadas e ainda de atividades culturais sem a cooperação da classe intelectual. Seria importante reintegrar a classe intelectual a vida industrial e Lênin teria percebido essa questão. No entanto, para a autora, isso não o impediu de cometer outro erro mais grave ainda,

[...] os técnicos de nível superior foram chamados de volta em termos que acrescentaram a desintegração ao antagonismo contra o regime.

Enquanto os operários continuavam morrendo de fome, os engenheiros e técnicos recebiam altos salários, privilégios especiais e melhores rações (GOLDMAN, 1924, p. 144).

Resultando mais uma vez no surgimento de uma classe dirigente desconexa da classe trabalhadora, detentora de todos os privilégios; uma nova elite intelectual. A desconexão entre o trabalho físico e intelectual favoreceria a permanência e reaparição de novas classes dirigentes formadas por um pequeno número de intelectuais “destinados” a definir o destino das massas.

Essa constatação, aos olhos de Goldman (1924, p.144), é a expressão do que identifica como uma das principais tendências do Estado; “concentrar, limitar e monopolizar todas as atividades sociais”. Enquanto a tendência da revolução social, por sua vez, seria alargar, crescer e propiciar uma experiência disposta em círculos cada vez maiores. O Estado é institucional e estático; e revolução é fluente, dinâmica. São duas tendências incompatíveis e mutuamente destrutivas. Portanto, não pode haver uma revolução que apenas precede o surgimento de um novo Estado. “O conceito de Estado acabou com a Revolução Russa e deve provocar os mesmos resultados em todas as outras revoluções, a menos que o espírito libertário prevaleça” (GOLDMAN, 1924, p.144). A Revolução, para Goldman, é a negação de tudo que existe sob determinada ordem,

um violento protesto contra a desumanidade do homem para com o homem [das pessoas para com as pessoas], com as mil formas de escravidão que daí resultam. É o agente que se propõe a destruir os valores dominantes sobre os quais um sistema complexo de injustiça, opressão e maldade foi construído pela ignorância e brutalidade (GOLDMAN, 1924, p.147).

É uma mudança completa na forma e conteúdo das relações entre as pessoas, não uma ferramenta de reforma procurando amenizar algumas mazelas sociais. Não podendo igualmente apenas operar uma redistribuição das relações sociais, uma readequação das instituições, mas o surgimento de toda uma nova ética e um novo conceito de vida. É a reinvenção da própria vida e esta não pode passar pelo controle do Estado ou quaisquer instituições que promovam a dominação (GOLDMAN, 1924).

Em ambos os casos podemos perceber como seus exemplos são mobilizados para reforçar a crítica da impossibilidade de instrumentalização do Estado como ferramenta passível de apropriação

pelas massas. Assim como podemos observar que essa crítica também está acompanhada do embate com o pensamento comunista, ou como Bakunin gostava de chamar; “comunismo autoritário”. Esse embate faz parte da própria história do anarquismo e está presente nos primórdios do surgimento do anarquismo enquanto prática e ação política. Se como apontamos anteriormente, devemos considerar a emergência do anarquismo a partir do surgimento da Primeira Internacional, este fato deve-se à constante troca de idéias e discussões protagonizadas por Bakunin, Proudhon²⁴ e Marx naquele contexto. Durante algum tempo, Marx e os dois anarquistas, compartilharam da opinião de que as grandes revoluções precedentes ao século XIX, tal como a revolução Francesa e a Americana do século XVIII, haviam percorrido apenas uma parte do caminho que conduziria a uma sociedade mais justa. Segundo os anarquistas, o que elas realizaram seria apenas a renovação dos padrões de autoridade, concedendo poder às novas classes, mas não transformando a estrutura social e econômica dos países onde aconteceram (WOODCOCK, 1977). No entanto, com o passar do tempo, Proudhon e Bakunin entenderiam com mais clareza do que Marx que a substituição de uma elite por outra era uma característica inerente daquelas experiências ditas revolucionárias. Portanto, uma revolução que não eliminasse a autoridade, resultaria na criação de novas formas de poder autoritário mais abrangente e duradouro do que as que se pretendia derrubar. Os dois anarquistas “defendiam a ideia de uma revolução sem autoridade, que destruísse as instituições do poder, substituindo-as por outras baseadas na cooperação voluntária” (WOODCOCK, 1977, p.36).

Para anarquistas como Proudhon e Bakunin, havia um elitismo condenável na ideia de um socialista demonstrar ao povo como a sociedade deveria funcionar e que o ser humano seria capaz de espontaneamente criar novas formas de organização social que não dependessem de uma autoridade instituída. A diferença é que os

²⁴ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), anarquista francês filho de camponeses, teve seu primeiro contato com os socialistas e começou a desenvolver suas próprias teorias sobre um sistema sem governo, baseado na organização econômica cooperativista, enquanto trabalhava na cidade de Lyon. Em 1840, publica *O que é a propriedade?*, onde se declara anarquista pela primeira vez. Além de se tornar deputado independente da Assembleia Nacional francesa e ter fundado o Banco do Povo, Proudhon editou uma série de diários bastante críticos. O que resultaria em um longo período atrás das grades sob o reinado de Napoleão III (WOODCOCK, 1977).

anarquistas rejeitavam o “planejamento rígido dos socialistas utópicos, porque acreditavam que este conduziria a novas formas de autoridade.” (WOODCOCK, 1977, p.37).

O conflito entre anarquistas e comunistas dentro da Internacional teve como um dos seus principais aspectos a disputa entre Bakunin e Marx. Seus debates aconteceram durante a maior parte da existência da organização, entre 1868 até a sua cisão, em 1872. Para Woodcock (1977, p.40), os marxistas sustentavam que a organização política visava à transformação do proletariado numa classe governante. Já os anarquistas defendiam a organização espontânea dos trabalhadores de acordo com suas ocupações e afinidades. Autoritários contra libertários, ação política [institucional] contra ação industrial, ditadura do proletariado transitória contra abolição *imediate* de todos os poderes do Estado: o debate continuou e os dois pontos de vista eram irreconciliáveis. Por fim, o debate se transformaria em conflito. Onde no Congresso de Basel, em 1872, Bakunin seria expulso da organização e o conselho geral da Internacional seria transferido para Nova York. Dois anos depois, no ano de 1874, A Primeira Internacional deixaria de existir.

Em *Statism and Anarchy* (1873), Bakunin começa a construção de sua oposição à ideia da necessidade de um Estado e a *crítica da dominação* afirmando que são as formas de organização e sua dinâmica que poderão responder da melhor maneira possível sobre a vida e todas as suas complexidades. Sendo este o ponto de partida para que seja possível conciliar teoria-prática e prática-teoria. Mais do que uma teoria que seja capaz de explicar a vida social e suas particularidades, assim como o caminho para a revolução, Bakunin abre o texto tocando na questão da espontaneidade do movimento das massas como caminho para emancipação e consequentemente, a revolução social e anarquista. Enquanto o modelo daqueles que identifica como metafísicos seria completamente oposto,

all the worshippers of science as a goddess, [...] in one way or another, have created an ideal of social organization, a narrow mold into which they would force future generations, all those who, instead of seeing science as only one of the essential manifestations of natural and social life, insist that all of life is encompassed in their

necessarily tentative scientific theories²⁵
(BAKUNIN, 1873, p.1).

O problema para Bakunin é que a ciência, “in the true sense of the word”, está ao alcance de uma pequena minoria. Então se a ciência deve ditar as leis e formular todos os modelos explicativos sobre a vida e a organização social, milhões de pessoas, a grande maioria, estaria se submetendo a dominação de apenas um ou duas centenas de especialistas.

Actually it would be even fewer than that, because not all of science is concerned with the administration of society. This would be the task of sociology – the science of sciences – which presupposes in the case of a well-trained sociologist that he have an adequate knowledge of all the other sciences. How many such people are there in Russia – in all Europe? Twenty or thirty – and these twenty or thirty would rule the world? Can anyone imagine a more absurd and abject despotism?²⁶ (BAKUNIN, 1873, p.1)

Seria desastroso para a humanidade se houvesse um tempo em que a especulação teórica se tornasse a única fonte de conhecimento para a sociedade, se a ciência por conta própria estivesse responsável por toda administração da vida social. A vida estaria condenada, a humanidade estaria sem voz e destinada à servidão. O domínio da vida pela ciência não tem outro resultado senão a brutalização da humanidade (BAKUNIN, 1873). Seguindo essa perspectiva, Bakunin defende que a organização social futura deve partir das próprias massas e não de teorias impostas de cima para baixo. Sendo o anarquismo uma ferramenta que pode possibilitar as condições necessárias para essa

²⁵ “Todos adoradores da ciência como se ela fosse uma Deusa, [...] de um jeito ou de outro, têm criado um ideal de organização social, um modelo restrito em que eles encaixam as futuras gerações, todos estes que, ao invés de ver a ciência como apenas uma das manifestações essenciais da vida natural e social; insistem que toda a vida pode ser encaixada em suas tentativas de formulação de teorias científicas” (BAKUNIN, 1873, p.1, tradução minha).

²⁶ “Seria até menos do que isso, porque nem toda a ciência está comprometida com a administração da sociedade. Essa seria a tarefa da sociologia – a ciência das ciências – o que pressupõe que no caso de um sociólogo bem treinando que tenha obtido conhecimento de todas as outras ciências. Quantas pessoas assim existem na Rússia – e em toda Europa? Vinte ou trinta – e esses vinte ou trinta controlariam o mundo? Pode alguém imaginar um despotismo mais absurdo?” (BAKUNIN, 1873, p.1, tradução minha).

organização que está por vir. Trata-se de uma possibilidade. Porque em última instância, esse potencial deve ser perquirido nas próprias pessoas.

Dessa forma, o surgimento de toda forma de Estado, toda forma de governo, está objetivamente na contramão dos interesses das pessoas e inevitavelmente, acaba subordinando estas mesmas pessoas a interesses que são estranhos as suas próprias aspirações. O Estado ou qualquer tipo de instituição organizada pela autoridade e hierarquia não tem condições de representar os anseios das pessoas. A espontaneidade, como ferramenta essencial na organização futura, passa então a ser negada toda a vez em que a autoridade e o Estado estão presentes. A partir desta concepção, Bakunin declara; “we think that people can be free and happy only when organized from the bottom up in completely free and independent associations, without governmental paternalism” e continua:

this fiction of a pseudo-representative government serves to conceal the domination of the masses by a handful of privileged elite; an elite elected by hordes of people who are rounded up and do not know for whom or for what they vote. Upon this artificial and abstract expression of what they falsely imagine to be the will of the people and of which the real living people have not the least idea, they construct both the theory of statism as well as the theory of so-called revolutionary dictatorship”²⁷ (BAKUNIN, 1873, p.3).

Para Bakunin, os comunistas não podem ser considerados inimigos do Estado ou da ideia de Estado, uma vez que na verdade a sua oposição do Estado é apenas temporária. Qualquer tentativa de subverter os poderes existentes e a estrutura social presente que continue promovendo a ideia de governo, deve-se perguntar: se o proletariado tem como destino se transformar na classe dominante, sobre quem ela

²⁷ “Nós pensamos que as pessoas podem ser livres e felicidades somente quando organizadas de baixo para cima em associações completamente independentes e livres, sem o paternalismo do governo.” Continua; “essa ficção de um governo pseudo-representativo serve apenas para mascarar a dominação das massas por uma pequena elite privilegiada; uma elite eleita por uma horda de pessoas que estão andando em círculos e não sabe para quem e para quê serve seu voto. Em cima dessa expressão artificial e abstrata do que eles falsamente imaginam que seja a vontade das pessoas, eles constroem tanto a teoria do Estadismo quanto a teoria da assim chamada ‘ditadura’ revolucionária” (BAKUNIN, 1873, p.3, tradução minha).

dominará? Rapidamente surgirá um novo proletariado, igualmente ser submetido a essa nova classe dominante e a esse novo Estado.

Os marxistas estariam cientes dessa contradição, onde a instauração de um novo governo resultaria em mais uma forma de dominação, independente do seu formato democrático. A solução para essa contradição seria alcançada da seguinte forma: educando e elevando as massas economicamente e politicamente, logo alcançando um patamar onde o Estado logo seria desnecessário. No entanto; “there is a flagrant contradiction in this theory. If their State would be really of the people, why eliminate it? And if the State is needed to emancipate the workers, then the workers are not yet free, so why call it a People’s State?” (BAKUNIN, 1873, p.5). Para Bakunin, a contradição se apresenta da seguinte maneira: se pelo o que marxistas e comunistas entendem como liberdade, para a realização de uma sociedade mais justa, igualitária e humana – o que obviamente também é o objetivo dos anarquistas, isto é, a realização do anarquismo –, é necessário que o Estado seja utilizado como instrumento. O resultado dessa instrumentalização não pode ser noutro senão que para liberar as massas da opressão, seria necessário primeiro escravizá-las? Talvez não. Mais do que resultado de um momento de grande crise, a revolução social precisa ser resultado de pequenas revoltas locais, inspiradas por uma ideia maior, historicamente desenvolvida no interior da organização popular das massas, intensificada por uma série de eventos e severas experiências de opressão sofridas diariamente.

At first this ideal naturally manifests itself in the passionate desire of the people to put an end to their poverty and misery and to satisfy all their material needs by collective labor, equally obligatory for all. Later it will come to include the abolition of all domination, and the free organization of the life of the country in accord with the needs of the people. This will mean the rejection of the State’s form of control from the top in favor of organization from the bottom up, created by the people themselves, without governments and parliaments. This would be organization achieved by the free participation of associations, of the agricultural and industrial

workers, of the communes and the provinces²⁸
(BAKUNIN, 1873, p.8).

A abolição do Estado e da Igreja é condição indispensável para o restabelecimento da sociedade. Somente depois disto que a reorganização da sociedade pode começar, no entanto, ela deve acontecer de baixo para cima, não de acordo com o planejamento de alguns poucos sábios. Nem mesmo pela constituição de uma Assembleia Nacional eleita por sufrágio universal;

such a system, as I have already said, inevitably would lead to the formation of a government aristocracy, that is, a class of persons which has nothing in common with the masses of people; and, to be sure, this class would again turn to exploiting and enthraling the masses under the pretext of common welfare or of the salvation of the State (BAKUNIN, 1953, p.6).

A decepção com o sistema representativo é fruto da ilusão de que um governo ou uma legislação, mesmo quando resultado de eleição popular, tem condições de representar a vontade do povo. Para Bakunin, o povo espera duas coisas: a maior prosperidade possível combinada com a maior liberdade de movimento e de ação. Isto significa a melhor organização dos interesses econômicos populares, e a completa ausência de qualquer organização política ou de poder, já que toda organização política se destina à negação de alguma forma de liberdade (BAKUNIN, 1986). Será possível a burguesia, separada do povo por um abismo social e econômico, traduzir os sentimentos das massas através de leis e sua posição privilegiada no governo? Tanto na legislação quanto no governo, a burguesia só responde aos próprios interesses e preconceitos. E ainda que seja possível argumentar que, direta ou indiretamente, todos os membros do governo são eleitos pelo povo e que; “em dia de eleição, mesmo a burguesia mais orgulhosa, se tiver ambição política, deve-se

²⁸ “A princípio, esse ideal naturalmente se manifestaria no desejo apaixonado das massas de por um fim na pobreza e na miséria e de satisfazer todas suas necessidades materiais através do coletivo, igualmente obrigatório para todos. Mais tarde, incluiria a abolição de toda dominação, a livre organização da vida no país de acordo com as necessidades das pessoas. Isso significa a rejeição de toda forma de controle do Estado em favor de uma organização social de baixo para cima, criada pelas próprias pessoas, sem governos e parlamento. Isso seria alcançado através da livre participação nas associações, dos trabalhadores rurais e industriais, das comunas e das províncias” (BAKUNIN, 1873, p.8, tradução minha).

curvar-se diante de sua Majestade, a Soberania Popular” (BAKUNIN, 1986, p.99). O que acontece quando as eleições são encerradas? Ao final do período eleitoral, quando o povo retorna ao trabalho, e a burguesia, aos seus “lucrativos negócios e às intrigas políticas”, ambas as partes não se encontram e não se reconhecem mais. Qual é o tamanho de tal absurdo; esperar que o povo, oprimido pelo trabalho, esteja em condições de supervisionar todas as ações de seus representantes? Na realidade, o controle exercido pelos eleitores aos seus representantes inexistente. A liberdade que o povo tem de escolher seus representantes garante apenas a liberdade de continuar sendo explorado (BAKUNIN, 1986).

É importante chamar atenção para que quando Bakunin fala na rejeição de todas as formas de dominação orquestradas pelo Estado, assim como outros autores anarquistas (CORRÊA; SILVA, 2013), também está se referindo a dominação imposta pela propriedade privada e pelo capital. O modelo de produção capitalista e a especulação bancária demandam uma considerável centralização do Estado, o que por conta própria causa a exploração de milhões de trabalhadores pelo sistema capitalista. Pergunta; “O que é a propriedade, o que é o capital em sua presente forma? Para o capitalista e para o detentor da propriedade, eles significam o poder e o direito, *garantidos* pelo Estado, de viver sem ter de trabalhar.” Como a propriedade e o capital teriam parado nas mãos destes poucos detentores, senão pela exploração do trabalho e a especulação financeira?

[...] os detentores da propriedade e os capitalistas, não vivendo de seu próprio trabalho produtivo, mas da obtenção do aluguel de terras, casas, lucros sobre seu capital, da especulação sobre a terra, prédios e capitais, ou pela exploração comercial e industrial do trabalho manual do proletariado, vivem todos à custa do proletariado (BAKUNIN, 2007, p.2).

Sendo esta situação, “altamente difundida em todos os países civilizados”, encontra sua garantia na própria existência do Estado.

[...] fragilmente protegido por todos os Estados e que os Estados, religiões e todas as leis jurídicas, tanto criminais quanto civis, e todos os governos políticos, monarquias e repúblicas – com seus imensos aparatos judiciais e policiais e seus exércitos permanentes – não têm outra missão senão a de consagrar e proteger tais práticas [de

acumulação de capital, propriedade privada e especulação] (BAKUNIN, 2007, p.2).

Mesmo em sua mais simpática faceta, a democracia representativa, o Estado estaria em perfeita harmonia com o sistema capitalista. O Estado, baseado na pretensa ideia da defesa da vontade do povo, supostamente expressa pela escolha de seus representantes, teria incorporado duas das principais condições para o programa do capitalismo: a centralização do Estado e a submissão da população a uma pequena elite intelectual governante (BAKUNIN, 1873). A função da democracia representativa seria apenas apaziguar as tensões inerentes ao sistema capitalista, para que essa pequena elite dirigente pudesse permanecer em condição de se beneficiar de seus mecanismos de exploração. No entanto, mesmo a forma mais democrática de governo não pode ser capaz de amenizar a exploração do trabalho. Acontece que nenhum governo, por mais paternalista que seja, será capaz de tolerar qualquer tipo de ameaça as suas instituições econômicas ou sua hegemonia política: “unable to instill habitual obedience to its authority by cajolery and other peaceful methods, the government will then resort to unceasing coercion, to violence, i.e., to political control, and the ultimate weapon of political control is military power”²⁹ (BAKUNIN, 1873, p.9). A análise que Malatesta (1907) faz da greve geral, assim como exposto anteriormente, segue essa mesma linha de raciocínio. Em qualquer situação que seja, quando um governo sente que suas instituições econômicas ou sua hegemonia política está ameaçada, a violência será utilizada para garantir a permanência de sua autoridade e submissão do povo.

O Estado moderno é por natureza um Estado militar, sendo sua principal característica a necessidade de conquista e exploração; “for the simple reason that accumulated military power will suffocate if it does not find an outlet. Therefore the modern State must strive to be a huge and powerful State: this is the indispensable precondition for its survival” (BAKUNIN, 1873, p.9). Outra característica marcante é a centralização burocrática. Para Bakunin, a principal diferença entre a monarquia e mesmo a república mais democrática é que na monarquia, os burocratas oprimem e roubam do povo em benefício próprio e em nome do Rei. Na república essa extorsão acontece da mesma maneira,

²⁹ “incapaz de manter a habitual obediência a sua autoridade através de adulação ou outros métodos pacíficos, o governo então vai recorrer à incessante coerção, a violência, i.e., ao controle político, e a último recurso do controle político é o poderio militar” (BAKUNIN, 1873, p.9, tradução minha).

para o benefício da mesma classe, mas em “nome da vontade das pessoas” (e para encher os cofres dos burocratas). Para assegurar sua existência, o Estado deve se tornar um invasor de outros Estados,

just as the competition which in the economic [dentro do sistema capitalista] sphere destroys or absorbs small and even medium-sized enterprises – factories, landholdings, business – so does the immense State likewise devour small and medium-sized states³⁰ (BAKUNIN, 1873, p.10).

Isso significa que o Estado inevitavelmente deve seguir esse impulso agressivo, de conquista e violência para permanecer como tal. Deve estar pronto para invadir uma região estrangeira e subjugar milhões de pessoas. Deve estar pronto para exercer seu poderio militar. Mesmo que onde quer que seja que o poder militar prevalece, inexistente liberdade. Assim como a autonomia e o bem-estar da classe trabalhadora (BAKUNIN, 1873). Em suma, a liberdade política, objetivo de todos os Estados independentes que no curso da história desempenharam grandes papéis, para Bakunin, não passa de fraude. Esse ideal nunca poderia ser realizado porque também nesse ponto há uma grande contradição: a liberdade política aplicada despreza a condição de servidão econômica imposta. O sistema econômico capitalista e o Estado andam de mãos dadas e a abolição de um necessariamente deve passar pela abolição do outro.

Estado, pela definição de Malatesta (1907), tem sido usado para significar o conjunto de todas as instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares e financeiras que através da manutenção de seus próprios interesses, da responsabilidade pela sua própria segurança, são tomadas das pessoas e confiadas a outras que, por usurpação ou delegação, são concedidas o poder de fazer leis sobre tudo e sobre todos. Obrigando as massas à servidão, se necessário, pelo uso da força. Nesse sentido, Estado significa governo, ou em outras palavras, a expressão abstrata dos negócios do Estado, personificado por um governo. Sendo assim, a abolição do Estado, uma sociedade sem Estado, é a expressão precisa do que anarquistas procuram alcançar. A destruição de toda ordem política baseada na autoridade. A criação de uma sociedade livre e igual onde o convívio entre os seus membros esteja baseado na

³⁰ “[...] assim como a competição na esfera econômica destrói ou absorve pequenas ou médios empreendimentos – fábricas, propriedades de terra, negócios –, o imenso Estado também devora pequenos ou médios Estados” (BAKUNIN, 1873, p.10, tradução minha).

harmonia de interesses e na participação voluntária na tomada de decisões e responsabilidades.

Por sua vez, o governo seria formado por governantes; e os governos – por reis, presidentes, ministros, deputados, etc – que tem o poder de elaborar as leis que regulam a interações humanas e observar o seu resultado,

to levy taxes and to collect them; to impose military conscription; to judge and punish those who contravene the laws; to subject private contracts to rules, scrutiny and sanctions; to monopolize some branches of production and some public services or, if they so wish, all production and all public services; to promote or to hinder the exchange of goods; to wage war or make peace with the governors of other countries; to Grant or withdraw privileges; [...] In short, the governors are those who have the Power, to a greater or lesser degree, to make use of the social power, that is of the physical, intellectual and economic power of the whole community, in order to oblige everybody to carry out their wishes³¹ (MALATESTA, 1907, p.6).

Para Malatesta, este tipo de poder constitui o princípio da autoridade. No entanto, assim como aponta Bakunin, toda forma de governo precisa ganhar apoio de uma classe poderosa. Quando na demanda de produção, há a impossibilidade de controlar e direcionar tudo, é necessário o restabelecimento da propriedade privada, o estabelecimento de dois poderes convergentes; o poder que controla através da força – o governo – e o poder que controla através da fonte de força – os proprietários (MALATESTA, 1907). Os governos inevitavelmente acabam estabelecendo uma relação de simbiose com os

³¹ “[...] para impor e coletar impostos; impor o serviço militar; para julgar e punir aqueles que descumpriram a lei; para sujeitar acordos pessoais a leis e sanções; para monopolizar alguns setores da produção e dos serviços públicos ou, se assim desejarem, toda a produção e todos os serviços públicos; para promover ou deter a troca de bens; para declarar guerra ou paz com os governos de outras nações; para garantir ou negar privilégios; [...] resumidamente, os governantes tem poder, em maior ou menor escala, de fazer uso de determinadas ferramentas sociais, isto é, poderes físicos, intelectuais e econômicos que pertencem a toda comunidade, fazendo com que toda população seja obrigada a acatar seus próprios desejos” (MALATESTA, 1907, p.6, tradução minha).

grandes proprietários [capitalistas] em nome da manutenção do controle e da ordem sob os meios de produção e da sociedade. Nunca esse fenômeno havia tomado tamanha proporção como na modernidade, anuncia Malatesta.

[...] the development of production, the vast expansion of commerce, the immeasurable power assumed by money, and all the economic questions stemming from the Discovery of America, from the invention of machines, etc., have guaranteed this supremacy to the capitalist class which, no longer content with enjoying the support of the government, demanded that government should arise from its own ranks³² (MALATESTA, 1907, p.9).

E essa demanda foi atendida. Governantes escolhidos pela classe capitalista, pelos grandes proprietários, compostos de membros de sua própria classe, sempre organizados e dispostos a defender esta classe contra qualquer possível demanda que não seja de seu interesse. Segundo Malatesta, é neste ponto que surge o Parlamento moderno. Na leitura de Malatesta, atualmente, isto é, no contexto de onde escreveu, os governos são constituídos pelos grandes proprietários e pelas pessoas dependentes deles; sendo a possibilidade de escolher seus governantes uma mera ilusão. Tendo percebido isso ou não, o fato é que o direito ao voto apenas serviu a burguesia para consolidar seus poderes sobre o povo, enquanto os setores mais ativos da classe trabalhadora alimentam falsa esperança de obter alguma representatividade.

Mesmo quando o governo reconhece e legaliza um conjunto básico de medidas que tem como objetivo proteger de alguma forma seus cidadãos, quando garante direitos sem os quais a vida social não seria possível, quando constrói estradas, organiza serviços de coleta de lixo, estabelece reservas de preservação ou inaugura hospitais; somente toma tais medidas para ser condescendente com a pose de protetor dos pobres e oprimidos (MALATESTA, 1907). No entanto, essa constatação é o suficiente para entender que os motivos pelos quais os governos asseguram esses direitos e benefícios são sempre motivados pelo “desire

³² “O desenvolvimento da produção, a vasta expansão do comércio, o imensurável poder do dinheiro, todas as possibilidades econômicas surgidas do descobrimento das Américas, a invenção das máquinas, etc., têm garantido a supremacia para que classe capitalista, não mais satisfeita em contar com o apoio dos governos, agora demanda que os governantes sejam oriundos de sua própria classe” (MALATESTA, 1907, p.9, tradução minha).

to dominate, and is always geared to defending, extending and perpetuating its privileges and those of the class of which it is both the representative and defender”³³ (MALATESTA, 1907, p.10). Essas pequenas concessões servem para passar uma ideia de “generalidade” nos direitos e igualdade que não corresponde com a realidade. Para que as tensões sejam amenizadas ao mesmo tempo em que os privilégios da classe dominante possam ser conservados. No entanto, qualquer ação que seja ofensiva aos privilégios da classe dominante é tratada como crime e punida pela lei. Ao mesmo tempo em que a mais absurda exploração das classes dominadas é considerada legal e dentro da lei. A morte da dignidade dos que nada possuem é sustentada em nome da classe dos proprietários.

Sobre a questão da *defesa da autogestão*, esta só seria possível através da solidariedade e da organização espontânea. Malatesta, dialogando com Bakunin, afirma que nenhum indivíduo pode reconhecer a própria humanidade senão através de outros indivíduos e a cooperação que provém de realização conjunta. A emancipação de um só se torna realmente possível com a emancipação de todos e todas à sua volta; “my freedom is the freedom of all since I am not truly free in thought and in fact, expect when my freedom and my rights are confirmed and approved in the freedom and rights of all men [e todas as pessoas] who are my equals”³⁴ (MALATESTA, 1907, p.14). Sendo falsa a acusação de que a organização social anarquista seria responsável pela destruição da liberdade coletiva ou individual;

To destroy authority, to abolish government, does not mean the destruction of individual and collective forces which operate in society, nor the influences which people mutually exert on each other; to do so would reduce humanity to being a mass of detached and inert atoms, which is an impossibility, but assuming it were possible, would result in the destruction of any form of society, the end of mankind. The abolition of authority means, the abolition of the monopoly of

³³ “[...] desejo de dominar, sempre motivado pela defesa, extensão e perpetuação dos seus privilégios e destes da classe que é ao mesmo tempo sua representante e defensora” (MALATESTA, 1907, p.10, tradução minha).

³⁴ “[...] minha liberdade é a liberdade de todas as pessoas uma vez que eu não serei realmente livre em pensamento e ação, exceto quando minha liberdade e meus direitos sejam confirmados e aprovados pela liberdade e direitos de todas as outras pessoas, minhas iguais” (MALATESTA, 1907, p.14, tradução minha).

force and of influence; it means the abolition of that state of affairs for which social power, that is the combined forces of society, is made into the instrument of thought, the will and interests of a small number of individuals, who by means of the total social power, suppress, for their personal advantage and for their own ideas the freedom of the individual; it means destroying a way of social organization with which the future is burdened between one revolution and the next, for the benefit of those who have been the victors for a brief moment³⁵ (MALATESTA, 1907, p.32).

Sendo assim, faz-se necessário entender que a própria condição de opressão das massas deve gerar um sentimento de solidariedade entre estas, mesmo que mais ou menos conscientes dessa condição de opressão, mas capazes de resistir conjuntamente e de forma solidária. Sendo fundamental que o processo de emancipação esteja atrelado diretamente a reapropriação dos meios de produção, da terra e dos instrumentos do trabalho, e a abolição da propriedade privada. Assim que a propriedade privada for abolida, o governo, seu principal defensor, deve deixar de existir também. Caso a abolição da propriedade privada seja alcançada sem que a abolição do governo e da autoridade acompanhe esse processo, sua sobrevivência só ocasionaria no restabelecimento de uma nova classe de dirigentes, detentores dos privilégios e prontos para restabelecer o ciclo de opressão em cima de uma nova classe oprimida. A crítica da importância da retomada dos meios de produção para Malatesta está fundamentada em outra característica fundamental dos governos; Governar significa delegação

³⁵ “Destruir a autoridade, abolir o governo, não significa a destruição da liberdade individual ou as forças coletivas que operam na sociedade, ou a influência que as pessoas exercem mutuamente uma nas outras; fazê-lo seria reduzir a humanidade a uma massa inerte, o que é uma impossibilidade, e mesmo que fosse possível, resultaria na destruição de qualquer forma de sociedade, a destruição da humanidade. A abolição da autoridade significa a abolição do monopólio da força e da influência; significa a abolição de um estado de coisas onde as forças sociais em disputa são utilizadas como instrumento de pensamento, vontade e interesse de uma pequena parcela de indivíduos. Indivíduos que por meio do controle de tais poderes, em nome de seus próprios interesses, oprimem qualquer possibilidade do diferente; isto significa a destruição da organização social com uma sucessão de mudanças, ditas revoluções, mas apenas benéficas para pequenos grupos e por um pequeno período de tempo” (MALATESTA, 1907, p.32, tradução minha).

de poderes nas mãos de poucos e abdicação da iniciativa individual, enquanto a administração do trabalho coletivo está baseada em tarefas distribuídas e recebidas sob acordo mútuo, a troca livre de tarefas. Não podendo haver confusão entre essas duas formas de organizar o trabalho (MALATESTA, 1907). Dentro de organização pública institucional o Estado estabelece uma hierarquia e impõe um projeto político pensado de cima para baixo. Dentro de uma associação de organização espontânea, a administração deve dividir as tarefas partindo do pressuposto que todos e todas envolvidas estão em condições de desenvolvimento de suas próprias aptidões, quais elas forem, intelectuais ou manuais, sem a possibilidade de que a dinâmica da vida social seja prejudicada.

Ao entrar em contato com a literatura anarquista e também seus críticos, uma questão bastante recorrente é a respeito da possibilidade de sustentar essa ideia de uma “sociedade harmoniosa”, onde a autoridade compulsória está ausente, não podendo controlar a vida social e, portanto, punir os indivíduos considerados criminosos. Como lidar com a resolução de conflitos ou responder as situações cotidianas onde um ameaça violentamente os interesses do outro? É um engano imaginar que a organização social anarquista está livre destes problemas ou parte do pressuposto que todos seus integrantes estarão em sintonia de decisões e desejos em todos os momentos da experiência. Isto não é possível. Para Malatesta, esse tipo de cenário, onde uma medida mais energética deve ser tomada, onde um ameaça a vida do outro, antes de uma lógica punitiva, precisa ser observada de forma preventiva; “[...] and statistics show that the number of crimes is hardly affected by repressive measures, whereas it changes dramatically with changes in economic conditions and in the attitudes of public opinion”³⁶ (MALATESTA, 1907, p.27). Sendo que o direito de se defender não deve ser nunca confundindo com o “ridículo direito” de punir (MALATESTA, 1907). Outro ponto essencial da reflexão do italiano é: qual é o propósito da existência de um profissional especializado em elaborar leis para punir aqueles que ameaçam estas supostas leis? Malatesta vê um potencial maior na organização social espontânea para a resolução de problemas; “when the people really disapprove of something and consider it harmful, they always manage to prevent it

³⁶ “E as estatísticas mostram que o número de crimes raramente é afetado por medidas repressivas, só mudando de forma significativa quando ocorrem mudanças nas condições de subsistência das pessoas ou mudanças na opinião pública” (MALATESTA, 1907, p.27, tradução minha).

more successfully than do the professional legislators, police and judges”³⁷ (MALATESTA, 1907, p.26). Ironicamente, defende em sua tese: durante o curso das atuais insurreições, o povo infelizmente optou por preservar a propriedade privada, fez isso de tal maneira que nenhum corpo policial jamais poderia ter feito.

No entanto, mesmo apresentando grande confiança no potencial da espontaneidade e os demais pressupostos do pensamento anarquista apresentados, Malatesta em momento algum defende que o anarquismo inevitavelmente será responsável pela fundação de uma organização social perfeita. Defende que é interessante que existam dúvidas e perguntas a acerca de como deve funcionar a sociedade futura, mas que seria absurdo afirmar que qualquer uma das respostas possíveis para este tipo de pergunta pode oferecer uma solução definitiva. Insiste; “we are no more prophets than anyone else; and if we claimed to be able to give na official solution to all the problems that will arise in the course of the daily life of a future society, then what we meant be the abolition of government would be curious to say the least”³⁸ (MALATESTA, 1907, p.28). Tal pretensão seria o mesmo que proclamar-se na autoridade de um governo, na capacidade de prescrever leis, “a universal code for present and future generations”.

Sua preocupação de tentar resolver todos os problemas possíveis da vida social vê no anarquismo uma ferramenta em potencial para tal desafio. Algumas das soluções apresentadas, dependendo da circunstância, podem ou não ser transitórias – mas sempre com espaço para considerações acerca do que foi definido em consenso. Esse cuidado é importante uma vez que, mesmo seguros das decisões do tempo presente, quem poderia se antecipar aos caminhos que a atividade humana há de tomar, mesmo livre da opressão e pobreza, quando não houver mais escravos ou mestres, quando o ódio e a amargura resultantes os conflitos entre as pessoas não for mais parte da existência? Existirá alguém capaz de prever como a ciência, os meios de

³⁷ “Quando as pessoas realmente desaprovam alguma coisa ou consideram perigosa para a vida em comunidade, elas sempre encontram um jeito mais efetivo de resolver esse tipo de problema do que os profissionais da legislação, a polícia ou juízes” (MALATESTA, 1907, p.26, tradução minha).

³⁸ “Nós não somos mais profetas do que qualquer um; e se nós estivéssemos alegando que podemos oferecer uma solução oficial para todos os problemas que vão surgir no cotidiano da sociedade futura, o que nós dissemos a respeito da abolição do governo seria curioso no mínimo” (MALATESTA, 1907, p.28, tradução minha).

produção e as comunicações se comportaram? (MALATESTA, 1907). Esse tipo de dúvida sempre vai existir, o que é verdadeiramente importante para Malatesta é considerar possível e urgente uma sociedade onde a exploração e dominação da pessoa humana sobre a pessoa humana não seja mais possível; direito aos meios de subsistência estejam garantidos, assim como desenvolvimento de seus interesses, aptidões e trabalho, que todos e todas possam participar, assim como se sentirem capazes, na organização da vida social. Afinal, como dito anteriormente, se o anarquismo, na compreensão de seus defensores, emerge de uma base socialista, mas difere no que diz respeito ao método. Apenas como um método possível. Igualmente não poderia ser considerado perfeito, ideal e definitivo, restando apenas para o seu processo de desenvolvimento, o dever de acompanhar os interesses de todas as pessoas envolvidas;

in any case we will have on events the kind of influence which will reflect our numerical strength, our energy, our intelligence and our intransigence. Even if we are defeated, our work will not have been useless, for the greater our resolve to achieve the implementation of our programme in full, the less property, and less government will there be in the new society³⁹ (MALATESTA, 1907, p.36).

“Como vai funcionar a sociedade anarquista?”, em *Anarchism and Other Essays* (1910), Emma Goldman começa o primeiro capítulo com esta pergunta. Goldman, assim como Malatesta e Bakunin, não acredita que o anarquismo possa oferecer um método ou programa definitivo para as futuras gerações. As lutas que cada geração tem que travar e superar são herança das gerações anteriores, sendo essa característica o que entrelaça ambas. Portando, segundo Goldman, o anarquismo pode oferecer a possibilidade do desenvolvimento de um sistema particular, capaz de romper com essa herança. O anarquismo é a filosofia que acredita em uma nova ordem social baseada na “liberdade” não-restrita as leis feitas pelos homens. A teoria de que todas as formas de governos estão baseadas na violência, portanto, são desnecessárias

³⁹ “De qualquer jeito o futuro dependerá da nossa força numérica, nossa energia, nossa inteligência e nossa intransigência. E mesmo que nós sejamos derrotados, nosso trabalho não terá sido inútil, os esforços para alcançar a implementação do programa anarquista terão contribuído para a construção de uma nova sociedade, seja através de menos propriedade ou menos governo” (MALATESTA, 1907, p.36, tradução minha).

para a convivência em sociedade (GOLDMAN, 1910). Mesmo que esta nova ordem social também tenha uma base materialista e que o principal desafio contemporâneo seja econômico; Goldman afirma que estes desafios só podem ser superados através de uma solução que seja capaz de conciliar tanto os aspectos individuais quando coletivos da vida em sociedade.

A *crítica da dominação* para Goldman parece fundamentada em três pilares: “Religion, the dominion of the human mind; Property, the dominion of the human needs; and Government, the dominion of human conduct, represent the stronghold of man’s enslavement [human] and all the horrors it entails”⁴⁰ (GOLDMAN, 1910, p.29). A propriedade privada, quando exerce domínio sobre as necessidades humanas, também nega o direito de satisfação de tais necessidades. Goldman, concordando com Proudhon; reafirma “a Propriedade é um roubo”. Não apenas roubo, mas também monopolizadora dos esforços das pessoas, concentrados na materialização de uma forma de subordinação e produção de desigualdades.

Reconhece uma única demanda, “its own gluttonous appetite for greater wealth, because wealth means power; the power to subdue, to crush, to exploit, the power to enslave, to outrage, to degrade” (GOLDMAN, 1910, p.29). Portanto, também é acumulação de poder, centralização de poder e um meio de dominação, dominação daqueles que possuem sobre os que não possuem. Sendo contrária ao ideário anarquista, uma vez que também para Goldman, os arranjos econômicos da organização social anarquista devem permitir o surgimento de associações voluntárias e espontâneas de produção e distribuição. Trabalho e produção devem ser coletivos, impedindo o surgimento da propriedade privada.

Toda forma de governo, em qualquer instância que seja, tem como único objetivo a centralização de poder nas mãos de uma pequena classe e a subordinação dos demais a esse poder centralizado. Injustiça é a palavra chave do governo,

with the arrogance and self-sufficiency of the King who could do no wrong, governments ordain, judge, condemn, and punish the most insignificant offenses, while maintaining

⁴⁰ “Religião, o domínio da mente humana; Propriedade, o domínio das necessidades humanas; e Governo, o domínio da conduta humana, representa o carro chefe da escravidão humana e todos os horrores resultantes dela” (GOLDMAN, 1910, p.29, tradução minha).

themselves by the greatest of all offenses, the annihilation of individual liberty"⁴¹ (GOLDMAN, 1910, p.31).

A acusação de Goldman, o “sacrifício das relações sociais” e a organização da autoridade compulsória como forma de instrumentalizar este sacrifício, para a autora, tem um único propósito. Sua principal função e razão de existência, isto é, a principal função e razão da existência do Estado, enquanto instituição, nada mais é do que a proteção e preservação do monopólio e da propriedade privada (GOLDMAN, 1910). Seria absurdo argumentar que o uso da autoridade é necessário, por exemplo, para diminuir a criminalidade. Também como Malatesta (1907), Emma Goldman acredita que esse princípio é contraditório uma vez que o próprio Estado é o maior criminoso de todos; “stealing in the form of taxes, killing in the form of war and capital punishment, it has come to an absolute standstill in coping with crime. It has failed utterly to destroy or even minimize the horrible scourge of its own creation”⁴². (GOLDMAN, 1910, p.32). Afastando os indivíduos da possibilidade de descobrirem por conta própria seus próprios interesses e aptidões, a organização social presente, assim como todas as suas instituições sociais, são cúmplices de qualquer manifestação dita criminosa; “[...] as long as most people are out of place doing the things they hate to do, living a life they loather to live, crime will be inevitable, and all the laws on the statutes can only increase, but never do away with, crime”⁴³ (GOLDMAN, 1910, p.33).

A questão da emancipação da mulher também foi um dos interesses de Emma Goldman, chegando a dedicar uma parte considerável de seus ensaios sobre o assunto. Por esse motivo, entendemos que é necessário apresentar suas contribuições sobre a

⁴¹ “Com a arrogância e a auto-suficiência do Rei, que não é capaz de fazer mal, governos ordenam, julgam, condenam e punem as mais insignificantes ofensas, ao mesmo tempo em que mantêm por conta própria a maior de todas as ofensas, a aniquilação da liberdade individual” (GOLDMAN, 1910, p.31, tradução minha).

⁴² “Roubando através dos impostos, matando através da guerra e da pena capital, o Estado alcançou a inércia absoluta, sendo cúmplice com o crime. Falhou horivelmente em destruir ou minimizar a praga de sua própria criação” (GOLDMAN, 1910, p.32, tradução minha).

⁴³ “[...] enquanto as pessoas estiverem deslocadas, exercendo funções que detestam, vivendo uma vida que abominam viver, o crime será inevitável, e todas as leis só contribuíram para aumentar as taxas de criminalidade, nunca reduzir” (GOLDMAN, 1910, p.33, tradução minha).

temática quando optamos por incluir a autora nesta sessão. Ao mesmo tempo, de maneira nenhuma é nosso objetivo dizer que Goldman só deixou uma contribuição relevante no que diz respeito aos seus textos sobre a emancipação da mulher. Pelo contrário, sua contribuição perpassa todo o pensamento anarquista. No entanto, por se tratar de um assunto caro à autora, bastante presente em sua obra, parece-nos que para Goldman a questão da emancipação da mulher e o anarquismo estão de mãos dadas. Não é possível pensar um anarquismo que não esteja comprometido com a emancipação da mulher.

Para Goldman, o que entende por uma possível relação de harmonia entre os sexos e indivíduos, não necessariamente depende de uma equalização superficial dos seres humanos; ou algo como a eliminação de seus traços individuais e peculiaridades. Em primeiro lugar, a emancipação da mulher deve tornar possível que esta possa se sentir humana em todos os sentidos possíveis. Algo ainda inalcançado, segundo a autora. Do contexto de onde escreve, Estados Unidos do começo do século XX, pré-sufrágio universal feminino, enxerga com desconfiança os avanços obtidos pelo movimento de luta pela emancipação da mulher. Segundo a autora, a emancipação, em alguma medida, foi capaz de conquistar a igualmente econômica da mulher em relação ao homem. No entanto, qual foi o custo dessa conquista? A mulher, mesmo podendo escolher pela sua carreira, ainda carregava nas costas o peso de um passado histórico e social que havia negligenciado sua presença no mundo do trabalho e na vida social em geral. Os arranjos de trabalho ainda operam através de uma lógica exclusivamente masculina, pensados para os homens, obrigando a mulher a trabalhar à exaustão para tentar corresponder com esse referencial, ainda que não recebendo o mesmo reconhecimento ou remuneração (GOLDMAN, 1910). Para as grandes massas de mulheres trabalhadoras, questiona; “how much independence is gained if the narrowness and lack of freedom of the home is exchanged for the narrowness and lack of freedom of the factory, sweat-shop, department store, or office?”⁴⁴ (GOLDMAN, 1910, p.116).

Parece crítico para a autora que até mesmo no domínio da ética, ainda resistem algumas estruturas – mesmo em ruínas – de uma época em que a ideia de superioridade masculina não era questionada e não estava em disputa. Infelizmente, encontrando algumas vozes mesmo

⁴⁴ “Quão independente é trocar as restrições de falta de liberdade do lar pelas restrições de falta de liberdade da fábrica, da loja de departamento, do escritório?” (GOLDMAN, 1910, p.116, tradução minha).

dentre os anarquistas. Desta constatação, concluí que o movimento de emancipação da mulher, naquele contexto específico, em alguns momentos, estava demasiadamente interessado em corresponder as expectativas e se adequar ao discurso da supremacia masculina a respeito da emancipação do que construir uma narrativa própria⁴⁵.

Every member of the woman's rights movement was pictured as a George Sand [pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, baronesa de Dudevant, aclamada romancista e memorialista francesa] in her absolute disregard of morality. Nothing was sacred to her. She had no respect for the ideal relation between man and woman. In short, emancipation stood only for a reckless life of lust and sin; regardless of society, religion, and morality. The exponents of woman's rights were highly indignant at such misrepresentation, and, lacking humor, they exerted all their energy to prove that they were not at all as bad as they were painted, but the very reverse. Of course, as long as woman was the slave of man, she could not be good and pure, but now that she was free and independent she would prove how good she could be and that her influence would have a purifying effect on all institutions in society⁴⁶ (GOLDMAN, 1910, p.118).

⁴⁵ No entanto, apesar da pertinência das contribuições, é importante ressaltar algumas colocações de Goldman que entendemos ser problemáticas. A maternidade e o “amor materno” aparecem como características naturais e inerentes a mulher na fala de Goldman (1910, p.118), como se a sua relação – do ser mulher com a maternidade e amor materno incondicional – com a construção de uma narrativa feminina de emancipação fosse imprescindível.

⁴⁶ “Todo membro do movimento pelo direito das mulheres foi imaginada como uma George Sand em todo seu desinteresse pela moralidade. Nada era sagrado para ela. Não respeitava a idealizada relação entre um homem e uma mulher. Em suma, a emancipação era apresentada apenas como uma vida de rebeldia, luxúria e pecado; independente da sociedade, religião ou moralidade. As expoentes do movimento ficaram altamente indignadas com essa interpretação e, mobilizaram todas as suas energias para provar que não eram tão más como eram imaginadas, mas justamente o contrário. Obviamente, enquanto a mulher era escrava do homem, não poderia ser boa ou pura, mas assim que se tornou livre e independente, tinha que provar como verdadeiramente boa ela poderia ser e como sua influência provocaria um efeito positivo em todas as instituições da vida social” (GOLDMAN, 1910, p.118, tradução minha).

Para Goldman (1910), o homem frente a uma mulher independente, sente-se intimidado. Acostumado a desfrutar dos privilégios que sua posição ocupa dentro de uma sociedade profundamente patriarcal. Por exemplo, as características que normalmente são relacionadas a uma personalidade admirável em um homem, quando encontradas em uma mulher, são consideradas reprováveis ou mesmo um obstáculo. Isto é, apenas mais uma das facetas da dominação masculina sobre a mulher, conferida pela autoridade patriarcal e igualmente problemática, passível de crítica e, de acordo com o nosso entendimento, parte da *crítica da dominação* que Goldman propõe. A instituição do casamento seria outro ponto crucial de sua crítica; há mais de um século instituída pela Bíblia, o “até que a morte nos separe”, nada mais é do que uma ferramenta de dominação do homem sobre a mulher, uma maneira de torná-la submissa. Afinal, assim como na leitura de Engels sobre a relação entre a família a propriedade privada, também na instituição do matrimônio, o homem toma a mulher como posse e exerce sua dominação. Tamanha é a violência da disputa de forças inerente a instituição do casamento que, quando negada pela mulher, cobra o seu preço através de um peso moral e social que paira sob a ideia de uma mulher permanecer solteira.

A superação destes obstáculos é emergencial para autora, assim como não é possível pensar uma sociedade igualitária e livre que seja constituída através de mediações com o Estado e com a permanência da propriedade privada. A noção de emancipação da mulher que Goldman parece oferecer também procura a negação da mediação e reconciliação entre algumas instituições estabelecidas resultantes desses pilares da dominação e a causa da mulher. A autora parece-nos bastante crítica aos chamados reformismos; em que por um lado, apresentam alguns avanços em relação a situação anterior, por outro, não transformam as estruturas de dominação consolidadas.

The explanation of such inconsistency on the part of many advanced women is to be found in the fact that they never truly understood the meaning of emancipation. They thought that all that was needed was independence from external tyrannies; the internal tyrants, far more harmful to life and growth — ethical and social conventions — were left to take care of themselves; and they have taken care of themselves. They seem to get along as beautifully in the heads and hearts of the most active exponents of woman's emancipation, as in

the heads and hearts of our grandmothers⁴⁷
(GOLDMAN, 1910, p.119).

Para dentro do movimento pela emancipação da mulher, leva a crítica ao sufrágio universal. Assim como outros anarquistas, vê o sufrágio universal apenas como mais uma ferramenta de dominação. No caso da mulher, submissão as mesmas instituições patriarcais que historicamente são responsáveis pela sua opressão. Para a autora, em última instância, a posição de dominação que a mulher ocupa na sociedade com o sufrágio universal é agravada porque se trata de uma conquista concedida por tais instituições. O sufrágio transforma a mulher em cidadã em uma sociedade profundamente dominada pelo homem, mas não muda radicalmente a lógica dessa sociedade. Sobre a sociedade americana e o debate que envolve o sufrágio universal, aponta a contradição;

free to starve, free to tramp the highways of this great country, he enjoys universal suffrage, and, by that right, he has forged chains about his limbs. The reward that he receives is stringent labor laws prohibiting the right of boycott, of picketing, in fact, of everything, except the right to be robbed of the fruits of his labor⁴⁸ (GOLDMAN, 1910, p.107).

A questão para Goldman é que o sufrágio não é um direito legítimo e sim uma ferramenta de imposição. Para a autora, não há avanço na causa da mulher quando conquista esse “direito”, uma vez que não enxerga possibilidade de que a estrutura política seja minimamente transformada com a conquista dele por parte das mulheres. A estrutura política e suas instituições continuam sendo

⁴⁷ “A explicação para tamanha inconsistência em parte do movimento de emancipação das mulheres pode ser encontrada no fato de que talvez nunca tenham entendido o que é a emancipação. Pensaram que tudo o que seria preciso era independência da tirania externa; a tirania interna, muito mais perigosa para a vida e o desenvolvimento – convenções sociais e éticas – foram deixadas de lado; Elas parecem conviver de forma harmoniosa tanto nas corações e nas cabeças das mulheres do atual movimento pelo direito das mulheres, quanto nas cabeças e corações de nossas avós” (GOLDMAN, 1910, p.119, tradução minha).

⁴⁸ “Livres para passar fome, vagar pelas estradas, o americano desfruta do sufrágio universal e, pelo preço desse direito, acorrentou-se. Como recompensa, nada mais do que leis trabalhistas que proíbem o boicote, proíbem tudo, exceto o direito de ter o fruto de seu trabalho roubado” (GOLDMAN, 1910, p.107, tradução minha).

patriarcais. Ela não está dizendo que homens e mulheres não devem ter direitos iguais, mas que essa conquista, celebrada como um direito, não representa nenhuma mudança significativa. Igualmente, não defende a permanência da situação ou algum tipo de retrocesso, mas na verdade um ataque direto ao sistema político em si. Sendo que este não oferece nenhuma possibilidade de emancipação para quem quer que seja; “[...] as a matter of fact, the most advanced students of universal suffrage have come to realize that all existing systems of political power are absurd, and are completely inadequate to meet the pressing issues of life” (GOLDMAN, 1910, p.108). O infortúnio da mulher obviamente não é ser incapaz de fazer o mesmo trabalho que o homem faz, mas ter toda sua experiência de vida limitada à obrigação de fazer um trabalho muito melhor, obtendo o mínimo de reconhecimento e, obrigada a carregar o peso da tradição, cultural e historicamente transmitida. Defende que a liberdade da mulher, sua independência, deve ser buscada dentro dela mesma,

first, by asserting herself as a personality, and not as a sex commodity. Second, by refusing the right to anyone over her body; by refusing to bear children, unless she wants them; by refusing to be a servant to God, the State, society, the husband, the family (GOLDMAN, 1910, p.114).

Goldman, assim como Malatesta, apresenta uma visão crítica às conquistas regularmente identificadas como reformismo. Esse debate remete as *estratégias de ação* anarquistas, um dos pontos centrais desta filosofia política, assim como descrito na sessão anterior. Assim como o italiano, inicialmente, tece uma crítica à greve geral e ao sindicalismo, Goldman parece entender a questão da emancipação da mulher através de uma ótica parecida. O debate é parte da própria distinção entre o *anarquismo das massas* e o *anarquismo insurreccional*; sendo o segundo inflexível a respeito do reformismo, uma vez que esse tipo de estratégia não modificaria profundamente a estrutura social desigual e, conseqüentemente, só contribuiria para perpetuação dos mecanismos de opressão.

4. SURGIMENTO HISTÓRICO: UMA BREVE PERSPECTIVA

O capítulo a seguir está fundamentalmente apoiado na contribuição de Corrêa (2013) e seus interlocutores em *Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo*. Por esse motivo a descrição dos eventos aqui realizada, vai de acordo com a sua abordagem de pesquisa e suas considerações, tendo pouco sido alterado. A abordagem, como justifica o próprio autor, pode conter alguns equívocos, uma vez que seu objetivo é oferecer mais um panorama geral, não detalhado, da história do pensamento anarquista e seu desenvolvimento. Seu objetivo é antes de qualquer coisa oferecer um mapeamento do tema, um panorama geral, uma noção de totalidade da história do pensamento anarquista (CORRÊA, 2013).

O próprio autor, como já foi dito, a fim de justificar a sua escolha metodológica, deixa explicitado que seu trabalho está apoiado nos estudos de Lucien van der Walt e Michael Schmidt, pesquisadores sul-africanos que há mais de uma década se dedicam ao tema. Paralelamente, lista uma série de motivos para tal escolha, destes, sendo os principais: estabelecer um fio condutor onde os episódios possam ser relacionados a um contexto mais amplo, evitar generalizações ocasionadas por uma base restrita de dados, isto é, foco em um conjunto limitado de autores e/ou exclusivamente no contexto da Europa Ocidental e o Atlântico Norte, abordagens ahistóricas que afirma que o anarquismo sempre existiu, foco na história dos “grandes homens” e desconsideração de vetores sociais do anarquismo (sindicalismo de intenção revolucionária).

Para entender o aparecimento do pensamento anarquista e sua expressão, deve-se primeiro entender seu contexto de surgimento. As intensas mudanças sociais que estavam em curso no decorrer do século XIX. Dentre elas, a formação e disputa de classes estão entre os principais fatores para o surgimento do anarquismo. Nesse contexto de lutas, sob o espectro do socialismo, a classe trabalhadora passava a adquirir consciência de classe e ameaçar governos e patrões.

Lucien van der Walt e Steven Hirsch (2010a, p. xxxiv) apontam que, durante o século XIX, o capitalismo desenvolveu-se e globalizou-se, a partir da integração das estruturas econômicas mundiais, dentro de marcos estabelecidos pela Revolução Industrial, “com a primeira economia global surgindo nos anos 1870, o que, para alguns autores, pode, inclusive, ser considerada uma

Segunda Revolução Industrial; ao mesmo tempo, os Estados Modernos consolidam-se e levam a cabo uma expansão imperial significativa ligada, em grande medida, ao aumento da produção mundial e às novas tecnologias desenvolvidas. Tais processos são acompanhados por um crescimento significativo da imigração de trabalhadores, com “aumentos sem precedentes na migração transoceânica e intracontinental”, e, ao mesmo tempo, por um desenvolvimento significativo das tecnologias em geral, em especial dos transportes e das comunicações. A promoção do racionalismo e a circulação de valores modernos, que ganham relevância com a Revolução Francesa, também são aspectos a serem levados em conta, assim como a reorganização das classes sociais e seu protagonismo em conflitos nas cidades e nos campos (CORRÊA, 2013, p.14-15).

Percebe-se, dessa forma, que somadas a precarização das condições de trabalho, formação dos grandes monopólios e a intensificação das disputas coloniais, esse contexto também foi fundamental para a consolidação dos Estados Modernos. Estruturas centralizadas, burocráticas e hierárquicas, verdadeiras máquinas burocrático-administrativas que operavam a favor da viabilização do capitalismo (CORRÊA, 2013) em detrimento das classes oprimidas.

É importante ressaltar também que o processo de viabilização desse sistema vai de encontro com a emergência cada vez maior de políticas externas imperialistas em defesa das classes dominantes e os interesses dos grandes monopólios. Portanto, tanto no campo quanto na cidade, podemos perceber um crescente movimento de “lutas de independência e anti-imperialistas, revoltas camponesas e de escravos, conflitos operários e de artesãos nas cidades; muitas das quais tiveram a participação de oprimidos, com maior ou menor protagonismo” (CORRÊA, 2013, p.17). Dessa forma, esses conflitos parecem contribuir para o fortalecimento da noção de que ação humana poderia modificar o futuro, fortalecimento da ideia de que os oprimidos, por meio de sua ação, poderiam modificar o futuro. Sendo assim, esse cenário, extremamente fértil para o surgimento de uma pluralidade de pensamentos de esquerda e/ou revolucionários, e, sobretudo anticapitalistas, também foi essencial para surgimento do pensamento anarquista;

O surgimento do anarquismo está diretamente associada a esse contexto histórico particular. Juntamente com o desenvolvimento de uma estrutura de dominação capitalista, estadista e pautada nos valores modernos, surgem inimigos das classes dominantes que, não se sentindo contemplados pelas ideologias políticas em voga, desenvolvem, a partir de uma interrelação prática-teórica, os elementos fundamentais do anarquismo (CORRÊA, 2013, p.18).

Essa interrelação, portanto, também deve levar em consideração, como mencionado anteriormente, os fluxos migratórios e o desenvolvimento das comunicações, uma vez que dessa forma foi possível a conexão permanente entre os militantes e o fortalecimento do *internacionalismo*. Além de desconstruir a ideia de que o anarquismo ou expressões anarquistas sempre estiveram presentes na história da humanidade. Engano que causa mais prejuízos do que benefícios ao pensamento anarquista.

4.1 A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES (AIT) E A ALIANÇA DA DEMOCRACIA SOCIALISTA (ADS)

Tendo em vista essas condições históricas, foi possível que trabalhadores das mais diversas partes do mundo passassem a se encontrar e convocar reuniões. Inicialmente, contando com a presença do proletariado francês e do proletariado inglês, a Associação Internacional dos Trabalhadores⁴⁹ (AIT) foi fundada em 1864 e teve sua primeira reunião em Londres. Sua existência, dentre outros fatos, foi fundamental para o surgimento do anarquismo, uma vez que esse espaço possibilitou a aproximação da classe trabalhadora urbana e camponesa de várias partes do mundo e a sua difusão. Segundo Corrêa, parafraseando Schmidt;

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou Primeira Internacional, proporcionou todas as pré-condições para que o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária [sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo] se consolidassem: importantes setores do operariado e do campesinato haviam adquirido uma consciência revolucionária,

⁴⁹ Posteriormente conhecida como Primeira Internacional.

internacionalista e tinham criado uma federação internacional de suas próprias organizações, baseada fundamentalmente nos trabalhadores organizados (SCHMIDT, 2012a, p.54).

A princípio, a Internacional, através de suas sessões, dedicou-se a articulação dos trabalhadores e ao estabelecimento de bases de acordo. No primeiro encontro, em 1866, na Suíça, foi aprovado o estatuto geral da associação, deliberando por uma estrutura de organização *federalista* e seções locais de comunicação articuladas junto ao Conselho Geral. No segundo congresso, também na Suíça, ainda sob a prerrogativa federalista ou mutualista, deliberou-se no sentido de estimular à criação de cooperativas de crédito e produção, a necessidade da redução das jornadas de trabalho, a extinção do trabalho assalariado e da repartição dos produtos entre os trabalhadores, de maneira a promover a emancipação social (CORRÊA, 2013).

Já no terceiro congresso, realizado em Bruxelas, há uma mudança radical na posição política predominante dentro da Primeira Internacional. O mutualismo passa a dar lugar a uma posição coletivista, o que, em última instância, contribui para mais tarde na adesão ao sindicalismo revolucionário e/ou anarquismo. No entanto, Segundo Corrêa, essa afirmação não significa uma redução do coletivismo ao anarquismo; na realidade, sendo o anarquismo um corrente que surgiu majoritariamente e provavelmente devido à conversão desses dois setores – ambos de matriz anti-autoritária – que dialogariam na Primeira Internacional e mais tarde, na Aliança, ou ADS, a primeira organização especificamente anarquista da história (CORRÊA, 2013). Seu surgimento marcou definitivamente a cisão entre esses vetores dentro da Internacional, uma vez que desde a Comuna da Paris já apresentavam discordâncias de ordem metodológica. Bakunin, no estatuto da ADS, de 1868, declara que:

a.) Ela se esforçará propagar entre as massas populares de todos os países as verdadeiras ideias sobre a política, sobre a economia política e sobre a economia social e sobre todas as questões filosóficas. Ela fará uma ativa propaganda por meio de jornais das brochuras e dos livros, assim como por meio da fundação de associações públicas. b.) Ela buscará filiar todos os homens⁵⁰ inteligentes, enérgicos, discretos e de boa vontade, sinceramente devotados a nossos ideais – a fim de

⁵⁰ Pessoas.

formar em toda a Europa e em todas as localidades possíveis, incluindo a América, uma rede invisível de revolucionários devotados e empoderados por essa própria aliança (BAKUNIN *apud* CORRÊA, 2013, p.24).

Essa organização, segundo Corrêa, variando de acordo com o contexto, teve uma atuação horas mais pública, noutras mais secreta. No entanto, sempre buscando “criar e estimular organizações de massas e veículos de propaganda pública; suas posições defendidas na AIT, as quais definiram as bases do sindicalismo de intenção revolucionária” (CORRÊA, 2013, p.24). Sua principal atividade foi à criação da Internacional em países onde ela não existia e a ampliação de suas seções onde já existia. De fato, tratava-se de uma posição dualista, onde ao mesmo tempo em que tentava se afirmar como organização política anarquista, concentrava suas energias no trabalho de divulgação e expansão da Primeira Internacional, organização não hegemonicamente anarquista.

Entretanto, como aponta Corrêa, esse modelo não foi hegemônico. Houveram algumas experiências semelhantes no México, ainda que na maioria dos casos os anarquistas investiram “mais nas estratégias de massa do que em sua articulação política; o investimento na construção do sindicalismo de intenção revolucionária foi, bastante frequentemente, priorizado em relação à criação de organizações específicas anarquistas” (CORRÊA, 2013, p.25). Tendência que se manteve por todo século XX, tendo como objetivo principal a criação e participação nas organizações de massa. Posição duramente criticada por anarquistas que julgavam a existência de organizações políticas essencialmente anarquistas imprescindíveis.

Tal problemática histórica remete a um fundamento teórico metodológico central dos estudos do tema: a relação entre o anarquismo e seus vetores sociais. Desde seu surgimento, o anarquismo esteve fortemente – e, em alguns contextos, exclusivamente – dedica às estratégias de massas, de construção do sindicalismo de intenção revolucionária entre outros movimentos populares. Por isso, uma história do anarquismo não pode dedicar-se exclusivamente à investigação de massas, de tipo sindical, ou mesmo comunitárias, estudantis, etc. – em muitas das quais a participação anarquistas foi determinante e suas estratégias hegemônicas -,

têm, necessariamente, de ser estudadas – mesmo que elas contem com trabalhadores que, na maioria dos casos, não se identificam como anarquistas (CORRÊA, 2013, p.25).

Por fim, podemos pegar como exemplo as chamadas manifestações de julho que tomaram conta do Brasil em 2013, onde foi possível enxergar uma notável presença de setores mobilizados do anarquismo, na construção e articulação de movimentos de bases e luta políticas, mas não organizações políticas exclusivamente anarquistas e/ou reconhecidas como tal.

4.2 O ANARQUISMO E SUAS CINCO ONDAS

A teoria das cinco ondas do anarquismo que Corrêa pega emprestada de Schmidt (2012) surge para contrapor determinada abordagem história do anarquismo que é identificada como a dos “cinco grandes momentos”⁵¹; episódios que contaram com participação anarquista e que para alguns autores, marcaram o anarquismo na história. Tal teoria está fundamentada “na militância anarquista e anarco-sindicalista / sindicalista revolucionária, que teve fluxos e refluxos, de acordo com uma expansão e retração mais geral, ligados às condições objetivas das classes populares organizadas”, constituindo; “um tecido complexo, que abarca as tramas das atividades e culturas da classe trabalhadora”, “fluxos e refluxos dos movimentos globais de pessoas, capital e ideias” (SCHMIDT *apud* CORRÊA, 2013, p.27).

4.3 A PRIMEIRA ONDA (1868-1894)

Como já foi dito, o contexto – desenvolvimento do capitalismo pós Revolução Industrial, consolidação dos Estados Modernos, fluxos migracionais intensos, etc – exposto nas seções anteriores, foi essencial para o surgimento do anarquismo, “como uma resposta de um setor significativo das classes dominadas às insuficiências de correntes político-ideológicas que atuavam naquele momento: autoritárias,

⁵¹ Seriam eles: o caso Haymarket, que envolveu as mobilizações do Primeiro de Maio e a Morte dos Mártires de Chicago entre 1886-1887; a Confédération Générale Du Travail (CGT) francesa, fundada em 1895, cuja Carta de Amiens, de 1906, teve significativa influência no desenvolvimento do sindicalismo revolucionário; a Revolta de Kronstadt, no contexto da Revolução Russa, em 1921; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e as revoltas francesas do Maio de 69 (CORRÊA, 2013, p.27).

reformistas, republicanas radicais, socialistas marxistas e populistas” (CORRÊA, 2013, p.30). Assim como a AIT, que a partir do interesse no aprofundamento da consciência de classe dos trabalhadores, o caráter internacional da luta e sua estrutura orgânica, possibilitou “a radicalização do mutualismo, o surgimento do coletivismo e a difusão do anarquismo para outras partes do mundo” (CORRÊA, 2013, p.30). Assim como a própria ADS, ao levar seções da Internacional para Espanha, Itália, Portugal e Suíça, possibilitou que algumas iniciativas anarquistas ocorressem nestes países. Dessa forma, mencionaremos aqui somente algumas dessas experiências, a fim de ilustrar esse desenvolvimento e alcance do anarquismo da primeira onda.

O caso espanhol conta com uma pequena sucessão de organizações que iriam resultar numa outra programaticamente anarquista, a Organização Anarquista da Região Espanhola. São elas a Federación Regional Española (FRE), fundada 1870, e sua sucessora, a Federación de Trabajadores de la Región Española (FTRE), fundada em 1881 (CORRÊA, 2013). Vale ressaltar que as Revoltas Cantolinas (1873), uma referência a luta pela autonomia das cidades e das federações das cidades, os chamados cantões, também contou com participação anarquistas.⁵² Na Itália⁵³, destaca-se a fundação do Partido Revolucionário Anarquista Socialista, em 1891. Portugal, com cerca de 20 mil membros da AIT em 1872 e a Suíça⁵⁴ com o Partido Anarco-Comunista de Língua Alemã (AKP), em 1877. Durante esse período, também ocorre o quarto congresso da Internacional, realizado na Suíça. Nesse congresso, o conflito de interesses fica ainda mais acirrado dentro da própria Internacional.

A partir de então, vieram à tona, de maneira bastante evidente, os conflitos entre federalistas, dentre os quais se encontravam os anarquistas, e centralistas, que se encontravam fundamentalmente, em torno do Conselho Geral. A Comuna de Paris, com todas suas implicações posteriores, e a Conferência de Londres, de 1871, que teve participação restrita, sem representação das seções, construíram as bases da cisão que se

⁵² Para saber mais sobre a Primeira onda na Espanha, ver: Madrid (2004), Casas (2006), Lorenzo (1974) e Nettleau (1997) citados por Corrêa (2013).

⁵³ Para saber mais sobre a Primeira onda na Itália, ver: Pernicone (2009 *apud* CORRÊA, 2013).

⁵⁴ Para saber mais sobre a Primeira onda na Suíça, ver: Guillaume (1985) e Enckell (1991) citados por Corrêa (2013).

daria em 1872, no quinto congresso da AIT, em Haia. Esse congresso marcou, de maneira geral, a cisão do movimento operário internacional; uma minoria, centralista, com influência nas seções da Alemanha e da Inglaterra, logo se desmobilizou e, com decisão de transferir o Conselho Geral para Londres, declarou morta a Internacional em 1876; uma maioria, federalista – com influência nas seções da Espanha, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da França e dos Estados Unidos – reuniu-se, ainda em 1872, e fundou a Internacional Antiautoritária, que deu continuidade à AIT até 1877 (CORRÊA, 2013, p.32).

Já no México, em 1868, é fundada La Social, organização especificamente anarquista. Em seguida, o Círculo Proletário, em 1869, e o Centro Geral dos Trabalhadores Organizados, que mais tarde seria chamado de Gran Círculo de Obreros México⁵⁵ (GCOM), “o qual constituiu uma expressão de massas do anarquismo e chegou a 50 mil membros” (CORRÊA, 2013, p.32). Cuba⁵⁶, durante a primeira onda, também conta com uma organização especificamente anarquista, a Alianza Obrera, inspirada na ADS. Por influência anarquista, no Uruguai⁵⁷, já havia uma seção da Internacional em 1872. Essa seção serviria como base para a fundação da Federación Regional de la Republica Oriental de Uruguay (FRROU) e respectivamente, a Federación de los Trabajadores de Uruguay. Na Argentina⁵⁸, durante esse período, destaca-se o Centro de Propaganda Obrera e o Círculo Comunista Anárquico.

Nos Estados Unidos⁵⁹, em 1883, o anarquismo surgiu com o Congresso de Pittsburgh e com a fundação da International Working People’s Association (IWPA), organização anarquista de massas que em

⁵⁵ Para saber mais sobre o anarquismo no México, da primeira à segunda onda, ver: Zarcone (2006), Samis (2003) e Aguilar (2010) citados por Corrêa (2013).

⁵⁶ Para saber mais sobre o anarquismo em Cuba, da primeira a quarta onda, ver: Fernández (2000 *apud* CORRÊA, 2013).

⁵⁷ Para saber mais sobre o anarquismo no Uruguai, da primeira à segunda onda, ver: Periódico Rojo y Negro (2010 *apud* CORRÊA, 2013); da primeira a quarta onda, ver: Mechoso (2011; 2005; 2006; 2009 *apud* CORRÊA, 2013); da segunda a quarta onda, ver: Rugai (2013 *apud* CORRÊA, 2013).

⁵⁸ Para saber mais sobre o anarquismo na Argentina, da primeira à segunda onda, ver: Suriano (2001 *apud* CORRÊA, 2013).

⁵⁹ Para saber mais sobre o anarquismo nos Estados Unidos da primeira onda, ver: Danton (2010b) e Avrich (1984) citados por Corrêa (2013).

1886 chegou ao número de 2.500 militantes e 10.000 colaboradores. A Central Labor Union (CLU), de 1884, chegou a contar com 28.000 trabalhadores e ficou marcada pelo episódio em que mobilizou uma greve por 8 horas, envolvendo 300.000 trabalhadores e que terminou com a condenação à pena de morte de cinco militantes anarquistas, que mais tarde ficaram conhecidos como os Mártires de Chicago. Esse episódio marcou o Primeiro de Maio como dia dos trabalhadores (CORRÊA, 2013).

No continente africano⁶⁰, África do Sul e Egito foram palco para pequenas mobilizações/grupos anarquistas, de expressão mais tímida. No Egito, em 1877, imigrantes italianos constituíram uma seção da Internacional e, em 1881, o Círculo Europeu de Estudos Sociais. E na África do Sul, em 1886, através da intervenção de imigrantes ingleses. Tais eventos, brevemente expostos, são os principais que integraram a primeira onda do anarquismo, entre 1868 e 1894. Corrêa, acerca de sua relevância, ressalta alguns apontamentos a respeito desse período, sendo estes;

Em primeiro lugar, verifica-se que o anarquismo surge em 1868, e generaliza-se nas duas décadas seguintes para pelo menos três continentes – ainda que na sua maior força encontre-se na Europa e nas Américas. Sua estratégia fundamental é o sindicalismo de intenção revolucionária, mas há também forças nas ações insurrecionais, tanto revoltas armadas como atentados, nas organizações específicas anarquistas, assim como nas publicações e outras iniciativas culturais – tanto com a criação de espaços próprios, como centro de cultura e escolas libertárias, quanto com participação em instituições mais amplas, como escolas públicas, intervindo a partir dos marcos da educação libertária. Nesse período, os anarquistas participam de episódios relevantes, dentre os quais estão as Revoltas Cantonistas, a Comuna de Paris, as lutas anticoloniais de Cuba e as mobilizações do Primeiro de Maio nos Estados Unidos. Deve-se pontuar que Cuba, México e Espanha – três bastiões do anarquismo da primeira onda – serão palcos de revoluções com

⁶⁰ Para saber mais sobre o anarquismo no continente africano, da primeira à quinta onda, ver Schmidt e Van Der Walt (2009b *apud* CORRÊA, 2013).

participação anarquista durante o século XX (CORRÊA, 2013, p.43-35).

4.4 A SEGUNDA ONDA (1895-1923)

A segunda onda do anarquismo pode ser considerada a maior e mais relevante de todas. Dentro de um contexto de expansão dramática do capitalismo e imperialismo, potencializada a partir de 1880, e a Primeira Guerra Mundial, ganha força o chamado sindicalismo de intenção revolucionária e as organizações especificamente anarquistas em situações de guerra e reação. Com destaque para a massiva onda de mobilizações nas revoluções do México, Rússia e Ucrânia, marcando o tumultuoso período entre 1917 e 1923. As experiências anarquistas continuaram a proliferar-se pela Europa e América, ganharam força na África e surgiram na Ásia e Oceania. Duas experiências particularmente importantes e que exerceram grande influência em todo globo, contaram com grande participação anarquista. A *Confédération du Travail*⁶¹ (CGT), fundada na França em 1895; e a *Industrial Workers of the World*⁶² (IWW), fundada nos Estados Unidos em 1905.

A CGT chegou a 400 mil membros em 1908 e 850 mil em 1914; criou estruturas de mobilização sindical e um aparato de educação popular sem precedentes. O IWW se estabeleceu nos seguintes países: África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cuba, Nova Zelândia, Rússia, entre outros. Outra experiência internacional relevante desse período foi o Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, que reuniu 80 delegados dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bohemia, Bulgária, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Polônia, Rússia, Servia e Suíça (CORRÊA, 2013, p.37).

As experiências europeias, em particular, em sua maioria se dedicaram ao fortalecimento dos sindicatos de intenção revolucionária, “destacam-se: o *National Labour Secretariat* (NAS), na Holanda, que contavam com quase 19 mil membros em 1895; a *Confederación*

⁶¹ Para saber mais informações sobre a CGT, durante a segunda onda, ver: Thorpe (2010), Berry (2009) e Colson (2004) citados por Corrêa (2013).

⁶² Para saber mais sobre a IWW, ver: Portis (2004; 2003), IWW (2004), Renshaw (1999) e Thorpe (2006) citados por Corrêa (2013).

Nacional del Trabajo (CNT), na Espanha, que terá um programa sindicalista revolucionário até 1919, ano em que contava com 715 mil membros, e a partir do qual se torna anarco-sindicalista” (CORRÊA, 2013, p.37). Sobre as organizações especificamente anarquistas, que também ficariam marcadas por seu investimento⁶³ em propaganda, podemos ressaltar a Federação Anarquista Alemã, de 1903, as francesas, Alliance Communiste Anarchiste e Fédération Anarcho-Communiste; os mais de 200 grupos anarquistas que surgiram em Portugal e a União Anarquista Italiana, que atuou entre 1919 e 1920 (CORRÊA, 2013).

No leste europeu, anarquistas estiveram presentes na Revolta da Macedônia, em 1903, onde dentre outras ações, foi proclamada a Comuna de Strandzka. Essa Comuna foi responsável pela tomada do território e a organização de uma experiência de autogestão que chegaria a durar um mês, sendo a primeira tentativa local de estabelecer uma sociedade pautada pelo comunismo libertário. Já na Bulgária, em 1919, após problemas durante o período da Primeira Guerra, ressurgiria o anarquismo búlgaro⁶⁴ no formado da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB).

Na Rússia, a atuação anarquista esteve presente nas revoluções de 1095 e 1917.⁶⁵ No entanto, inicialmente, dividindo-se entre insurrecionários, como os grupos Chernoe Znamia e Beznachalie, e sindicalistas, como o Grupo de Anarco-Sindicalistas do Sul da Rússia. Também participam da fundação dos primeiros sovietes em São Petersburgo e fundam a Cruz Negra Anarquista (CNA). Na revolução de 1917, sua presença seria notada em Moscou e Petrogrado, onde podemos ressaltar organizações como a Federação Anarco-Comunista de Petrogrado, a União de Propaganda Anarco-Sindicalista e a Federação de Grupos Anarquistas. Isto é, na Rússia, durante esse período, pode-se notar uma presença bem intensa do anarquismo. Chegando ao ponto em 1918 de criarem a Confederação dos Anarco-

⁶³ O investimento na educação popular também foi significativo. Por exemplo, na França com começo do século XX haviam 150 bolsas de trabalho – técnico/profissional, cultural (matemática, idiomas, etc.) e formação política – ligadas a CGT (CORRÊA, 2013).

⁶⁴ Para saber mais sobre o anarquismo na Bulgária, da segunda à terceira onda, ver Schmidt (2009) e Balkansky (1982) citado por Corrêa (2013).

⁶⁵ Sobre a Revolução Russa, ver Guérin (1968), Rocker (2007) e Avrich (2005) citado por Corrêa (2013). Há também uma edição da revista Libertárias dedicada ao tema, ver: Vários Autores (1997 *apud* CORRÊA, 2013).

Sindicalistas de Todas as Rússias, que contaria com 88 mil membros naquele ano (CORRÊA, 2013).

Na Ucrânia⁶⁶, destaca-se a articulação entre o Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (RIAU), que contava com participação anarquista, e o Grupo Anarco-Comunista de Guliai Polie e a Confederação Alarme de Organizações Anarquistas (NATAB). Entretanto, pela combinação de uma série de fatores, os anarquistas seriam brutalmente reprimidos pelos bolcheviques e praticamente desapareceriam depois de 1921.

Nas Américas, podemos destacar a fundação da IWW dos Estados Unidos, em 1905, no Canadá, em 1906, “[...] com significativa influência anarquista em ambas as localidades e defendendo, em oposição à American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), um sindicalismo revolucionário e combativo, que mobilizou trabalhadores de distintas raças” (CORRÊA, 2013, p.40). Já no México, protagonizaram importantes episódios durante a Revolução Mexicana⁶⁷ de 1910. O Partido Liberal Mexicano, que mesmo antes da revolução já era uma organização especificamente anarquista, tomou a frente do processo revolucionário no norte com apoio da IWW. Na região central, destacou-se o grupo anarquista Lucha e a Casa del Obrero Mundial (COM), fundado em 1912. Entretanto, esse mesmo grupo protagonizaria um episódio considerado desastroso, tendo unindo-se aos revolucionários burgueses contra Zapata.

No Sul, destacamos a já conhecida estratégia de mobilização e inserção anarquista em movimentos de massa, ampliando seu vetor social. Na Argentina, por exemplo, o anarquismo surge fruto de um processo de organização precedente, através da Federación Obrera Regional (FORA), possibilitando, em 1905, um vínculo entre o sindicalismo e anarquismo, resultando na primeira experiência anarco-sindicalista daquela região (CORRÊA, 2013). E no Brasil, os movimentos operários de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre contaram com considerável presença anarquista, especialmente na greve geral de 1917⁶⁸ e na insurreição de 1918⁶⁹.

⁶⁶ Sobre a Revolução Ucrainiana, ver: Arshinov (1976), Shubin (2010), Volin (1977) e Schujman (2000) citados por Corrêa (2013).

⁶⁷ Sobre a Revolução Mexicana, ver: Zarcón (2006), Samis (2003) e Trejo (2005) citados por Corrêa (2013).

⁶⁸ Para saber mais sobre a Greve Geral de 1917, ver: Lopreato (2000 *apud* CORRÊA, 2013).

O anarquismo asiático desse período ficaria marcado por experiências de grande relevância, intercâmbio de militantes e extensão de suas pautas. Na China, durante toda segunda onda, anarquistas estiveram envolvidos no processo revolucionário chinês, participando da criação de sindicatos e inaugurando pautas como a mobilização na cidade e no campo, a libertação da mulher⁷⁰ e a educação universal. No Japão⁷¹ e Coreia⁷², os anarquistas igualmente participaram dos processos revolucionários e lutas por independência, com destaque para a criação, entre 1920 e 1925, da Federação Anarquista Coreana (KAF).

Na África, o anarquismo ganhou corpo no início do século XX, principalmente no Egito e na África do Sul. Anarquistas do Egito, em 1901, fundaram uma Universidade Popular e em 1909, realizaram o primeiro congresso anarquista. Na África do Sul⁷³, destaca-se a criação de sua seção da IWW, sob a pauta da mobilização de trabalhadores de todas as raças, sem distinção, e a Industrial Workers of Africa (IWA), com sede em Johannesburg.

Na Oceania⁷⁴, a IWW se consolidaria na mesma época, primeiro na Austrália, em 1911, depois na Nova Zelândia, 1912. No entanto, o surgimento do anarquismo estaria relacionado à criação do Melbourne Anarchist Club, ainda em 1886.

Sobre o processo de refluxo nessa segunda, além de problemas internos, poderíamos mencionar a forte repressão sofrida pelos anarquistas, a derrota em todas as revoluções, assim como a ascensão do nacionalismo e fascismo. Segunda Corrêa, resumidamente;

Esses elementos permitem algumas afirmações relativas à segunda onda do anarquismo. Primeiramente, continua hegemônica, entre os anarquistas, a estratégia sindical de massas, que mobiliza pelos locais de trabalho, inclui os locais

⁶⁹ Para saber mais sobre a Insurreição Anarquistas do Rio de Janeiro, ver: Addor (2002 *apud* CORRÊA, 2013).

⁷⁰ Para saber mais sobre o feminismo anarquista na China da segunda onda, ver: Zarrow (1988 *apud* CORRÊA, 2013).

⁷¹ Para saber mais sobre o anarquismo no Japão, da segunda à terceira onda, ver: Pelletier (2004 *apud* CORRÊA, 2013).

⁷² Para saber mais sobre o anarquismo na Coreia, da segunda à terceira onda, ver: Hwang (2010) e MacSimoin (2012) citados por Corrêa (2013).

⁷³ Para saber mais sobre o anarquismo na África do Sul, ver: Van Der Walt, (2006 *apud* CORRÊA, 2013).

⁷⁴ Para ver mais sobre o anarquismo na Oceania, ver: McGuire (1978; 1979) e Prebble (2006) citados por Corrêa (2013).

de moradia e ocorre juntamente com trabalhos e educação e cultura; as organizações de massa. Nesse período, o anarco-sindicalismo se estabelece com força na Argentina, fornecendo as bases para um debate central entre as diferentes estratégias sindicais, do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário, o qual ainda é, a estratégia anarquista hegemônica no mundo. Esse é também o período em que o anarquismo se consolida com muita força na América do Sul. As experiências dos Estados Unidos e da África têm de lidar mais diretamente com o problema do racismo, que corta diretamente o movimento sindical; na China, há foco relevante na questão da libertação de gênero e, na Coreia, na luta anti-imperialista, que envolveu participação nas lutas pela independência do país – questões que não aparecem de maneira tão evidente em outros países. Evidenciam-se experiências militares anarquista de envergadura significativa na Ucrânia, no México e na Macedônia. Influências individualistas se aproximam de anarquistas em localidades como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia (CORRÊA, 2013, p.44).

4.5 A TERCEIRA ONDA (1924-1949)

Menor em número e expressão do que a primeira e a segunda onda, a terceira onda pode ser entendida como a continuidade do “período glorioso” do anarquismo. Pode ser caracterizado pelas lutas e revoluções contra o imperialismo e a resistência contra duas ameaças em frentes diferentes, o fascismo e o bolchevismo.

A ascensão do fascismo e do bolchevismo teve duras consequências aos anarquistas; o primeiro, por meio de uma aberta e fortíssima repressão contra-revolucionária, de direita, que impôs derrotas ao anarquismo em distintos países; o segundo, por meio de uma incidência enorme nas classes dominadas, utilizando-se de um discurso libertador e do exemplo do sucesso da Revolução Russa; ainda assim, investiu, como nos casos da Rússia, da Ucrânia, da Bulgária e da Revolução Espanhola, na repressão aberta aos anarquistas. Esse contexto também contou, em diversos países,

com a participação de antigos anarquistas na criação de partidos comunistas – como havia ocorrido um pouco antes no Brasil –, com um processo de bolchevização desses partidos e um alinhamento com a Rússia (CORRÊA, 2013, p.45).

Também integram esse contexto, a crise de 1929 nos Estados Unidos e a Segunda Guerra Mundial, eventos que contribuíram para a

ascensão do conservadorismo, do reformismo e das medidas de bem-estar em vários Estados, como nos casos do Uruguai, da Suécia e dos Estados Unidos, assim como a institucionalização dos sindicatos promovida pelo governo e o surgimento do populismo, em países como Brasil e Argentina, que prejudicaram o desenvolvimento do anarquismo e integraram parte significativa das classes dominadas nos projetos políticos das classes dominantes (CORRÊA, 2013, p.45).

Três iniciativas internacionais devem ser ressaltadas pela sua relevância nesse período, a East Asian Anarchist Federation (EAAF), de 1928, a Asociación Continental Americana de Trabajadores (ACAT), o ramo latino-americano da Internacional Sindicalista fundado em 1929, e a Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA), criada na Europa em 1948, ficando conhecida como Comisión Continental de Relaciones Anarquistas (CARA), em 1960.

Na Europa, a búlgara FAKB⁷⁵, criada no final da segunda onda, protagonizaria experiências de grande importância envolvendo o “sindicalismo urbano e rural, cooperativas, guerrilha e mobilização de juventude” (CORRÊA, 2013, p.46). Entre 1926 e 1927, adotaria a Plataforma do grupo de Dielo Truda⁷⁶, sustentando a necessidade de uma; “organização anarquista programática, fundamentada na unidade ideológica, na unidade tática (método coletivo de ação), na responsabilidade coletiva e no federalismo” (CORRÊA, 2013, p.46).

No entanto, o grande destaque do anarquismo ocidental da terceira onda seria a Revolução Espanhola (1936-1939), recebendo apoio de anarquistas de diversas partes do mundo.

⁷⁵ A FAKB também iria se aliar a luta contra a ocupação nazista em 1944, lutando ao mesmo tempo contra o nazi-fascismo e o comunismo. No entanto, ao final da terceira onda, seria esmagada pela repressão estalinista e cerca de mil militantes da organização seriam enviados para campos de concentração. Para saber mais sobre a FAKB, ver Schmidt (2009 *apud* CORRÊA, 2013).

⁷⁶ Grupo de anarquistas russos que haviam sofrido exílio.

Estabelecendo fortalezas na Catalunha, em Aragão e Valência, os anarquistas articularam-se na Confederación Nacional de Trabajo (CNT), central anarco-sindicalista que chegou a reunir 2 milhões de trabalhadores, aliando-se estrategicamente com a Federación Anarquista Ibérica (FAI) e a Federación Ibérica de Juventude Libertaria (FIJL). Impulsionaram, juntas, um processo de coletivização de propriedades na cidade e no campo, estabelecendo experiências autogestionárias bastante avançadas, protagonizadas por trabalhadores e camponeses, na indústria, nos campos, nos locais de trabalho e moradia, transformando em comunas livres, que foram defendidos por milícias como a Coluna Durruti (CORRÊA, 2013, p.47).

Coletivizaram-se as fábricas e os serviços públicos, como transportes, saúde e energia. Na região da Catalunha, onde estavam localizadas mais de metade da indústria do país, 70% das fábricas foram coletivizadas pelos trabalhadores. As iniciativas de educação de popular também marcaram esse período, com destaque para o Consell de l'Escola Nova Unificada (CENU) e a Federação de Ateneus. O crescimento do fascismo, a traição dos comunistas e as posições equivocadas dos anarquistas, como tomar parte na participação do governo, segundo Corrêa, foram centrais para o fim do processo revolucionário⁷⁷.

No Continente americano, destacam-se os anarquistas cubanos e suas organizações específicas anarquistas, como a Federación de Grupos Anarquistas de Cuba (FGAC), a Asociación Libertaria de Cuba (ALC); e seus congressos, em 1944, 1948 e 1950 respectivamente. No México, a Federação Anarquista Mexicana (FAM), de 1940. No Brasil⁷⁸, além de alguns jornais, como *Remodelações* e *Ação Direta*, destaca-se a realização do Congresso Anarquista, em 1948, “[...] com presença de grupos como União Anarquista do Rio de Janeiro, Juventude Anarquista do Rio de Janeiro, União Anarquista de São Paulo, Os Ácratas, de Porto Alegre e individualistas” (CORRÊA, 2013, p.48). Chile e Argentina também contaram com seus organizações especificamente anarquistas.

⁷⁷ Para saber mais sobre a Revolução Espanhola, ver: Rocker (2010), Guérin (1968) e Suárez (2012) citados por Corrêa (2013).

⁷⁸ Para saber mais sobre o anarquismo no Brasil da terceira onda, ver: Bonomo (2007) e Azevedo (2002) citados por Corrêa (2013).

Na África, o destaque vai para a Mouvement Libertaire Nord-Africain (MLNA), organização anarquista do período pós-guerra que contou com membros de países como Argélia, Marrocos e Tunísia.

Já na Ásia, durante a Revolução na Manchúria, entre 1929 e 1931, a Federação Anarquista Coreana da Manchúria (KAF-M) e a Federação Anarquista Comunista Coreana (KACF) integraram a luta anti-imperialista contra o Japão durante a revolução. No Japão, por sua vez, o anarquismo desse período esteve marcado por “[...] conflitos sobre a melhor estratégia a ser adotada; de um lado, colocaram-se os defensores do sindicalismo (organizações de massas, ganhos de curto prazo, etc.), de outro, aqueles que eram contrários às estratégias sindicais” (CORRÊA, 2013, p.50). Algumas organizações anarquistas importantes surgiram nesse momento, dentre elas, Federação das Juventudes Negras “Kokuren”, composta predominantemente por sindicatos; a Federação Anarquista Anarukisuto Renmei e seu jornal Bandeira Negra, em 1930; o Partido Anarco-Comunista, 1934; e a Federação Anarquista Japonesa (FAJ), de 1945.

Por fim, vale ressaltar que, além do fascismo e o bolchevismo, como já citados anteriormente, a Segunda Guerra Mundial também representou um dos principais fatores para o refluxo do anarquismo da terceira onda, dentro desse contexto. Tal mudança alterou significativamente a geopolítica global e teve grande impacto no anarquismo e suas lutas populares.

4.6 A QUARTA ONDA (1950-1989)

A quarta onda, ainda menor do que as três anteriores, foi marcada pelo contexto da Guerra Fria e do processo de “descolonização” da África e da Ásia. Em cena, passa a figurar, a expansão do capitalista pós-Segunda Guerra, as ditaduras Latinoamericanas, apoiadas pelos Estados Unidos, o maoísmo da China e o totalitarismo na Coreia, a partir de 1953 (CORRÊA, 2013). Assim como

a onda de revoltas no mundo em 1968, com uma crise que implicou a piora de condições no mundo ocidental e na Rússia, além da influência da Nova Esquerda em diversos países, assim como o surgimento de novos movimentos sociais, os quais passaram a promover bandeiras como a ecologia e as lutas contra a opressão de gênero e de orientação sexual (CORRÊA, 2013, p.52).

Já sobre as iniciativas internacionais, destaca-se a reorganização da Cruz Negra Anarquista, no final dos anos 1960, e a fundação da Internacional de Federações Anarquistas (IFA), em 1968. Seu primeiro congresso contou com organizações anarquistas de diversos países, como Argentina, Alemanha, Austrália, Bulgária, Cuba, Espanha, Grécia, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, México, Noruega, Portugal, Suíça, China e Vietnã.⁷⁹

Além das organizações de massa, como a Internacional Sindicalista (IWA-AIT), na Europa, surgiram algumas

organizações específicas anarquistas, guerrilhas anarquistas, grupos insurrecionalistas, iniciativas sindicais de massas (algumas clandestinas) e uma participação significativa nas revoltas do Maio de 68 francês⁸⁰, que fizeram parte de um contexto global de mobilizações em todo o mundo (CORRÊA, 2013, p.53).

Dentre elas, a Federação Anarquista Alemã (I-AFd), a União Libertária Búlgara (BLU), a Anarchist Communist Federation e a Organization of Revolutionary Anarchists (ORA), ambas da Inglaterra, a Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP), a Federação Anarquista (FA) francesa, a Federação Anarquista Italiana, dentre outras.

Militantes anarquistas europeus também chegaram a participar de movimentos de guerrilha e atentados em países como Espanha, Alemanha, França e Inglaterra. A Grécia também deve figurar nessa lista. Em 1973, anarquistas participaram de seu processo de insurreição, “desenvolvendo táticas insurrecionais buscando aliar manifestações combativas de rua e confrontos com a política a ações armadas” (CORRÊA, 2013, p.53). Grupos como o Anarchist Attack Groups e o Grupo de Anarco-Comunistas de Nea Smyrni (OANS) se destacaram nesse contexto.

Além das diversas experiências de atuação no campo da organização sindical que continuaram a acontecer nesse período, podemos ressaltar as iniciativas no campo da propaganda

com as editoras Freedom Press, da Inglaterra, e AK Press, na Escócia; fortalecendo o campo das investigações sobre o anarquismo, foram fundados o Centre Internacional de Recherches sur

⁷⁹ Para saber mais sobre a IFA, ver: IFA (s/d *apud* CORRÊA, 2013).

⁸⁰ Para saber mais sobre o Maio de 1968 francês, ver: Solidarity (2008 *apud* CORRÊA, 2013); e sobre a relação entre o Maio de 68 e os anarquistas, ver: Joyeux at alli (2008 *apud* CORRÊA, 2013).

l'Anarchisme (CIRA), na Suíça, a Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo (FAL), na Espanha e a Kate Sharpley Library, na Inglaterra (CORRÊA, 2013, p.54).

No Oriente Médio, por sua vez, o anarquismo ganhou força entre os anos de 1970 e 1980. The Scream of the People (CHK), do Irã, e Workers Liberation Group (JS ou Shagila), do Iraque, mobilizaram-se conjuntamente através de guerrilha e lutaram na Revolução Iraniana de 1978-1979. No meio desse processo, ações radicais foram realizadas: “organização de mulheres, tomada de terra por camponeses, mobilizações de trabalhadores, criação de conselhos de base (shoras) e de comitês de bairro armados (komitehs)” (CORRÊA, 2013, p.54).

Nas Américas, especificamente Estados Unidos e Canadá, novas questões impulsionadas pela chamada Nova Esquerda também começavam a figurar entre as preocupações de anarquistas; por exemplo, questões ambientais e de gênero. Além da presença renovada da IWW. Na Cuba, estiveram presente nas guerrilhas contra a ditadura de Batista.⁸¹ No Uruguai, a Federação Anarquista Uruguiaia (FAU), criada em 1956, com base no que foi chamado de “especificismo anarquista”, “[...] protagonizou os episódios de maior impacto no continente. Como parte do Movimento de Libertação Nacional (MLN), fundado em 1962, e, depois de uma cisão, em 1963, ocasionada pelo apoio crítico à Revolução Cubana” (CORRÊA, 2013, p.55). Passou a articular-se com outras organizações de esquerda revolucionária e, mais tarde, criou um braço armado de sua própria organização, a Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales,

com objetivo de apoiar as mobilizações de massa com sabotagens, expropriações, sequestros, etc. Sua estratégia de luta armada, crítica ao foquismo guevarista, foi influenciada pelas teorias de guerrilha urbana do anarquista Abraham Guillén, as quais tiveram impacto em todo continente (CORRÊA, 2013, p.55).

Argentina, Chile⁸², México e Brasil também contaram com suas próprias experiências durante esse período. No entanto, em menor escala e na maioria dos casos, reprimidas pela conjuntura ditatorial.

⁸¹ Para saber mais sobre a Revolução Cubana, desde uma perspectiva anarquista, ver: Dolgoff (2011 *apud* CORRÊA, 2013).

⁸² Para saber mais sobre o anarquismo no Chile da quarta onda, ver: Solar e Pérez (2008 *apud* CORRÊA, 2013).

No continente africano, como mencionado anteriormente, a luta anti-imperialista deu o tom do envolvimento político anarquista na maioria dos países. Alguns destaques são; a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), assim como na luta pela libertação da Argélia⁸³.

Sobre a quarta onda, pode-se dizer que apesar de ter estado presente em todos os continentes e estar constantemente buscando articular-se internacionalmente, perdeu força em relação às ondas anteriores. No entanto, alguns dos pontos positivos que podem ser destacados é a constante participação nas lutas de guerrilha – principalmente contra as ditaduras de direita – e a partir do maio de 68, a incorporação de novas questões ao anarquismo, como “a defesa da ecologia e as lutas contra as dominações e discriminações por razão de orientação sexual, de fato novas; o feminismo, bastante enfatizado naquele contexto, havia sido sempre uma bandeira dos anarquistas” (CORRÊA, 2013, p.58). O fim do bloco soviético e do “socialismo real”, da URSS e a queda do Muro de Berlim contribuíram para mexer na geopolítica global, fazendo com que “em muitos dos antigos países ‘socialistas’, as condições para o (re)surgimento do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária” (CORRÊA, 2013, p.58).

4.7 A QUINTA ONDA DO ANARQUISMO (1990 AO PRESENTE)

O começo dessa onda é caracterizado pelo colapso soviético e “socialista”, a generalização do neoliberalismo pelo mundo, a reorganização de alguns movimentos clandestinos, o fim das ditaduras na América Latina e Ásia Central, assim como o fim do apartheid na África do Sul.

Em 2005, surge o Anarkismo.net, site de organizações anarquistas plataformistas e especificistas que atualmente conta com 33 organizações dos mais variados países. A internet passa a ter um papel importante na articulação e mobilização de organizações anarquistas, surgem “listas de e-mails⁸⁴ e fóruns de discussão, assim como projetos para divulgação de notícias, como foi caso do A-Infos.” (CORRÊA, 2013, p.60). Assim como as Feiras do Livro anarquistas, cada vez mais presentes em diversos países.

⁸³ Para saber mais sobre o anarquismo na Argélia, da quarta à quinta onda, ver: Porter (2011) e AL (2008) citados por Corrêa (2013).

⁸⁴ Por exemplo, a lista de e-mails da riseup.net.

Entre 1990 e 2000, movimentos internacionalmente articulados das mais diversas frentes – e com grande participação anarquistas – uniram-se através do chamado Movimento de Resistência Global⁸⁵, ou “Antiglobalização”, juntamente com a Ação Global dos Povos (AGP)⁸⁶. Sob a bandeira comum da luta contra o neoliberalismo capitalista, “desdobrou-se em protestos massivos em todo o mundo, contra instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o North American Free Trade Agreement (NAFTA), e Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), além das guerras imperialistas protagonizadas pelos Estados Unidos” (CORRÊA, 2013, p.61).

Já na Europa, mais especificamente, há um grande crescimento de organizações anarquistas sintetistas e plataformistas, seguindo uma tendência já observada desde as ondas anteriores e se caracterizando como as correntes mais hegemônicas. Inclusive, as plataformistas geralmente estando articuladas junto ao Anarkismo.net (CORRÊA, 2013). No entanto, as organizações de cunho insurrecionalista também merecem destaque. Seu crescimento não é tão expressivo como o das demais ondas, mas também deve ser considerado.

[...] vêm crescendo os grupos e organizações não alinhadas a essas duas iniciativas, como a Coordination des Groupes Anarchistes (CGA), da França, e grupos insurrecionalistas de diversas países, que incluem presença relevante, principalmente, na Grécia, desde os anos 1990, marcados pela atuação de grupos como Anarchist Urban Guerrilha (AUG), Revolutionary War (RW), Incendiaries of Conscience (IC); em 1998, os anarquistas gregos afirmam ser responsáveis por 70 ataques violentos, que continuam até o presente, com mobilizações de tradição insurrecionalista bastante fortes (CORRÊA, 2013, p.61-62)

Na América do Norte, a mobilização de grupos anarquistas esteve bastante influenciada pelo Movimento de Resistência Global, uma vez que tanto a IWW quanto a North-Eastern Federation of Anarcho-

⁸⁵ Para saber mais sobre o Movimento de Resistência Global, ver: Ortellado (2002), Ludd (2002), Epstein (2001), Van Der Walt (2002) citados por Corrêa, (2013).

⁸⁶ Para saber mais sobre a AGP, ver: AGP (1998 *apud* CORRÊA, 2013).

Communists (NEFAC), criada em 2000, participaram desse levante. No Canadá, em 1996, seria criado o Institute of Anarchist Studies (IAS).

No México, em 1991, foi organizada a primeira Convenção Nacional Anarquistas. Além da integração de grupos anarquistas a ao levante zapatista de 1994, como a Unión Libertaria Autogestionada (ULA), o Consejo Indígena Popular de Oaxaca – Ricardo Flores Magón (CIPO-RFM). Ainda no México, destaca-se o episódio da Comuna de Oaxaca, onde houve participação anarquista:

[...] em 2006, a partir de uma greve de 70 mil professores, articulou distintos setores de oprimidos, entre trabalhadores sindicalizados, camponeses e estudantes, na luta contra o governo de Ruiz, estabelecendo a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que tomou prédios públicos, estabeleceu organizações de mulheres, como a Comisión de Mujeres de Oaxaca, tomou rádios e televisões e terminou sendo massacrada pelo governo (CORRÊA, 2013, p.62-63).

Na América do Sul, a partir da influência do anarquismo uruguaio, outras organizações vão se estabelecendo pelo continente, como por exemplo, a Federação Anarquista Gaúcha (FAU) e a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), ambas no Brasil. Em 2012, sob a organização da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), é realizado congresso que conta com a participação de 10 estados e mais de 70 delegações (CORRÊA, 2013). A tendência plataformista/especifista, inaugurada no Uruguai, também seria desenvolvida em países como Chile e Argentina. Iniciativas de educação e formação política como a Biblioteca Terra Livre, no Brasil, são características desse período.

Na África, algumas organizações anarquistas são criadas em países como Quênia, Nigéria e Zâmbia; na África do Sul, o processo organizativo, resultado de tradição anarquista mais expressiva, tem continuidade; e alguns círculos anarquistas de menor expressão são mantidos na Argélia, Egito e Marrocos. Na Ásia, há pouquíssimas referências sobre esse período, possivelmente, segundo Corrêa, poucos estudos também. O destaque fica para o surgimento de uma organização anarquistas nas Filipinas, a Local Anarchist Network (LAN). Por fim, na Oceania, há envolvimento anarquista em mobilizações populares e reorganização de algumas organizações.

Em relação à quarta onda, a princípio, a quinta apresenta uma continuidade no movimento de internacionalização do anarquismo. No entanto, com pouca influência no campo da esquerda geral, perdendo

espaço já na segunda metade dos anos 2000, apesar da participação no Movimento de Resistência Global (CORRÊA, 2013). Em um balanço geral, segundo Corrêa, conclui: ao mesmo tempo em que as organizações especificistas e plataformistas vem crescendo em relação às sintetistas em alguns países, diversos setores do anarquismo apontam para a necessidade de que volte a ser protagonista em lutas populares. Se por um lado, em alguns países o insurrecionalismo se fortalece, de outro e ainda assim, os movimentos sociais continuam sendo o melhor espaço de atuação dos anarquistas. Sendo importante ressaltar a ausência de alguns movimentos e/ou manifestações que eclodiram nos anos de 2012 e 2013, onde se especula que houve participação e adoção de estratégias anarquistas de manifestação. No entanto, uma afirmação precisa da medida em que essa participação aconteceu seria muito incipiente e de fato, pelo o que se sabe, não há nenhum estudo a respeito desses episódios até o presente momento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando satisfatória esta breve síntese do pensamento anarquista, assim como seus pressupostos e trajetória histórica, em conformidade com os clássicos escolhidos e seus comentadores ou estudiosos contemporâneos do anarquismo. Resta responder as perguntas provocadas e originadas da mesma, a fim de refletir acerca de suas considerações. Em que ponto os três autores clássicos convergem ou divergem, assim como dialogam com a teoria contemporânea e as experiências históricas? Se para Corrêa e Silva (2013) há um problema metodológico grave em parte dos estudos sobre o anarquismo, quando não situa esse pensamento historicamente e privilegia a narrativa pautada pela contribuição dos “grandes nomes”, dentro do limite geográfico da Europa e Atlântico Norte, isso significa que deve haver um abandono completo da contribuição destes ditos “grandes nomes”? Não exatamente. O desafio parece ser tornar cada vez mais possível a sistematização de ferramentas metodológicas que conciliem a contribuição teórica deixada pelos clássicos com a crítica anarquista contemporânea, representada neste trabalho por Corrêa (2012, 2013), Corrêa e Silva (2013) e Schmidt e Van der Walt (2009). Afim de, sobretudo, considerar trajetória histórica e experiências populares anarquistas como fundamentais para entender o pensamento anarquista e os seus ecos.

Quando Corrêa (2013) discute a concepção de ética anarquista, afirmando estar fundamentada em uma concepção de valores que leva em consideração tanto a liberdade individual quanto a coletiva; resultante em igualdade em termos econômicos, políticos e culturais, assim como solidariedade e apoio mútuo; tal conceituação nos remete ao debate travado por Bakunin (2006), frente à acusação de que a solidariedade entre os interesses do indivíduo e da sociedade nunca poderiam ser equiparados. Tenta-se justificar essa acusação afirmando que os interesses pessoais e coletivos são sempre contraditórios. No entanto, a crença na impossibilidade de conciliação entre os interesses individuais e os interesses coletivos, para o anarquista russo, nada mais é do que uma estratégia de manutenção da dominação de classe, orquestrada por uma minoria dirigente e caracterizada como uma forma de dominação.

A perpetuação da dominação – seja através do Estado, seja através da propriedade privada – torna-se possível na medida em que o indivíduo sente-se dependente da existência de um poder compulsório e legítimo o suficiente ao ponto de delegar suas responsabilidades,

necessidades e interesses aos representantes ou proprietários deste poder. Nesse caso, representada pela abdicação das necessidades humanas, entregue à propriedade privada e os detentores dos meios de produção; e a abdicação da conduta e sociabilidade, entregue ao Estado e seus representantes (GOLDMAN, 1910). A ausência de autonomia sobre a própria vida provoca esse tipo de concessão. Dessa forma, a noção de Estado utilizada por Malatesta (1907) cabe a esse exemplo no que diz respeito à conceituação de Estado enquanto o conjunto de todas as instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares e financeiras que através da manutenção de seus próprios interesses e segurança política e econômica, são tomadas da população e confiadas a uma elite dirigente. Por usurpação ou delegação, recebem o poder de fazer leis sobre tudo e sobre todos. Obrigando as massas à servidão, se necessário, pelo uso da força.

Se as contradições não podem ser admitidas e os interesses são invariavelmente contraditórios, resta apenas delegar à tutela do povo as classes dominantes ou uma pequena minoria dirigente. Abdica-se da autonomia individual e coletiva temendo que a tentativa de diálogo entre estas duas esferas provoque conflitos e estes conflitos sejam uma força improdutiva. A dominação, dessa forma, surge para estabelecer a ordem. No entanto, a existência da contradição e do conflito é diferente da existência da perpetuação da dominação. O que parece sugerir que a função da dominação é coibir qualquer conflito de idéias. Tornar estéril o pensamento, a ação humana e a sociabilidade; tudo em troca de uma suposta harmonia plenamente realizada.

Dessa forma, a *defesa da autogestão* aparece como uma das bases do pensamento anarquista. Para Corrêa e Silva (2013, p.29), essa ideia está fundamentada em três pilares: “a socialização da propriedade em termos econômicos, o autogoverno democrático em termos políticos e a existência de uma cultura autogestionada”. Esta categorização, novamente, dialoga com os clássicos, na medida em que, parece possível uma articulação junto à *crítica da dominação*, da forma como aparece em Corrêa e Silva (2013), com a ideia de dominação em Goldman (1910), descrita como dominação da propriedade, do Estado e da religião. A *defesa da autogestão* trata justamente de uma tentativa de subversão desta dominação a partir dos mesmos pontos críticos. Faz-se a *crítica da dominação*, identificando o Estado, a propriedade privada e a religião ou a cultura [da classe dominante] como fonte de poder compulsório; para dessa forma, a partir desta constatação, em defesa da autogestão, elaborar formas de emancipação que sejam consideradas necessárias para a superação destes mesmos três pontos. É o movimento

de promoção da subversão destes três polos em nome da construção de novas formas de sociabilidade.

No entanto, voltando ao ponto de partida desta reflexão, tanto Bakunin quanto Malatesta, acreditam que esta somente seria possível através da solidariedade e da organização espontânea. Nenhum indivíduo pode reconhecer a própria humanidade senão através de outros indivíduos e a cooperação que provém de realização conjunta. A emancipação de um só se torna realmente possível com a emancipação de todos e todas à sua volta.

A categorização da *defesa da autogestão* e da *crítica da dominação* chama atenção para outro ponto de convergência entre a teoria clássica e os estudos contemporâneos analisados. A importância de uma categorização mais específica do anarquismo, levando em consideração sua trajetória, passando pelos conceitos de *defesa da autogestão* e *crítica da dominação*, justifica-se pela necessidade de não limitar o pensamento anarquista a somente a ideia de oposição à dominação do Estado. Assim como já foi dito, caso contrário, todo marxismo clássico poderia ser considerado anarquista. Corrêa e Silva (2013), novamente em consonância com os três clássicos, enfatizam a maneira em que as proposições anarquistas se diferenciam das demais proposições que compõe o espectro da esquerda. Se o fim do Estado e da propriedade privada são objetivos comuns, as estratégias de ação adotadas, nesse caso, parecem se diferenciar consideravelmente. O anarquismo é uma ideologia-política revolucionária fundamentada em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma *crítica da dominação* e de uma *defesa da autogestão*; em termos estruturais.

Afinal, um processo revolucionário incapaz de eliminar a autoridade, resultaria na criação de novas formas de poder autoritário mais abrangente e duradouro do que as que se pretendia derrubar. Sendo esta incapacidade justamente o ponto crítico da reflexão da Goldman sobre a Revolução Russa. Dessa forma, neste caso, podemos observar como a trajetória histórica e construção teórica anarquista convergem, tendo em que vista que através da análise concreta de experiências históricas realizadas por essa autora, observamos como a teoria ganha respaldo e a questão da necessidade eliminação da autoridade durante o processo revolucionário permanece importante dentro do pensamento anarquista.

Mesmo na democracia representativa, o Estado teria estabelecido uma relação de simbiose perfeita com sistema capitalista. Baseado na pretensa ideia da defesa da vontade do povo, supostamente expressa pela escolha de seus representantes, O Estado teria incorporado duas das

principais condições para o programa do capitalismo: a centralização do Estado e a submissão da população a uma pequena elite intelectual governante (BAKUNIN, 1873, p.8-9). Para Bakunin, a função da democracia representativa nada mais é do que apaziguar as tensões inerentes ao sistema capitalista, para que sua pequena elite dirigente possa permanecer em condição de se beneficiar de seus mecanismos de exploração. Quando no processo de produção não existe mais possibilidade de controlar e direcionar tudo, torna-se necessário o estabelecimento da propriedade privada, através do estabelecimento de dois poderes convergentes; o poder que controla através da força – o governo – e o poder que controla através da fonte de força – os proprietários (MALATESTA, 1907). Os governos inevitavelmente acabam estabelecendo uma relação de simbiose com os grandes proprietários [capitalistas] em nome da manutenção do controle e da ordem sob os meios de produção e da sociedade. “[...] have guaranteed this supremacy to the capitalist class which, no longer content with enjoying the support of the government, demanded that government should arise from its own ranks” (MALATESTA, 1907, p.9). Os governantes passam a ser escolhidos pela classe capitalista, pelos grandes proprietários; consequentemente, os governos passam a ser compostos de membros de sua própria classe, a dos grandes capitalistas, sempre organizados e dispostos a defender esta classe contra qualquer possível demanda que não seja de seu interesse.

Se o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em *estratégias* que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão (CORRÊA, 2013), durante o texto foi possível perceber como a questão das estratégias de ação anarquistas também aparece tanto em Bakunin (2006) quanto em Goldman (1924) quando analisaram a experiência da Comuna de Paris e a Revolução Russa, respectivamente. No entanto, para estas considerações, a respeito das estratégias de ação anarquistas, gostaríamos de destacar a contribuição de Malatesta. Um dos pontos de sua análise é a questão do sindicalismo, debate tão recorrente entre os anarquistas. Ao analisar criticamente o sindicalismo enquanto uma estratégia de ação e organização, Malatesta chama atenção para a possibilidade da utilização dos sindicatos como instrumento de reprodução de novas classes dirigentes, onde alguns poucos indivíduos ou grupos ocupam posições privilegiadas em relação ao resto da população e, consequentemente, pouco alteraram nas estruturas sociais de dominação. Assim como o italiano, a anarquista Emma Goldman pensa criticamente algumas as conquistas concedidas pelo Estado,

regularmente identificado-as como reformismo. Esta crítica remete a questão das *estratégias de ação* anarquistas, um dos pontos centrais do anarquismo. Assim como o italiano, quando tece uma crítica à greve geral e ao sindicalismo, Goldman parece entender a questão da emancipação da mulher através de uma ótica parecida quando analisa a conquista do sufrágio universal. Este debate é parte de um debate ainda mais amplo, que por sua vez abrange a própria distinção entre o *anarquismo das massas* e o *anarquismo insurrecional*; sendo o segundo inflexível a respeito do chamado “reformismo”, uma vez que esse tipo de estratégia não modificaria profundamente a estrutura social desigual e, conseqüentemente, só contribuiria para perpetuação dos mecanismos de opressão. Enquanto o primeiro admite que algumas concessões sejam feitas. Afinal, mesmo que não estremeça a estrutura política e econômica, ainda beneficiam o povo em alguma medida, concedendo direitos e necessidades básicas aqueles onde a ausência dos mesmos pode custar caro à subsistência.

Normalmente responsável pelas maiores divergências entre anarquistas; como dito anteriormente, as *estratégias de ação* – de organização, luta a curto prazo e violência – podem ser classificadas segundo a seguinte divisão: “defesa da organização X contra a organização, defesa das reformas X contra as reformas, violência decorrente X violência gatilho” (CORRÊA; SILVA, 2013, p.30). O debate acerca das estratégias de ação está interligado à própria história e trajetória das instituições, assim como a presença do anarquismo em diferentes partes do mundo. A uruguaia FAU é um ótimo exemplo de adoção do uso da violência decorrente da luta revolucionário, não gatilho para a mesma. Para a FAU, a insurreição deve ser resultado de um processo que contém com participação popular em diversos níveis distintos. Sendo a violência parte deste processo, em movimentos populares previamente estabelecidos, com intuito de aumentar sua capacidade de mobilização no processo de luta de classes (CORRÊA; SILVA, 2013).

Ressaltar este tipo de experiência torna-se importante para reafirmar a tese de Corrêa e Silva (2013), assim deslocando o foco da história do anarquismo dos chamados “grandes nomes” e suas narrativas e passando a compreender melhor as pequenas e médias experiências, as experiências marginais e pouco documentadas. A presença do anarquismo em cinco continentes como pudemos observar durante a exposição é um indício significativo de sua expressão popular e de massas. A partir do seu surgimento, em 1868, o anarquismo se expande rapidamente em um espaço de duas décadas e alcança pelo menos três

décadas. Neste primeiro momento, sua principal estratégia é o sindicalismo de intenção revolucionária⁸⁷. A maior das experiências europeias deste período esteve voltada para esse fim. Isto é, os anarquistas das primeiras ondas não necessariamente estavam articulados em torno de um programa exclusivamente anarquista. O que provavelmente favoreceu o seu diálogo com as massas e a participação em manifestações de expressão popular. Inclusive, deve-se considerar que países como Cuba, México e Espanha – onde houve grande participação anarquista desde a sua primeira onda – acabaram protagonizando lutas revolucionárias durante o século XX. Portanto, há de se considerar a seguinte pergunta: até onde foi a participação anarquista nessas revoluções e qual foi a sua importância? No entanto, apesar da aparente hegemonia do sindicalismo de intenção revolucionária, o anarco-sindicalismo começa a ganhar alguma força durante esse período. Por exemplo, na Argentina, possibilitando um maior debate entre as diferenças estratégicas entre os anarquistas e marcando a consolidação do anarquismo no continente.

Outro fenômeno bastante importante que marca o anarquismo, especialmente a durante sua segunda onda (1895-1923) e sua revitalização na quarta onda (1950-1989), é a incorporação de outras frentes de luta à trajetória do anarquismo. Em um primeiro momento, tanto nos Estados Unidos quanto na África a questão racial passa a fazer parte das preocupações dos anarquistas. Afinal, tal problemática perpassa diretamente o movimento sindical. Na China, a questão de gênero passa a ganhar bastante foco. Enquanto na Coreia, a luta anti-imperialista. Já no segundo, com a incorporação de pautas ligadas aos direitos ambientais e novamente a questão de gênero ganha força (CORRÊA, 2013). Dessa vez, com a chamada Nova Esquerda. Estas experiências são significantes e essenciais para compreender a trajetória e história do anarquismo hoje. Se durante o mesmo período, tais questões ainda não estavam evidentes em outros países, é com seu surgimento através de experiências mais marginais que passamos a ver o diálogo que o anarquismo passa a estabelecer com as demais frentes de luta.

Schmidt e Van der Walt (2009) demonstram como em Bakunin já havia preocupação com a questão do preconceito racial e como esse tipo

⁸⁷ Destaque para organizações como a espanhola CNT, que contou com um programa sindicalista revolucionário até 1919, contando com 715 membros; a IWW, criada em 1905 nos EUA, mas logo chegando até países como África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, Chile, Cuba, Nova Zelândia, Rússia.

de fenômeno favorece a permanência da dominação de classe. Também diz entender que a revolução tem que ser internacional e multicultural, e em última escala, rejeitar concepções de natureza humana, privilegiando uma perspectiva que leve em consideração o as condições sociais e formas de sociabilidade em jogo.

It was internationalist too, envisaging the struggle for a better society as taking place across state borders, and across the lines of nationality and race. Bakunin maintained that it was necessary to "rally not a few, but all, countries in a single plan of action," for an "international revolution," for a "universal, world-wide revolution" that supersedes all "particular interests, vanities, pretensions, jealousies and hostilities within and among nations." As part of this internationalism, he rejected doctrines of racial supremacy, arguing that "by respect for humanity" we "mean the recognition of human right and human dignity in every man, of whatever race" or "colour," for one's character is not due to "nature; it is solely the result of the social environment." For the anarchists and syndicalists, racial divisions undermined popular unity and prevented internationalism, the preconditions for fundamental social change; [...] the revolution must be "multi-national, multiracial," and "world-wide." Racial divisions were of benefit only to the ruling classes⁸⁸ (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.298-299).

⁸⁸ “Era internacionalista também, encarando que a luta por uma sociedade melhor deveria ir além das fronteiras nacionais, além de nacionalidade e raça. Bakunin afirmava que era necessário ‘agrupar não alguns poucos, mas todos os países em um plano único de ação’, para uma ‘revolução internacional’, uma ‘revolução global, universal’, sobreponha todos os ‘interesses particulares, vaidades, pretensões, inveja e hostilidade no interior e entre as nações’. Como parte do internacionalismo, rejeita doutrinas de supremacia racial, argumentando que ‘através do respeito pela humanidade’ nós ‘queremos dizer o reconhecimento dos direitos humanos e da dignidade de cada pessoa, qualquer que seja sua raça ou cor’, sendo que seu caráter não fruto da ‘natureza; apenas resultado do meio social’. Para os anarquistas e sindicalistas, divisões baseadas na raça diminuem a união popular e previnem o internacionalismo, as pré-condições para uma mudança social fundamental; [...] a revolução deve ser ‘multi-nacional, multiracial’ e ‘global’. Divisões raciais servem apenas para

Acerca das lutas de independência, anti-imperialistas e de libertação nacional, Bakunin considerava que era necessário alcançar tanto no sentido de atender os interesses econômicos quanto políticos das massas, caso contrário, esses processos de libertação significariam retrocesso, resultariam em movimento contra-revolucionários. Para Bakunin, o Estado é o maior inimigo da própria nação, caracterizando estas duas instituições como forças em oposição, “[...] believed that nations existed for their members, not for states and argued that the redemption of nationality through the establishment of a state was not a valid emancipatory goal⁸⁹” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.310).

A respeito da questão de gênero, autores como Schmidt e Van der Walt (2009) parecem demonstrar receio no que diz respeito ao lugar e a importância desta bandeira de luta para o anarquismo, optando por uma abordagem que entendemos ser problemática, necessitando de um aprofundamento maior e, conseqüentemente, mais pesquisas a respeito do tema. Para estes autores, o ativismo das mulheres anarquistas foi muito além da causa feminista, tendo desempenhado papéis importantíssimos na luta anarquista, não podendo ser “reduzido” a questões de gênero;

There is no doubt that women played a critical role in promoting a feminist analysis in anarchism, but it is problematic to assume that women activists in the movement were necessarily feminists or that they should primarily be defined by feminism; [...] the feminist elements of anarchism and syndicalism were neither the exclusive province of women activists, nor should the activities of women activists in the broad anarchist tradition be reduced to na advocacy of a feminist perspective (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.24).

Desta forma, mesmo quando afirma que a igualdade de gêneros “sempre foi um dos princípios do que identificam como a tradição anarquista mais ampla” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.298),

beneficiar a classe dominante” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.298-299, tradução minha).

⁸⁹ “[...] acreditava que nações existem para seus membros, não para Estados e argumentou que a redenção de uma nação através do estabelecimento de um Estado não é um objeto de emancipação válido” (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.310, tradução minha).

parece demonstrar grande preocupação com a preservação ou reafirmação do protagonismo ou maior relevância da questão de classe dentro do anarquismo, em uma referência direta a essa tradição. Enquanto o feminismo e/ou a questão da mulher estaria em “segundo plano”, figurando como uma contribuição anexa à luta de classes anarquista. Esta postura nos parece problemática uma vez que se o anarquismo tem em sua base a *crítica da dominação* e a *defesa da autogestão*, toda forma de dominação e promoção de autogestão – neste ponto, incluindo a crítica da dominação masculina e patriarcal e a defesa da autogestão do corpo feminino pela mulher – devem estar articuladas e em consonância. Dessa maneira, permitindo que teoria e prática acerca das diferentes formas de opressão estejam em diálogo e em sintonia na construção da organização social que se deseja. Não podendo haver uma ordem de importância para os diferentes tipos de opressão. Outro ponto crítico que identificamos na leitura destes autores é descrito na seguinte passagem;

Another tricky issue was the question of separate organization: Should women organise women-only anarchist groups, and if so, how would these interact with the larger emancipatory movement of the popular classes? [...] the broad anarchist tradition was generally opposed to the development of a separate women's movement outside the larger popular one for class revolution. Many worried that separate groups for youth and women could divide the popular classes. (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.298, p.331)

Esse tipo de questionamento aparentemente ignora experiências como a da organização *Mujeres Libres*, grupo anarquista composto somente por mulheres que atuou e teve grande importância durante a Revolução Espanhola no período de 1936 a 1939. Rago (2005) acerca das *Mujeres Libres* questiona como e se o anarco-feminismo – termo rejeitado por Schmidt e Van der Walt (2009) – praticado pelo grupo inaugurou um modo específico de organização, crítico as oposições binárias e hierárquicas como razão e emoção, masculino e feminino; até mesmo sendo possível observar nessa experiência possibilidades de “revitalização” do imaginário político e cultural.

The best-known anarchist women's organization is probably Mujeres Libres in Spain. Founded in 1936 in Barcelona and Madrid, Mujeres Libres held the view that women needed a specific

organisation that could raise their consciousness and empower them to fill an equal role in the larger anarchist and syndicalist movement along with the society that it wished to create. "From now on," its journal argued, "every woman must transform herself into a defined and defining being; she must reject hesitation, ignorance." (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p. 332)

Nesse caso, Schmidt e Van der Walt, mesmo levantando questionamentos sobre o impacto de organizações específicas femininas, ainda são capazes de reconhecer sua importância. Casos como este reforçam a tese de que é necessário compreender o anarquismo através de suas experiências particulares.

Bakunin, segundo Schmidt e Van der Walt (2009), já era capaz de enxergar um cruzamento entre classe e gênero no que diz respeito à condição da mulher. Escreveu que as mulheres em geral são oprimidas pela ordem social vigente; "in the eyes of the law, even the best educated, talented, intelligent woman is inferior to even the most ignorant man, and within the family, woman were the salves of their husbands" (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009, p.322). Mesmo as mulheres pertencentes às classes mais abastadas sendo forçadas a viver suas vidas dependentes da permissividade do homem da família. Não diferente de Goldman (1910), quando questionou o sentido das conquistadas que haviam sido alcançadas em nome da luta pela emancipação da mulher, em tom provocativo, indagando sobre o propósito de trocar a escravidão do lar e do marido pela escravidão do patrão e do balcão. Kropotkin também teria lançado um olhar interessante sobre a questão da emancipação da mulher e, respondendo aos questionamentos [problemáticos] de Schmidt e Van der Walt (2009) a respeito da manutenção ou abolição de alguns papéis sociais femininos ou masculinos assim como conhecemos hoje, defendia uma inflexível abolição da escravidão doméstica,

Não sendo nosso objetivo no momento adentrar mais profundamente estes temas, mas apenas apontar sua relevância dentro do anarquismo, assim como alguns dos debates que são realizados pelos autores e fontes propostas, concluímos esta exposição. Ressaltamos, recuperando Groeber (2004), a pertinência deste tipo de trabalho. Para o autor, enquanto uma filosofia política, o anarquismo está se expandindo neste exato momento. Grupos anarquistas ou influenciados pelo anarquismo, assim como alguns de seus pressupostos; "autonomy, voluntary association, self-organization, mutual aid, direct democracy –

have gone from the basis for organizing within the globalization movement, to playing the same role in radical movements of all kinds everywhere” (GROEBER, 2004, p.5). Alguns destes movimentos, segundo o antropólogo, “have increasingly abandoned even talking about seizing power, and begun to formulate radically different ideas of what a revolution would even mean” (GROEBER, 2004, p.5).

Em suma, além do nosso objetivo principal: compreender mais profundamente o pensamento anarquista. Também procuramos demonstrar parte das inúmeras possibilidades de pesquisa que se apresentam a partir deste estudo mais aprofundado. Articulado, da melhor maneira possível, teoria, trajetória e prática. Este aprofundamento teórico tornou possível a elaboração de uma série de novas perguntas acerca do anarquismo e suas particularidades, sendo a maioria destas entorno da questão da incorporação e articulação de novas bandeiras de luta; em que medida e em quais contextos esse fenômeno representou uma revitalização para o anarquismo? Quais são as dificuldades encontradas em cada caso? O anarquismo dialoga com o movimento dos direitos dos animais da mesma forma que com a questão de gênero ou as experiências populares⁹⁰ do terceiro mundo? De que maneira os pesquisadores e pesquisadoras do anarquismo tem encarado estas particularidades? Por que e como ainda é importante estudar o anarquismo atualmente? Estas são perguntas que nunca pretendemos responder no curso desta pesquisa, mas que naturalmente surgiram no decorrer da pesquisa e, conseqüentemente, aumentam ainda mais o interesse e possibilitam um fôlego ainda maior para o seu estudo. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa também seja útil como material de auxílio e pesquisa para aqueles que assim como o autor, demonstram interesse no anarquismo. Este trabalho, naturalmente, não pode ser considerado como concluído. Não seria possível dar conta de todo pensamento anarquista dentro de sua proposta. Trata-se apenas de um primeiro passo em um terreno ainda há ser explorado. No entanto, ao termino desta pesquisa, um passo mais firme e seguro. Assim como a qualidade deste trabalho enquanto experiência particular. Afinal, tornou possível a realização de um empreendimento pessoal e político.

⁹⁰ Sendo uma destas a Colônia de Santa Cecília, uma experiência anarquista, de influência Italiana que esteve em curso no Estado do Paraná durante o ano de 1890 (FELICI, 1998).

REFERÊNCIAS

BAKUNIN, Mikhail. **Statism and anarchy**: the critique of marxist theory of the State. In: DOLGOFF, Sam. *Bakunin on Anarchy: selected works by the activist-founder of world anarchism*. New York: Vintage Books, 1873.

_____. Stateless socialism: anarchism. In: MAXIMOFF, G. P. **From the political philosophy of Bakunin**. Nova York: The Fress Press, 1953. Disponível em:
<http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bakunin/stateless.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. A ilusão do sufrágio universal. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre, L&PM, 1986. Disponível em:
<<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cv000067.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. A Comuna de Paris e a noção de Estado. In: **Revista Verve**, São Paulo, v. 10, p.75-100, nov. 2006. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/5433/3880>>. Acesso em: 30 dez. 2013.

_____. **O sistema capitalista**. São Paulo: Faísca, 2007 no prelo.

BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo: crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra. 2011.

CORRÊA, Felipe. **Rediscutindo o anarquismo**: uma abordagem teórica. 2012. 275f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

_____. **Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2102)**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2013. Disponível em:
<<http://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/01/felipe-corre3aaa-surgimento-e-breve-perspectiva-histc3b3rica-do-anarquismo.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2013.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. **Anarquismo, teoria e história**. 2013. Disponível em: <<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silva-anarquismoteoriaehistoria/>> Acesso em 30 jun. 2013.

DOMINICK, Brian A. **Animal liberation and social revolution**: a vegan perspectiva on anarchism or an anarchist perspective on veganism. The Anarchist Library Anti-Copyright, 1997.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **A origem mundial dos Black Blocs**. 2013. Disponível em: <<http://rudaricci.blogspot.com.br/2013/10/a-origem-mundial-dos-black-blocs.html>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia de Santa Cecília de Giovanni Rossi. *Cad. AEL*, n. 8/9, 1998. Disponível em: <<http://segall.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

GALLO, Sílvio. Anarquismo e educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje. **Revista de Ciências Sociais**: Política e Trabalho, Campinas, n., p.169-186, abr. 2012.

GOLDMAN, Emma. **Anarchism and other essays**. Second Revised Edition. New York-London: Mother Earth Publishing Association, 1910.

_____. O fracasso da revolução russa. 1924. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

GROEBER, David. **Fragments of an Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.

LOCATELLI, Piero; VIEIRA, William. **O Black Bloc está nas ruas**. 2013. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

LUDD, Ned. **Urgência das ruas**: Black Bloc, Reclaim the Streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad, 2002. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/70965/Urgencia-Das-Ruas-Coletivo-Baderna.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

MALATESTA, Errico. **Anarchy**. 1891. Disponível em: <<http://theanarchistlibrary.org/library/errico-malatesta-anarchy.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

_____. Sindicalismo: a crítica de um anarquista. 1907. In: WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram a conta das ruas do Brasil**. Org: Ermínia Maricato. 1 ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

_____. Mujeres libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola. 2005. **Verve**, n.20. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram a conta das ruas do Brasil**. Org: Ermínia Maricato. 1 ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

SCHMIDT, Michael. **Cartographie de l'Anarchisme Révolutionnaire**. Quebec: Lux, 2012.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. **Black flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism**. Oakland: AK Press, 2009.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 10, n. 2, Oct. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Fev. 2014.

THOREAU, Henry D. **A desobediência civil**. Trad. Sérgio Karam. Porto Alegre. L&PM, 1997. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cdrom/thoreau/thoreau.pdf>>. Acesso em 08 de Fev. 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. A atualidade de Errico Malatesta. In: FOLHETIM, Folha de S. Paulo, 16.01.1983, pp. 06-07, 1983. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/015/15pm_160183malatesta.htm>. Acesso em: 10 fev. 2014.

WOODCOCK, George. **Anarquismo**: uma história das ideias e movimentos libertários. Vol.1. Porto Alegre: L&pm, 1975.

_____. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1977.